REFERENCIAL

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL | Director: Pedro Pezarat Correia | Nº 106 | Abril - Junho 2012

DISCURSO DE SAMPAIO DA NÓVOA PARA ESCUTAR E TER EM CONTA

Ligar as universidades e a sociedade

FOTO: LUSA

COMEMORAÇÕES POPULARES DO 25 DE ABRIL

Democracia resolve-se com mais Democracia

Há sempre alternativas

NESTE PORTUGAL CINZENTO para o qual nos atiraram os gestores da crise, em que o futuro é a promessa de empobrecimento e o presente é o apelo ao conformismo, o discurso do presidente da Comissão Organizadora das Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, Professor Doutor Sampaio da Nóvoa, no passado dia 10 de Junho, soou como música arrebatadora a quebrar um silêncio sepulcral, surgiu como um oásis de saber num deserto cultural que é o da actual oratória oficial. Foi uma aragem de ar fresco neste abafado ambiente político que vem sendo inquinado pelos órgãos de soberania.

Por isso decidimos, em O Referencial, na linha de reflexão sobre a crise que vimos acolhendo, dar merecido relevo à intervenção de Sampaio da Nóvoa e, em torno dela, suscitar alguns contributos.

O presidente das comemorações, para além do brilhantismo formal do seu discurso, confere-lhe um conteúdo que nos obriga a pensar, que nos obriga a tomar consciência de uma realidade, única maneira de a transformar. Mas dá um sentido a essa transformação urgente, que tem de ter por objectivo os portugueses que vivem em dificuldades, na pobreza, no desemprego. Transformação que tem de inverter a dinâmica que faz com que os mais desprotegidos vivam hoje pior do que ontem e prevejam um amanhã pior do que hoje. Por isso reclama dignidade social para todos o que implica a condenação dos privilégios de uns poucos. Porque, de facto, nem todos partilham os sacrifícios. Tomar consciência da realidade é recusar esta fatalidade, é exigir que o nosso destino seja um Portugal em que caibam todos os portugueses com igualdade de oportunidades à partida e não um Portugal onde se conflituam demasiados portugais.

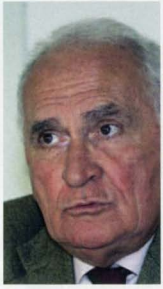
Estamos com Sampaio da Nóvoa quando denuncia o discurso da ausência de alternativas que, acrescentamos nós, é o discurso do arrogante situacionismo do poder que apela à passividade. Porque há sempre alternativas em liberdade, há sempre alternativas em democracia. Só não há alternativas em regimes fechados, bloqueados, dos quais só se sai por roturas. A negação de alternativas é o refúgio do pensamento único, exclusivista, autoritário. E é porque acredita em alternativas que Sampaio da Nóvoa invoca as vozes de Zeca Afonso e de Sophia de Mello Breyner, que são vozes de Abril porque não renunciaram à busca de um país liberto.

Encontram amplo acolhimento na A25A as palavras de Sampaio da Nóvoa, por muitos motivos, mas particularmente por esta referência às alternativas para vencer a crise, que vem ao encontro das nossas preocupações, empenhados que estamos na dinamização do projecto Congresso Democrático das Alternativas, cujo manifesto inserimos nesta edição. A Associação está, ela própria, comprometida com outras iniciativas na sequência da posição expressa no seu Manifesto Abril Não Desarma, com relevo para a organização do Fórum Cidadania pelo Estado Social e, como já fizemos eco na edição passada, apoiando a Auditoria Cidadã à Dívida Pública. É uma dinâmica de intervenção cívica fundada, como se diz no Manifesto, no sentido de cidadania e na obrigação patriótica que nos anima, e que visa concorrer para a salvaguarda desse estado social, marca decisiva de uma Europa pela qual valha a pena lutar e sem o qual não haverá saída democrática para a crise.

Do alto da sua responsabilidade académica, porque é reitor da Universidade Clássica de Lisboa, reclama que as soluções para o futuro passem pela ligação da universidade à sociedade. Palavras cujo sentido bem gostaria de ver repetido pelos responsáveis militares, aplicadas à instituição militar de hoje. Uma universidade da sociedade, com a sociedade e para a sociedade. São bem-vindos e oportunos estes alertas, quando entre as muitas agressões de sectores responsáveis também se acumulam as dirigidas à dignidade académica. E também nestas páginas várias colaborações fazem eco destas preocupações com a formação e o ensino universitário.

A A25A e O Referencial não quiseram deixar de dar o devido destaque às palavras do Professor Doutor Sampaio da Nóvoa, que constituem o tema central desta edição e que suscitou, ou motivou, intervenções de nossos colaboradores. Ao ilustre professor apenas queremos dizer que, ainda que indirectamente, é bem-vindo às páginas de O Referencial.

N.A. – Como facilmente se constatará, algumas passagens deste texto são inspiradas, ou retiradas, com a devida vénia, do discurso de Sampaio da Nóvoa.



Pedro de Pezarat Correia

10 JUNHO
LISBOA
2012 DIA DE PORTUGAL, DE CAMÕES
E DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

FOTO: Luisa

SAMPAIO DA NÓVOA: CANTEMOS TODOS POR UM PAÍS QUE

O discurso do presidente da Comissão Organizadora das Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, Prof. Doutor António Sampaio da Nóvoa, proferido na sessão solene realizada no Centro Cultural de Belém (CCB), em Lisboa, no dia 10 de junho, transformou uma cerimónia tradicional, habitualmente monótona e chocha, num momento de grande clarividência e lucidez. As ideias básicas e simples que trouxe tiveram a ventura de devolver a milhares de portugueses a capacidade de pensar e de acreditar, de ousar continuar a sonhar e a construir "um país solidário" e "que assegura o direito às coisas básicas e simples", "um país que se transforma a partir do conhecimento".
Ignorado pelos grandes meios de comunicação social, o testemunho de Sampaio da Nóvoa ficaria confinado ao CCB se não fosse a justa atenção que suscitou entre as redes sociais.
"O Referencial" junta-se a essas milhares de vozes. Nas páginas que se seguem convidámos Martins Guerreiro, José Manuel Costa Neves e Vasco Lourenço a discorrerem sobre temas propostos pelo discurso luminoso de Sampaio da Nóvoa. Para que o debate continue e a obra não desfaleça.

A consciência pode mudar a realidade

António Sampaio da Nóvoa

AS PALAVRAS NÃO MUDAM A REALIDADE. Mas ajudam-nos a pensar, a conversar, a tomar consciência. E a consciência, essa sim, pode mudar a realidade.
As minhas primeiras palavras são, por inteiro, para os portugueses que vivem situações de dificuldade e de pobreza, de desemprego, que vivem hoje pior do que viviam ontem.
É neles que penso neste 10 de Junho.
A regra de ouro de qualquer contrato social é a defesa dos mais desprotegidos. Penso nos outros, logo existo (José Gomes Ferreira). É o compromisso com os outros, com o bem de todos, que nos torna humanos.
Portugal conseguiu sair de um longo ciclo de pobreza, marcado pelo atraso e pela sobrevivência. Quando pensávamos que este passado não voltaria mais, eis que a pobreza regressa, agora, sem as redes das sociedades tradicionais.
Começa a haver demasiados "portugais" dentro de Portugal. Começa a haver demasiadas desigualdades. E uma sociedade fragmentada é facilmente vencida pelo medo e pela radicalização.
Façamos um armistício connosco, e com o país. Mas não façamos, uma vez mais, o erro de pensar que a tempestade é passageira e que logo virá a bonança. Não virá. Tudo

SE TRANSFORMA A PARTIR DO CONHECIMENTO

está a mudar à nossa volta. E nós também. Afinal, a História ainda não tinha acabado. Precisamos de ideias novas que nos dêem um horizonte de futuro. Precisamos de alternativas. Há sempre alternativas.

A arrogância do pensamento inevitável é o contrário da liberdade. E nestes estranhos dias, duros e difíceis, podemos prescindir de tudo, mas não podemos prescindir nem da Liberdade nem do Futuro.

O futuro, Minhas Senhoras e Meus Senhores, está no reforço da sociedade e na valorização do conhecimento, está numa sociedade que se organiza com base no conhecimento.

Há a liberdade de falar e há a liberdade de viver, mas esta só existe quando se dá às pessoas a sua irreversível dignidade social (Miguel Torga).

Gostaria de recordar o célebre discurso de Franklin D. Roosevelt, proferido num tempo ainda mais difícil do que o nosso, em 1941. A democracia funda-se em coisas básicas e simples: igualdade de oportunidades; emprego para os que podem trabalhar; segurança para os que dela necessitam; fim dos privilégios para poucos; preservação das liberdades para todos.

Numa situação de guerra, Roosevelt sabia que os sacrifícios têm de basear-se numa forte consciência do social, do interesse coletivo, uma consciência que fomos perdendo na vertigem do económico; pior ainda, que fomos perdendo para interesses e grupos, sem controlo, que concentram a riqueza no mundo e tomam decisões à margem de qualquer princípio ético ou democrático. É uma "realidade inaceitável".

Em mar de águas revoltas, é preciso manter o rumo, ter a sabedoria de separar o acessório do fundamental. A Europa não é uma opção, é a nossa condição. Uma Europa com uma nova divisa: liberdade, diversidade, solidariedade.

A Europa é o nosso futuro, mas não nos iludamos. Ou nos salvamos a nós, ou ninguém nos salva (Manuel Laranjeira). Falemos, pois, de Portugal e dos portugueses.

Pelo Tejo fomos para o mundo... mas quantas vezes estivemos ausentes dentro de nós? Preferimos a Índia remota, incerta, além dos mares, ao bocado de terra em que nascemos (Teixeira de Pascoaes).

A Terra ou o Mar? Portugal ou o Mundo? A pergunta foi feita por todos aqueles que pensaram Portugal.

No final do século XIX, um homem da Geração de 70, Alberto Sampaio, explica que as nossas faculdades se atrofiaram para tudo que não fosse viajar e mercadejar. Nunca nos preocupámos com a agricultura, nem com a indústria, nem com a ciência, nem com as belas-artes. As riquezas que fomos tendo "mal aportavam, escoavam-se rapidamente, porque faltava uma indústria que as fixasse", e o património da comunidade, esse, "em vez de enriquecer, empobrecia". Nos momentos de prosperidade não tratámos das duas questões fundamentais: o trabalho

SAMPAIO DA NÓVOA: CANTEMOS TODOS POR UM PAÍS QUE

e o ensino. Nos momentos de crise é tarde: fundas economias na administração aumentariam os desempregados, e para a reorganização do trabalho falta o capital; falta o tempo, porque a fome bate à porta do pobre. Então a emigração é o único expediente: silenciosa e resignadamente cada um vai partindo, sem talvez uma palavra de amargura.

Este texto foi escrito há 120 anos. O meu discurso poderia acabar aqui. Em silêncio.

Senhor Presidente da República,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

É esta fragilidade endémica que devemos superar. O heroísmo a que somos chamados é, hoje, o heroísmo das coisas básicas e simples – oportunidades, emprego, segurança, liberdade. O heroísmo de um país normal, assente no trabalho e no ensino.

Parece pouco, mas é muito, o muito que nos tem faltado ao longo da história.

Porque Portugal tem um problema de organização dentro de si:

- Num sistema político cada vez mais bloqueado;
- Numa sociedade com instituições enfraquecidas, sem independência, tomadas por uma burocracia e por uma promiscuidade que são fonte de corrupção e desperdício;
- Numa economia frágil e sem uma verdadeira cultura empresarial.

Estão a surgir, é certo, sinais de uma capacidade de adaptação e de resposta, de baixo para cima. Precisamos de transformar estes movimentos numa ação sobre o país, numa ação de reinvenção e de reforço da sociedade.

Chegou o tempo de dar um rumo novo à nossa história.

Portugal tem de se organizar dentro de si, não para se fechar, mas para se abrir, para alcançar uma presença forte fora de si.

Não conseguiremos ser alguém na Europa e no mundo, se formos ninguém em nós.

Não é por sermos um país pequeno que devem ser pequenas as nossas ambições. O tamanho não conta; o que conta, e muito, é o conhecimento e a ciência.

Senhor Presidente de República,

O convite de V. Ex.ª, que muito agradeço, é um gesto de reconhecimento das universidades e do seu papel no futuro de Portugal.

Em Lisboa, na célebre Conferência do Casino (1871), Antero disse o essencial: A Europa culta engrandeceu-se, nobilitou-se, subiu sobretudo pela ciência: foi sobretudo pela falta de ciência que nós descemos, que nos degradámos, que nos anulámos.

Antero tinha razão e o século XX ainda mais razão lhe veio dar. O drama de Portugal, do nosso atraso e da nossa dependência, tem sido sempre o afastamento de sociedades que evoluíram graças ao conhecimento e à ciência.

Nas últimas décadas, realizámos um esforço notável no campo da educação (da escola pública), das universidades e da ciência.

SE TRANSFORMA A PARTIR DO CONHECIMENTO

Pela primeira vez na nossa história, começamos a ter a base necessária para um novo modelo de desenvolvimento, para um novo modelo de organização da sociedade.
É uma base necessária, mas não é ainda uma base suficiente.
Existe conhecimento. Existe ciência. Existe tecnologia. Mas não estamos a conseguir aproveitar este potencial para reorganizar a nossa estrutura social e produtiva, para transformar as nossas instituições e empresas, para integrar uma geração qualificada que, assim, se vê empurrada para a precariedade e para o desemprego.
É este o nosso problema: a ligação entre a universidade e a sociedade. É esta a questão central do país: uma organização da sociedade com base na valorização do conhecimento.
Insisto. Apesar de todos os contratempos, Portugal tem hoje uma capacidade instalada, nas universidades e na ciência, que nos permite sair de uma posição menor, periférica, e superar o fosso tecnológico que se cavou entre nós e a Europa.
Não temos tempo para hesitações. As universidades vivem de liberdade, precisam de ser livres para estarem à altura do que a sociedade lhes pede.
É por aqui que passa o nosso futuro, pela forma como conseguirmos ligar as universidades e a sociedade, pela forma como conseguirmos que o conhecimento esteja ao serviço da transformação das nossas instituições e das nossas empresas.
É por aqui que passa o nosso futuro, um outro futuro para Portugal.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,
Também Lisboa se está a transformar graças à criação, à energia da cultura e da ciência, graças aos estudantes que aqui chegam de todas as partes do mundo.
Lisboa é dos poetas. Em abril, a poesia esteve na rua e fez-nos emergir da noite e do silêncio.
A poesia volta sempre à rua, através desta língua que é a nossa mátria, desta língua que nos permite estar connosco e com os outros, nas comunidades que nos multiplicaram pelo mundo e nos países que são parte de nós.
25 anos depois, não esqueço José Afonso: Enquanto há força, cantai rapazes, dançai raparigas, seremos muitos, seremos alguém, cantai também.
Cantemos todos. Por um país solidário. Por um país que assegura o direito às coisas básicas e simples. Por um país que se transforma a partir do conhecimento.
Não podemos ser ingénuos. Mas denunciar as ingenuidades não significa pôr de lado as ilusões, não significa renunciar à busca de um país liberto, de uma vida limpa e de um tempo justo (Sophia).
Foi esta busca que me trouxe ao Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.

SAMPAIO DA NÓVOA: CANTEMOS TODOS POR UM PAÍS QUE

Realidade inaceitável

Martins Guerreiro

ESTE ANO O 10 DE JUNHO FOI DIFERENTE. Revelou um português a quem o não conhecia, a quem está de fora do meio académico, revelou o Reitor da Universidade de Lisboa – Sampaio da Nóvoa.

Numa intervenção com a grandeza das coisas básicas e simples, recorrendo à história e à cultura portuguesas, pôs a nu, perante os instalados no poder, a "realidade inaceitável" em que se encontra o nosso país e a nossa sociedade.

Não vou repetir os argumentos dos dois textos que escrevi nos dois últimos números do Referencial sobre a incapacidade da classe dirigente e a sua dependência do capital financeiro nacional e internacional, nem sobre a fraca qualidade da nossa democracia.

Tenho, porém, de voltar a assinalar a profunda quebra de confiança entre a casta dirigente, os órgãos do poder e a generalidade dos cidadãos, bem como a colonização e canibalização do aparelho de Estado e dos serviços públicos pelo capital especulativo, por estes dirigentes e os seus servidores.

A democracia e o Estado foram capturados por interesses de grupo e por esta "elite" política subordinada ao poder financeiro.

A transferência dos sacrifícios e do peso da crise para as classes média e trabalhadora está a provocar o empobrecimento da sociedade e a reduzir de forma brutal o valor do trabalho, sem que sejam chamados a dar igual contributo a classe dirigente e os rendimentos do capital.

Foi sempre o povo português que em momentos de crise e de evidente falha dos dirigentes soube encontrar e construir soluções e alternativas adequadas. Essa é de novo a esperança que nos alimenta perante a falta de qualidade e as medíocres reproduções dos dirigentes que nos tem governado nos últimos anos.

Esta casta dirigente não tem dimensão científica, cultural ou humana relevante, estão dependentes de orientações externas, juram hoje princípios e valores que esquecem amanhã, insistem e agravam medidas ditadas por interesses alheios aos da generalidade dos cidadãos, põem em causa a dignidade das pessoas e a integralidade dos direitos humanos.

Sampaio da Nóvoa, na sua intervenção, mostra essa "realidade inaceitável" e sugere alternativas patrióticas através da valorização do conhecimento e das pessoas.

Alguns dos últimos acontecimentos e actos protagonizados pelos detentores do poder e pelos órgãos de soberania tornam ainda mais evidente esta realidade.

É forçoso que tomemos consciência disso e em coerência actuemos para que tal consciência se alargue à maioria dos cidadãos de forma a provocar uma alteração qualitativa da realidade.

Vejamos agora o processo em curso e o que recentemente se passou com o acórdão do Tribunal Constitucional sobre o confisco dos 13.º e 14.º meses dos pensionistas e funcionários públicos, que já havíamos denunciado:

Este acórdão, pela forma como o processo foi originado e estabelecida sua aplicação para o ano de 2013 e seguintes, evidencia de forma flagrante a incapacidade e irrelevância do Presidente da República, a obscuridade da Assembleia da República no que se refere à observação da Constituição, ainda que a iniciativa de enviar o caso ao Tribunal Constitucional tenha partido de um grupo de 25 deputados, a posição do Governo de total desrespeito pela Constituição que aliás considera um pormenor, a que sobrepõe outro "pormenor" – o acordo com a Troika. O próprio Tribunal Constitucional sai ferido com a "suspensão" da Constituição durante o ano de 2012.

Os titulares do poder e as figuras menores que o exercem, estão a desprestigiar rapidamente o exercício do poder, a representação do Estado e a degradar a imagem do país, no momento em que

SE TRANSFORMA A PARTIR DO CONHECIMENTO

mais precisávamos de dirigentes respeitados, dignos e que fossem exemplo de servidores públicos.

A NOSSA REALIDADE INACEITÁVEL MOSTRA-NOS:

■ Titulares do poder e dos órgãos de soberania sucessivamente vaiados em público, ou que desistem de estar presentes perante a previsão de uma recepção menos simpática ou ainda que evitam entrar e sair pela porta principal em actos de presença oficial. Isto tem acontecido e tem tendência a acontecer cada vez mais com: PR, PM, ministro-adjunto e outros elementos do governo. A perda do respeito público é da maior gravidade para quem exerce o poder

■ Revelação por parte de detentores do poder de falta de princípios e ética, nas justificações que dão para os atropelos à lei que protagonizam e no desrespeito: dos compromissos formais assumidos ou dos contratos firmados para com os cidadãos e o País

■ A facilidade, ligeireza e superficialidade das justificações para passar ao lado do juramento de respeitar e fazer respeitar a Constituição ou de cumprir com lealdade (para com o povo soberano) as funções para que foram nomeados ou escolhidos

■ O rápido desprestígio em que se afunda a prática do poder em Portugal, o afastamento cada vez maior e a continua quebra de confiança entre os cidadãos e o poder.

■ O acelerado empobrecimento da generalidade dos cidadãos (99 por cento)

■ O crescimento da insegurança e do receio quanto ao futuro, gerador de sentimentos de raiva, desespero e revolta

■ A alienação e degradação dos serviços e bens públicos, o desprezo do poder pela dignidade das pessoas e por direitos básicos, como o do trabalho

■ O continuo crescimento das desigualdades sociais

Poderemos alterar esta realidade inaceitável?
Podemos e devemos. Com mais democracia. Libertando o Estado desta casta dirigente cleptocrática, rentista e parasitária, colocando ao serviço da generalidade dos cidadãos os recursos do País e a capacidade realizadora de todos, sem excluídos nem marginalizados. Recusando sacrificar ao mercado e aos interesses do capital especulativo as classes médias e trabalhadoras, os jovens, os desempregados, os precários, os reformados e pensionistas.
Podemos e devemos rejeitar vias e medidas que não respeitam a dignidade humana. Podemos e devemos rejeitar dirigentes inábeis para o serviço público, rejeitar dirigentes que servem interesses estrangeiros ou alheios á grande maioria dos portugueses e a Portugal.
Podemos; é nossa responsabilidade construir alternativas que devolvam ao país o seu lugar de parceiro de pleno direito, é nossa responsabilidade encontrar vias, formas de convergência e unidade na acção, entre os cidadãos integros e patriotas
Podemos sim, tornar realidade o sonho de um país mais livre, solidário e fraterno, valorizando: o trabalho, a nossa capacidade realizadora e os nossos recursos, imaginação, criatividade e engenho, superando a incapacidade de organização e direcção daqueles que tem ocupado os postos de chefia do Estado e da Sociedade
É hora de realizar Portugal do século XXI.

SAMPAIO DA NÓVOA: CANTEMOS TODOS POR UM PAÍS QUE DESAB

José Manuel Costa Neves

Estou zangado com os incompetentes que têm governado Portugal como se este país fosse um brinquedo semelhante àqueles que lhes ofereciam quando eram garotos mimados e bem comportados. Quando estragavam algum deles nada de grave acontecia. O caixote do lixo estava sempre pronto a engoli-lo e os solícitos familiares a substituí-lo por outro ainda mais atraente. Ia-se embora a tristeza e todos ficavam felizes.

O tempo passou e esses meninos de outrora são hoje ministros e deputados, gente poderosa que põe e dispõe da vida dos cidadãos, tal como o faziam com os seus antigos bonecos, sem cuidarem de perceber que agora estão a lidar com gente de carne e osso que sofre com fome, frio, doença, insegurança e, acima de tudo, com o medo angustiante de não poder contribuir para que os seus filhos possam aspirar a um futuro digno e feliz. Gente com sentimentos, que não podem transformar em lixo descartável só porque é idosa, doente, sem abrigo, desempregada, precária ou sem fortuna. Gente a quem é imoral e insultuoso pedir, numa altura em que encontrar emprego é como achar agulha no palheiro, que transformem alegremente a desgraça que se abateu sobre elas em oportunidades de sucesso.

Estou zangado e preciso de desabafar.

Portugal está a navegar e arrisca naufragar num mar de mediocridade política agitado por monstruosas ondas de corrupção, compadrio e incompetência. Os governantes, apesar dos avisos que lhes têm sido dirigidos, insistem teimosamente em impor ao povo políticas comprovadamente erradas e nocivas para os interesses da Nação, fazendo lembrar o episódio da bela nau "Portugal", construída para a Exposição do Mundo Português de 1940, que foi lançada à água às arrecuas e, logo que ficou a flutuar, perdeu o equilíbrio, adornou para a direita e naufragou, sem honra nem glória, nas águas poluídas do Tejo. Coincidência ou não, também nesse caso, os decisores não ouviram a voz do povo expressa através dos conselhos do construtor, mestre Manuel Maria Bolais Mónica, que bem os tinha avisado de que aquela nau nunca haveria de navegar.

Portugal precisa desesperadamente de governantes com espírito patriótico, capazes de arquitectarem um projecto nacional e de conceberem estratégias consistentes para o levar a bom porto. À semelhança do que fizeram, há meia dúzia de séculos atrás, alguns reis inteligentes, designadamente D. João II, quando sabiamente perceberam que o país só podia crescer para o mar e enriquecer através do estabelecimento de relações comerciais com outros povos e, mais importante ainda, que só o poderiam fazer com o contributo de sábios e académicos com competência para criar, reunir e organizar o conhecimento e a tecnologia necessários para concretizar tão ambicioso e inovador empreendimento.

Infelizmente, essa brilhante lição histórica de inovação e empreendedorismo ou é desconhecida, ou não foi devidamente percebida pelos nossos governantes actuais, incapazes de verem mais longe do que o malfadado memorando da troika e o défice por ela imposto, ridiculamente trans-

SE TRANSFORMA A PARTIR DO CONHECIMENTO

AFO

Somos, socialmente, uma sociedade pacífica de revoltados.
Miguel Torga

formado em desígnio nacional que nos está a conduzir irremediavelmente ao empobrecimento e à estupidificação colectiva. É uma ofensa à inteligência dos portugueses que, perante os desastrosos resultados económico-financeiros e sociais das políticas seguidas pelo Governo, continuem a pretender lavar o cérebro dos cidadãos para os levar a crer que as únicas portas de saída possíveis para a crise são a austeridade alucinada e a exploração desenfreada dos que vivem do seu trabalho e das suas pensões.

Eles sabem o que fazem e porque o fazem e, por isso, não merecem o perdão dos portugueses! Mas não nos deixaremos iludir...

Contrariamente ao que afirmam os nossos governantes, a boa imagem de Portugal no exterior não se conquista com simpática obediência, subserviência e uma visão paroquial da política internacional. Ela abrilhanta-se, isso sim, com actos de frontalidade, inteligência e sabedoria dos que, em sua representação, se agigantam na defesa dos interesses nacionais e do povo em pé de igualdade com todas as outras nações do mundo, sejam elas pequenas ou grandes, fortes ou fracas. Portugal não aspira a ser bom aluno de ninguém e muito menos duns quaisquer burocratas cinzentões às ordens dos grandes banqueiros. Portugal exige ser tratado com a dignidade e o respeito que lhe confere o facto de ser o Estado-Nação mais antigo da Europa e aquele que primeiro deu "novos mundos ao mundo".

A crise que estamos a viver não é exclusivamente portuguesa. Tem raízes na maior crise global e sistémica que alguma vez abalou o capitalismo, ao ponto de a sua própria sobrevivência estar a ser posta em causa. A presente crise é o resultado lógico de a economia capitalista se ter deixado enredar num monstruoso processo de criação de capital fictício do qual não se consegue libertar e da demissão dos políticos das suas responsabilidades em benefício dos sacrossantos mercados todo-poderosos dominados pelos especuladores financeiros. O mundo, incluindo a Europa e em particular a zona euro, está a ser conduzido para uma situação tão grave e perigosa, que só a substituição do actual modelo capitalista poderá resolver de forma a beneficiar a generalidade da população mundial.

A crise doméstica é sobretudo fruto de políticas erradas, imprudentes e muitas vezes imorais, de sucessivos governos, que conduziram à progressiva destruição da nossa economia e à acumulação da enorme dívida que nos sufoca e vai continuar a sufocar sucessivas gerações de portugueses. Há muito que os sinais da crise se encontravam à vista de todos, sem que os governantes e os partidos que os apoiavam os tivessem em consideração na formulação das suas políticas governativas. Faltou-lhes a vontade, visão estratégica e sentido de estado para o fazer.

Perante o espanto dos cidadãos mais avisados, a dívida nacional foi-se avolumando progressivamente, atingindo valores que tornam hoje o seu pagamento praticamente impossível, a não ser que se alterem radicalmente as políticas suicidárias que estão a ser seguidas pelo Governo. Aliás, ainda que de forma envergonhada, já se ouvem políticos liberais, designadamente em Portugal e na Europa, a reconhecer a razão das

SAMPAIO DA NÓVOA: CANTEMOS TODOS POR UM PAÍS QUE DESABAFO

teses dos que sempre afirmaram que a austeridade aliada à política de baixos salários conduziria fatalmente a mais austeridade, mais recessão, mais desigualdade, mais dívida e mais empobrecimento.

Tenham paciência, estou zangado e preciso de desabafar um pouco mais.

É preciso repetir à exaustão que não foi o povo a viver acima das suas possibilidades que causou a dívida que nos atormenta. Os verdadeiros culpados são os Governos que implementaram políticas iníquas e desajustadas da realidade portuguesa e que permitiram o esbanjamento dos recursos públicos, desistiram de regular a banca, conluiaram-se em pérfida simbiose com os grandes grupos económicos e financeiros, incentivaram a especulação financeira, encorajaram o consumismo, usaram e abusaram dos dinheiros públicos em fraterna convivência com os maiores burlões, corruptos e oportunistas da sociedade portuguesa, permitiram a fuga de capitais e a lavagem de dinheiro sujo, protegeram as grandes fortunas, etc. É para esconder esta incómoda verdade que o actual Governo se tem negado a nomear uma entidade idónea e independente, por exemplo o Tribunal de Contas, para realizar uma auditoria à dívida soberana, cujas conclusões permitissem esclarecer os portugueses sobre o seu grau de legitimidade e identificar os verdadeiros responsáveis pelos excessos cometidos. Aliás, atendendo ao estado grave em que o país se encontra, defendemos que deveria ser o próprio Presidente da República, usando o poder de que está investido, a patrocinar a iniciativa, na certeza de que contribuiria com a sua atitude para criar um clima de transparência democrática propício à recuperação da confiança perdida dos cidadãos nos políticos que os representam.

Infelizmente, estamos habituados a que o mais alto magistrado da Nação quando deve falar ou actuar não o faz e, quando o faz, é apenas para explicar porque não o fez quando o devia ter feito.

As serôdias soluções que o Governo teima em aplicar para resolver a crise, como era previsível, não funcionam. Manietado pela ideologia liberal que o orienta, não quer entender que o Estado da Nação exige soluções novas para os novos problemas que a ameaçam. Por isso, precisamos urgentemente de um Governo inovador, constituído por gente comprovadamente séria, descomprometida e competente, capaz de desenvolver um projecto nacional mobilizador, que devolva a Portugal o respeito da comunidade internacional e aos portugueses a esperança dum futuro melhor. Gente da sociedade do conhecimento, com sabedoria para estabelecer e implementar estratégias coerentes e realistas para a recuperação do sistema produtivo nacional, sem o qual não há desenvolvimento possível. Gente com sentido do serviço público e coragem para escorraçar deste templo que nos viu nascer os vendilhões e agiotas que enriquecem com a especulação financeira e a desgraça alheia.

Precisamos urgentemente de aplicar ao caso português políticas alternativas que nos libertem da ditadura da troika e da banca e nos devolvam a soberania perdida. Elas existem e são conhecidas. Para as aplicar só nos falta um Governo com a coragem suficiente para retirar da gaveta, onde desde há muitos anos se encontra esquecido, o socialismo democrático que, em 25 de Abril de 1974, tantas legítimas esperanças trouxe ao povo português.

Continuo zangado, mas pelo menos desabafei convosco.

Termino confessando a todos os zangados como eu e que porventura me leiam, que sou dos acredito que, todos juntos, teremos a força anímica necessária para não nos deixarmos atolar no pântano da cobardia e da indiferença. Sem ódio, sem raiva, sem vingança.

SE TRANSFORMA A PARTIR DO CONHECIMENTO

FOTO: Lusa

SAMPAIO DA NÓVOA: CANTEMOS TODOS POR UM PAÍS QUE

Solidariedade e democracia no projecto europeu

Vasco Lourenço

EM 1957 MONNET E SCHUMAN viram a sua ideia de uma grande comunidade económica europeia transformar-se em realidade, com o Tratado de Roma. Pela primeira vez, de forma voluntária, seis nações prescindiam de parte do exercício dos seus poderes, criando órgãos de gestão comuns sobre uma população superior, à época, a 150 milhões de pessoas.

Afirmou-se então que a razão de ser dessa acção era a da construção de um espaço solidário, onde a democracia fosse a regra.

O facto é que, ainda que apontada como pensamento romântico dos sonhadores federalistas que criaram a grande Nação Europeia, a solidariedade servia de argamassa ao conjunto de interesses parcelares, que justificaram, em última análise, o compromisso que então se alcançou. Em primeiro lugar, o criar condições para evitar as cíclicas guerras em que os europeus se vinham envolvendo, na disputa entre si pelas melhores terras de cultivo, pelos melhores acessos ao mar, pelas melhores zonas mineiras.

Por outro lado, a França pretendia recuperar a liderança política, a Alemanha aspirava a reconstruir a sua economia e manter viva a possibilidade de reunificação, a Itália sonhava com a modernidade e os Estados mais pequenos ansiavam por ter voz nos assuntos do Continente.

Por último, mas não menos importante, a necessidade de fazer frente ao bloco soviético que, na sequência da 2.ª Guerra Mundial, se digladiava no que ficou conhecido por guerra fria, com o bloco onde a Europa ocidental se inseria, a NATO.

Se a solidariedade serviu para dar corpo aos diversos interesses particulares de cada país fundador, ela permitiu também fortalecer as democracias europeias, em oposição ao que se praticava para além da chamada Cortina de Ferro. Lembremos que, nesse sentido, a Comunidade Europeia adoptou, protegeu e incentivou as medidas de protecção e apoio social que já se haviam desenvolvido nos anos 30 do século XX e que foram retomadas, logo que a reconstrução da Europa o permitiu. Ou seja, das ruínas da guerra nasceu o Estado Social, acarinhado e desenvolvido pela então Comunidade Económica Europeia. Sem esquecer que este resultou, em primeiro lugar, da luta dos trabalhadores contra os patrões, isto é, da luta do trabalho contra o capital. Com efeito, impõe-se ter presente que o Estado Social não é uma dádiva, é sim uma conquista, alcançada em nome da coexistência dos dois modelos de organização social e política, que então se digladiavam, o capitalismo e o socialismo.

Por isso, se não compreende a cegueira do capital que ao tentar eliminar o Estado Social, em nome de uma cega ganância pelo lucro, está a pôr em causa a estabilidade, a paz e a sua própria sobrevivência.

Foi graças a tais políticas sociais de solidariedade que as forças políticas europeias de carácter inequivocamente democrático conseguiram obter as vitórias políticas que consolidaram o extraordinário espaço de liberdade e de democracia que tem sido a Europa de hoje. Com efeito, os estrategas políticos europeus perceberam que a Democracia, o direito de voto e os direitos civis, a liberdade de expressão e de imprensa, a consagração legal da igualdade entre cidadãos, apesar do enorme progresso que constituíam na história mundial, não seriam suficientes para se imporem como a ideologia dominante na Europa, face à propaganda de Leste e ao poderio do Pacto de Varsóvia.

Portanto, a solidariedade, sob a forma do nosso actual Estado Social, revelou-se um pilar tão importante das sociedades democráticas como o são a Liberdade e a Igualdade.

Por isso, se tornou indispensável à manutenção da Europa comum.

Sendo absolutamente legítimo afirmar-se que sem solidariedade não haveria União Europeia!

No trajecto da construção europeia, podemos considerar que a moeda única constituiu a expressão máxima da união de interesses mútuos e nacionais, criando a aparência numa crença de que os futuros económicos e políticos estavam tão inexpugnavelmente entrelaçados que permitia criar um instru-

SE TRANSFORMA A PARTIR DO CONHECIMENTO

mento comum de soberania sem precedentes.
Lamentavelmente, para desgraça do projecto europeu, esse desiderato foi levado à prática quando se desvaneciam já as razões e os impulsos que haviam "justificado" a solidariedade: as recordações da 2.ª Guerra Mundial, a ameaça existencial do comunismo, uma Alemanha dividida.
Se ao desaparecimento destas motivações "invisíveis" juntarmos as profundas alterações económicas que entretanto se verificaram no mundo com o fim dos impérios coloniais, tendo a Europa deixado de ter acesso, privilegiado e em condições que ela própria determinava, às matérias-primas que constituiam a base do seu progresso, ficamos com um quadro totalmente diferente do que existia, quando a CEE foi criada. Se tivermos em consideração que economias antes "dominadas" pela Europa progrediram, pondo em causa e acabando mesmo com a importância liderante do velho Continente, se tivermos presente o assumir da posição de "dono" do mundo por parte do velho aliado e parceiro privilegiado da Europa, compreenderemos como a Europa perdeu importância e, com isso, passou a ter menos dinheiro para praticar a solidariedade.
Dir-se-á, então, que a solidariedade só é viável se houver dinheiro? Lamentavelmente, não deveria ser assim, mas é. Quando o dinheiro não abunda ou começa a escassear, os países são levados a fecharem-se, a tomarem atitudes egoístas, em nome da sobrevivência, a esquecerem-se dos outros, mesmo que lhes sejam devedores, por acções anteriores por estes praticadas.
Foi isso que aconteceu, quando a crise financeira bateu à porta da Europa, e entrou por ela dentro, com os países do Norte a carregarem sobre os do Sul, subalternizando todas as intenções de ajuda solidária que era pressuposto fazer parte integrante da Comunidade Europeia.
Resultado, hoje assistimos ao regresso de velhos fantasmas, que nos poderão levar a novos conflitos regionais ou globais.
O Mundo alterou-se profundamente, nos últimos tempos. O domínio do financeiro sobre o político faz regredir as sociedades a fórmulas dos séculos XVIII e XIX.
O sistema democrático, grande conquista do Ocidente, nomeadamente da Europa, é incompatível com os novos senhores do Mundo, pelo que estes tudo farão para o destruir.
As conquistas alcançadas pelas classes trabalhadoras, que serviram de ponto de equilíbrio das sociedades nos últimos 150 anos, tendem a desaparecer, levadas pelas vagas geradas pelos insaciáveis senhores das finanças.
O Estado Social europeu tem os dias contados.
A luta é entre a Europa imaginada por Jean Monet e a Europa dos Merkosy! (Felizmente, alguns destes vão ficando pelo caminho...)
A luta é entre a tentativa de escravização da maioria esmagadora das populações e a revolta dos escravos!
Não será um problema apenas europeu, mas também do seu aliado principal.
Mas, para nós, o facto é que o projecto europeu está em perigo de vida.
A Democracia, para os cidadãos europeus, é o regime de liberdade e de igualdade no qual escolhem por maioria os seus governantes, mas também é o regime que os protege na doença, que os ampara na velhice, que suporta a educação dos filhos, que os apoia no desemprego e no infortúnio. Este compromisso fundamental, no qual a propriedade individual convive com a solidariedade colectiva, dentro de um regime de liberdade e de igualdade, é a própria essência da nossa Europa, é o cimento que une os povos da Europa na União Europeia.
Com efeito, nos últimos cinquenta anos quase desapareceram as tensões e as guerras europeias, substituídas por um Estado de bem-estar generalizado como nunca se viu na história da Humanidade. Nunca, em nenhum lugar, a população em geral gozou de tanta liberdade e de tanta prosperidade, para si e para as suas famílias, como a população europeia, na generalidade dos países que agora integram a União.
Pois bem, tudo isto está a desaparecer...
Nesse contexto, que fazer?
A solução passa por não desarmarmos, por irmos

SAMPAIO DA NÓVOA: CANTEMOS TODOS POR UM PAÍS QUE

ao combate! Um combate árduo, difícil, perigoso, mas que não rejeitamos, com a convicção de que conseguiremos vencer. Com a nossa acção, contribuiremos para direccionar o futuro, ajudando a construir uma Europa mais forte, porque mais solidária. Só recuperando o sentir da solidariedade que esteve na base da sua fundação, a Comunidade Europeia conseguirá vencer a crise em que está mergulhada. Aliás, podemos afirmar que foi a diminuição da solidariedade no projecto europeu que fragilizou a Europa e a fez pasto da actual crise. Solidariedade que, sendo parte intrínseca dos europeus, fez com que estes, ao deixarem-na dissolver, se colocassem à mercê dos especuladores financeiros.

Não iremos escalpelizar todos os procedimentos e erros que, face à eclosão da crise, iniciada nos EUA com a implosão da banca, os europeus cometeram. O facto é que, face à descoberta da situação criada na Grécia, a solidariedade europeia, que foi a trave mestra da integração dos povos do nosso continente, desapareceu de repente! E a Europa foi dirigida como uma empresa na qual um dos seus departamentos tinha aldrabado nas contas e portanto era preciso ser saneado, para que os restantes departamentos mantivessem o seu curso. Com isso, tentaram pôr-se em prática as soluções que nos tinham levado à crise. Com a agravante de serem protagonizadas, na generalidade, pelos mesmos que a isso nos haviam conduzido...

Amparando-se nos media, que dominam, os defensores do economismo, *economism* como afirmou o sociólogo americano Craig Calhoun, deturparam a economia e pretendem convencer-nos de teorias que lhes servem para justificar os seus fins. Defendem eles, por um lado, que a economia dos Estados se pode comparar às contabilidades domésticas ou familiares, por outro lado, que a economia tem uma aura e uma singularidade tais que a transformam num saber de dimensões esotéricas a poucos acessível, como uma espécie de religião a que ninguém se poderá permitir ser descrente.

Ora, considerando-se a economia uma ciência, ela admite o erro e a falha, mas exige a honestidade intelectual do investigador para reconhecer o erro e não o repetir ou escamotear.

Contrariamente ao que defendem os seguidores do economismo, a economia não é infalível, não existe uma mas sim várias teses e múltiplas teorias económicas, sendo que a escolha de qualquer uma é já uma escolha no interior do cultural - o desenvolvimento e mesmo o crescimento de um país não pode medir-se exclusivamente pelo PIB, mas também por outros índices, como o da felicidade dos cidadãos, o da qualidade da habitação, o da qualidade ambiental, etc., etc.

Ao contrário do que têm tentado fazer crer, o economismo não é neutro, está profundamente ligado à ideologia neoliberal. As comparações com que nos querem iludir não são, de todo em todo, aceitáveis! Por exemplo, o Estado não é uma empresa, mas sim uma super-estrutura funcional de um país, de uma pátria, que se define por fronteiras físicas mas também simbólicas, fundamentais para a sua existência, administrada segundo princípios morais e do bem comum e que não está sujeita ao princípio do lucro. Para os praticantes do economismo, o bem público e a administração pública, os dois representantes do que há de mais salutar e humanista nos Estados modernos, não têm lugar!...

Do mesmo modo não podemos aceitar a esses ditos economistas a confusão que fazem entre economia e mercado financeiro e a teoria que pretendem impor de que aos cidadãos não compete discutir o tipo de economia que desejam. Temos que ser claros e contundentes: a responsabilidade pela crise, pelo endividamento, pelos défices, não cabe aos cidadãos em geral! Não foi a luxúria do passado que nos levou à actual situação! Os cidadãos pagaram os seus

SE TRANSFORMA A PARTIR DO CONHECIMENTO

impostos e foram os governantes que assumiram as decisões que aqui nos trouxeram.
Como não podemos aceitar que a responsabilidade é da administração pública, diabolizada pelo discurso dos praticantes do economismo.
Teremos de defender uma economia que reduza a pobreza e promova os cuidados de saúde, a educação, habitação digna e boa qualidade alimentar, para a maioria dos cidadãos. Uma economia que reconheça o valor e a dignidade do trabalho. Enfim, uma economia que, assente numa sociedade com justiça, reclame que a finalidade da acção é o homem e o seu bem em si, não o privilégio de alguns, desculpados por via do assistencialismo, a forma mais discriminatória de distinguir os incluídos dos excluídos.
Como ficou claro até aqui, só a solidariedade, que criou o Estado Social, permitiu a consolidação do projecto europeu.
Não defendemos que o actual Estado Social seja intocável, que não seja discutível. É evidente que o mesmo terá de ter presente as enormes alterações no mundo, em termos políticos e económicos. Não pode é ser o bode expiatório para resolver os erros dos que nos trouxeram à crise!
Não são os cidadãos os responsáveis pelo desvio que os capitalistas fizeram ao aplicar os recursos próprios para a investigação inovadora nos mercados financeiros. Na necessária reconstrução do capital, o desastre desses investimentos não pode ser resolvido substituindo os meios que teriam sido gerados pela produção das inovações, pelo recurso aos meios adstritos aos direitos do Estado Social.
Sabemos que o mais fácil é extorquir aos que têm menos capacidade, isto é ao Estado Social, mas temos de ter presente que este, sendo um conjunto de direitos de cidadania é também o cimento da coesão social! E as rupturas na coesão social acabam muitas vezes em soluções totalitárias.
Mas, o facto é que, com esta Europa não haverá Estado Social!
E porque o Estado Social é indissolúvel do sistema político, da democracia, se queremos manter a democracia temos de manter o Estado Social!
Mas, pelo caminho que levamos, a actual política económica inviabiliza o Estado Social! Por isso, temos de alterar a política económica! Temos de encontrar uma política que mobilize os cidadãos, só possível se assentar num caminho para o desenvolvimento. O que contradiz a Europa dos Merkosy!
Desse projecto mobilizador tem de fazer parte uma melhor distribuição da riqueza. O empobrecimento não é solução! Mesmo com a diminuição da riqueza, continua a haver riqueza. Tem é de ser melhor distribuída.
A questão que temos de enfrentar é bem clara:
O Projecto Europeu transformou-se numa defesa meramente financeira da moeda europeia, ignorando-se as populações afectadas, designadamente os pobres, os idosos e os desempregados.
Para onde foi o valor da solidariedade na Europa?
O facto é que a Europa, em vez de assumir que a crise que a atravessa é um sintoma de degradação da sua importância na economia mundial, e analisar e preparar as medidas correctivas necessárias da organização da sociedade, visando um melhor investimento produtivo, mais inovação tecnológica, melhor investigação científica, mais formação profissional, preferiu proceder a uma tremenda diminuição das condições de vida da maioria dos povos dos países do Sul, exigindo uma austeridade nas contas públicas destes países que incide sobre a saúde, a educação, as pensões e os subsídios de desemprego.
Ou seja – os líderes europeus – que saudades que os actuais "líderes" nos fazem sentir de homens como Jaques Dellors! – optaram por sacrificar a solidariedade inerente ao projecto europeu, diminuindo os custos de produção dos países resgatados, e assim os próprios custos globais da União como não produtivos.
E tudo indica que será a solidariedade colectiva que também irá fatalmente ser reduzida no futuro, mesmo nos países mais ricos da União, em ordem a tornar competitivas as suas economias, face às eco-

SAMPAIO DA NÓVOA: CANTEMOS TODOS POR UM PAÍS QUE

nomias dos países emergentes – ou seja, a solução encontrada será a de diminuir os custos com os elementos da sociedade que não são directamente produtivos, como acontece na China ou na Índia. Os idosos, os jovens com menor formação, os doentes e os desempregados serão os mais atingidos, mas os próprios produtivos terão também os seus salários e rendas reduzidos.

Que efeitos terá esta quebra dos valores da solidariedade no Projecto Europeu?

É possível prever que, face aos nacionalismos populistas que já existem num ou noutro dos países mais ricos, se assista também ao reavivar de velhos conflitos históricos entre antigos inimigos, e a Europa tem um terreno fértil para o desenvolvimento destas situações - basta lembrar que o final da antiga Jugoslávia conduziu a uma guerra criminosa e a operações de limpeza étnica que julgávamos impossíveis nas fronteiras da União, e que ainda não está integralmente resolvida, pois mantém-se a ocupação do Kosovo pela Nato.

Os cidadãos europeus, em geral, também terão grandes dificuldades em aceitar uma Europa que lhes traga austeridade e até a pobreza e o desemprego. Se já é difícil aceitar que tais problemas ocorram por decisões dos seus governantes nacionais eleitos, como é que os europeus aceitarão, no futuro, deliberações que serão francamente prejudiciais aos seus direitos sociais por líderes que não elegeram, que não foram objecto de sufrágio eleitoral, e que até podem ser originários de países outrora inimigos?

Provavelmente, o fim da solidariedade colectiva europeia provocará situações em que os cidadãos de cada país poderão votar em forças nacionalistas e até extremistas, que apelem ao populismo fácil e, a prazo, façam implodir a União. O Acordo de Schengen poderá ser a primeira vítima desse novo populismo.

Sejamos claros.

O cimento que une os povos europeus é o seu bem-estar, fundado no Estado Social que consubstanciando os direitos sociais de cidadania é indispensável para a conquista dos demais direitos humanos. Se a União Europeia vier a ser dirigida como uma empresa – que atende apenas à sua competitividade, à sua capacidade de vender e lucrar - não haverá qualquer razão para que portugueses, polacos, holandeses ou gregos façam o seu caminho juntos.

Entendemos que o Projecto Europeu é o da criação de uma Europa dos cidadãos.

Uma Europa de todos os europeus - homens e mulheres, comerciantes e trabalhadores, estudantes e pensionistas, doentes e desempregados, cientistas e artesãos, novos e velhos, uma Europa em que a nacionalidade de cada um seja apenas um elemento de identificação, e não um factor de desigualdade ou de conflito, e em que os recursos sejam distribuídos por uma lógica social, e não por critérios de rentabilidade empresarial.

Concluindo: para o futuro, todos os europeus têm interesse numa Europa forte. No mundo actual, que pertence cada vez mais a outros, a Europa só terá voz se estiver unida. Quer a Alemanha, a França ou a Inglaterra são países demasiado pequenos para este mundo!

E se para esse fortalecimento é necessário e importante dar forma às relações comerciais, enfrentar as mudanças climáticas, garantir as matérias-primas, com realce para as fontes energéticas, é igualmente importante consolidar a democracia e a estabilidade!

Mas, mais importante ainda, é garantir a manutenção da paz no seu seio!

Paz que está intrinsecamente ligada a tudo o resto, pois consideramos que ela, a paz, só será conseguida se garantirmos o desenvolvimento e a democracia!

A democracia está em perigo, por isso se torna urgente e imperioso lutar pela sua defesa!

Não nos iludamos: a luta que se avizinha, sendo pela paz, passa em primeiro lugar pela democracia, que, por sua vez, só é viável se houver solidariedade!

Por isso é tão necessário colocar a solidariedade na ordem do dia...

SE TRANSFORMA A PARTIR DO CONHECIMENTO

FOTO: Luso

ABRIL não desarma

HÁ 38 ANOS, OS MILITARES DE ABRIL pegaram em armas para libertar o Povo da ditadura e da opressão e criar condições para a superação da crise que então se vivia.

Fizeram-no na convicta certeza de que assumiam o papel que os Portugueses esperavam de si.

Cumpridos os compromissos assumidos e finda a sua intervenção directa nos assuntos políticos da nação, a esmagadora maioria integrou-se na Associação 25 de Abril, dela fazendo depositária primeira do seu espírito libertador.

Hoje, não abdicando da nossa condição de cidadãos livres, conscientes das obrigações patrióticas que a nossa condição de Militares de Abril nos impõe, sentimos o dever de tomar uma posição cívica e política no quadro da Constituição da República Portuguesa, face à actual crise nacional.

A nossa ética e a moral que muito prezamos, assim no-lo impõem!

Fazemo-lo como cidadãos de corpo inteiro, integrados na associação cívica e cultural que fundámos e que, felizmente, seguiu o seu caminho de integração plena na sociedade portuguesa.

Porque consideramos que:

O contrato social estabelecido na Constituição da República Portuguesa foi rompido pelo poder. As medidas e sacrifícios impostos aos cidadãos portugueses ultrapassaram os limites do suportável. Condições inaceitáveis de segurança e bem-estar social atingem a dignidade da pessoa humana.

O rumo político seguido protege os privilégios, agrava a pobreza e a exclusão social, desvaloriza o trabalho.

Sem uma justiça capaz, com dirigentes políticos para quem a ética é palavra vã, Portugal é já o país da União Europeia com maiores desigualdades sociais.

Portugal não tem sido respeitado entre iguais, na construção institucional comum, a União Europeia.

Portugal é tratado com arrogância por poderes externos, o que os nossos governantes aceitam sem protesto e com a auto-satisfação dos subservientes.

O nosso estatuto real é hoje o de um "protectorado", com dirigentes sem capacidade autónoma de decisão nos nossos destinos.

Entendemos ser oportuno tomar uma posição clara contra a iniquidade, o medo e o conformismo que se estão a instalar na nossa sociedade e proclamar bem alto, perante os Portugueses, que:

- A linha política seguida pelo actual poder político deixou de reflectir o regime democrático herdeiro do 25 de Abril configurado na Constituição da República Portuguesa;
- O poder político que actualmente governa Portugal, configura um outro ciclo político que está contra o 25 de Abril, os seus ideais e os seus valores;

Em conformidade, a A25A anuncia que:

- Não participará nos actos oficiais nacionais evocativos do 38.º aniversário do 25 de Abril;
- Participará nas Comemorações Populares e outros actos locais de celebração do 25 de Abril;
- Continuará a evocar e a comemorar o 25 de Abril numa perspectiva de festa pela acção libertadora e numa perspectiva de luta pela realização dos seus ideais, tendo em consideração a autonomia de decisão e escolha dos cidadãos, nas suas múltiplas expressões.

Porque continuamos a acreditar na democracia, porque continuamos a considerar que os problemas da democracia se resolvem com mais democracia, esclarecemos que a nossa atitude não visa as Instituições de soberania democráticas, não pretendendo confundi-las com os que são seus titulares e exercem o poder.

Também por isso, a Associação 25 de Abril e, especificamente, os Militares de Abril, proclamam que, hoje como ontem, não pretendem assumir qualquer protagonismo político, que só cabe ao Povo português na sua diversidade e múltiplas formas de expressão.

Nesse mesmo sentido, declaramos ter plena consciência da importância da instituição militar, como recurso derradeiro nas encruzilhadas decisivas da História do nosso Portugal. Por isso, declaramos a nossa confiança em que a mesma saberá manter-se firme, em defesa do seu País e do seu Povo. Por isso, aqui manifestamos também o nosso respeito pela instituição militar e o nosso empenhamento pela sua dignificação e prestígio público da sua missão patriótica.

Neste momento difícil para Portugal, queremos, pois:

1. Reafirmar a nossa convicção quanto à vitória futura, mesmo que sofrida, dos valores de Abril no quadro de uma alternativa política, económica, social e cultural que corresponda aos anseios profundos do Povo português e à consolidação e perenidade da Pátria portuguesa.
2. Apelar ao Povo português e a todas as suas expressões organizadas para que se mobilizem e ajam, em unidade patriótica, para salvar Portugal, a liberdade, a democracia.

Viva Portugal!

Lisboa, 23 de Abril de 2012

discurso directo

A PUBLICAÇÃO DO MANIFESTO, pelas reações que provocou, cumpriu os objetivos dos seus promotores?
VL – Diria mesmo que excedeu. Imediatamente, as reações de apoio foram imensas. Mas, também, a médio prazo. Recordo que terminávamos o manifesto com um apelo "ao Povo português e a todas as suas expressões organizadas para que se mobilizem e ajam, em unidade patriótica, para salvar Portugal, a liberdade, a democracia".

O que sucedeu então após esse apelo?
VL – Têm-se registado iniciativas, não direi provocadas directamente pelo manifesto, mas penso que têm alguma coisa a ver com isso.

Em todos os setores da sociedade portuguesa ...
VL – A reação tem sido bastante transversal à sociedade portuguesa. A própria A25A está ela própria envolvida numa acção concreta sobre o Estado Social; os militares de Abril estão em várias iniciativas, nomeadamente, no Congresso Democrático das Alternativas e na Auditoria Cidadã à Dívida Pública.

A publicação do Manifesto não foi portanto um acto gratuito, visava agitar as águas e objectivos muito claros...
VL – O objectivo era provocar um sobressalto cívico. Romper o medo. A nós militares de Abril custa-nos ver que as pessoas têm medo de agir. Bem sei que há condicionantes: o emprego, a segurança, mas têm medo de agir.

Devolver às populações a consciência social e suscitar o imperativo de consciência da participação e do envolvimento cívico.
VL – Exactamente.

Como reagem àqueles que consideram que o manifesto constituiu uma afronta à própria democracia, uma vez que visou a Assembleia da República comumente aceite como a "Casa da Democracia"?
VL – Nós discutimos muito isso. Tínhamos a noção que esse argumento iria constituir o primeiro ataque de quem estivesse em desacordo connosco. Tivemos, por isso, o cuidado de avisar que não estávamos a atacar as instituições democráticas, que consideramos essenciais. Mas temos todo o direito de dizer o que pensamos.

Como assim?
VL - Pensamos que as instituições democráticas, a começar na Assembleia de República, têm vindo a comportar-se muito mal ao longo destes últimos tempos. E, por isso, sentimo-nos no direito de lhes fazer a crítica, sem pôr em causa a essência da Democracia.
Fazer a crítica porquê?
VL – Quando a Assembleia da República permite as poucas-

vergonhas permanentes, que se têm passado ultimamente e que neste momento estão no auge, com certeza que é a maioria que permite, mas quando é a maioria que impõe não está a prestigiar o órgão.

Seja como for não ignora as reservas e críticas que o Manifesto mereceu...

VL – Não. Mas também não recebemos lições de democracia de indivíduos que quando lhes convém acenam com a democracia. Temo-lo demonstrado ao logo dos anos e continuaremos a fazê-lo.

E quanto às críticas?

VL – Senti-me revoltado com algumas atitudes de fazedores de opinião que estão claramente pagos pelo poder (e pagos não significa que são pagos directamente com dinheiro, são pagos de várias maneiras) e que saíram a terreiro como se nós não tivéssemos o direito de expressar as atitudes que consideramos correctas. Fazemo-lo no contexto democrático. Não apelamos a atitudes não democráticas.

No seu entender o Manifesto traduziu a expressão de um exercício eminentemente democrático, no uso de um direito que está legitimado pela própria Constituição. Não considera, portanto, haver nenhuma ruptura com a Assembleia da República.

VL – De maneira nenhuma.

Espera que a A25A seja convidada a participar nas comemorações oficiais do 25 de Abril de 2013?

VL – Em primeiro lugar espero que, nessa altura, a Assembleia da República não tenha a composição que tem actualmente. Espero que a situação em Portugal se inverta, e que acabe esta palhaçada que se está a passar.

Mas, quanto ao convite...

VL – Espero que haja uma Assembleia da República que seja melhor, que tenha condições para nos convidar e nós para aceitarmos o convite. Porque, garanto, que foi com muita mágoa e muito pesar, que no passado dia 25 de abril não estive na Assembleia da República.

38 anos de Abril, o que falta cumprir? Anos após ano como poderemos saber que Abril está a ser cumprido, sabendo que este desígnio será para a vida e até para gerações.

VL – É preciso alterar radicalmente o que se passa no País. Dissemo-lo no Manifesto que o actual poder já não representa os valores de Abril. O que está a fazer nada tem que ver com Abril. Restam os aspectos formais. Resta muito daquilo que se conseguiu ganhar a seguir ao 25 de Abril: um avanço social enorme, um desenvolvimento muito grande, a paz.

E a democracia?

VL – Da democracia e desse avanço só restam as coisas formais. Por isso, se não for possível reverter a atual situação, penso que Abril se perderá e ficará na História como um sonho lindo.

Reverter a situação como e porquê?

VL – Abril não se está a cumprir, a formalidade da democracia não chega. Portugal é actualmente um país ocupado, por forças estrangeiras, não militarmente, mas estamos ocupados. Somos um país de vendilhões que estão a vender Portugal ao estrangeiro, e estão a encher os bolsos deles e dos amigos. Estão a vender o País de uma maneira espantosa, não têm um mínimo de ética, nem decoro. Os casos sucedem-se. Se houvesse um mínimo de vergonha e de decoro, muita gente que está no poder já tinha saído há muito tempo.

Pagam 3 euros à hora a enfermeiros, destrói-se o Estado Social...

VL - Continuam a dizer que não se pode pôr em causa os contratos com as PPP, por que isso seria não honrar os compromissos. Mas não honram os compromissos com dez milhões de portugueses. *J.A.S.*

ABAIXO
ESTE
GOVERNO
FASCISTA

25 de ABRIL de 2012

Fotos de José Maria Roumier

Temos de ser capazes de vencer o medo

Disse Vasco Lourenço no discurso do Rossio, após a manifestação popular do 25 de Abril, em nome da Comissão Promotora

Foto: António José Augusto

25 de ABRIL de 2012

COMPANHEIROS E COMPANHEIRAS DE ABRIL

Aqui estamos nós, mulheres e homens de Abril, a comemorar o "dia inicial, inteiro e limpo", o dia em que se abriram as portas a todos os sonhos!
Fazemo-lo no local próprio, face à situação a que chegou o nosso país. Fazemo-lo numa perspectiva de festa pela acção libertadora, mas também numa perspectiva de luta pela realização dos ideais e valores que há 38 anos nos lançaram na procura de uma sociedade mais livre, mais justa, mais solidária.
Há 38 anos, os Militares de Abril pegaram em armas para libertar o Povo da opressão e criar condições para a superação da crise que então se vivia.
Fizeram-no na convicta certeza de que assumiam o papel que os Portugueses esperavam de si.
Hoje, não abdicando da nossa condição de cidadãos livres, conscientes das obrigações patrióticas que a nossa condição de Militares de Abril nos impõe, sentimos o dever de tomar uma posição cívica e política na defesa dos mesmos valores de Abril que enformam a Constituição.
É a mesma ética e moral que nos conduziu em Abril que no-lo impõem!
Fazemo-lo, não apenas, como militares, mas sim como cidadãos de corpo inteiro, que querem contribuir para pôr termo ao "estado a que isto chegou", como diria Salgueiro Maia.
Temos de ser capazes de vencer o medo, a apatia, o conformismo, a inevitabilidade com que nos querem amarrar. Temos de ser capazes de dizer não ao actual estado de coisas e voltar a sonhar!
Não somos donos do 25 de Abril. Desde o próprio Dia da Libertação que ele pertence ao povo português! Não abdicamos é de também o considerarmos nosso, pois nós também somos povo!

COMPANHEIRAS E COMPANHEIROS DE ABRIL,

Não podemos culpabilizar o 25 de Abril pela contínua atitude dos responsáveis políticos que, com a sua acção desbarataram a nossa confiança, destruíram esse bem precioso e vêm demonstrando não estar à altura das funções para que foram escolhidos.
O que nos coloca numa situação verdadeiramente dramática: a perda de confiança dos cidadãos nos seus dirigentes é bem mais perniciosa do que a dívida pública!

O eleito tem de ter uma permanente preocupação com o que o eleitor quer dele, com os seus anseios, as suas necessidades. O poder não é do eleito, mas sim do eleitor, que apenas lho outorga temporariamente. Por isso, o eleito não pode, uma vez escolhido, vender-se a outro qualquer poder, nomeadamente ao poder económico e financeiro.
Hoje, os eleitos já não representam a sociedade portuguesa, por isso temos de ser capazes de mudar a situação: quer através de uma maior participação nas escolhas, que impeçam que o Presidente da República tenha sido escolhido por menos de 25 por cento dos eleitores, quer através de um maior e melhor controlo da acção dos eleitos. Já se provou que estes não podem ser deixados em "roda livre", temos de ser capazes de encontrar fórmulas de uma melhor prestação de contas, por parte deles, e de um mais eficaz controlo da nossa parte.
É tempo de chamarmos à responsabilidade quem, tendo-a não cumpre os deveres que essa mesma responsabilidade lhe impõe.
Não tenhamos dúvidas: a corrupção, o compadrio, o lobismo corporativo e a abjecta mistura e dependência entre o poder político e o poder económico/financeiro parasitário – parasitário porque não é produtivo – não são mais do que resultados do sequestro da democracia portuguesa por aparelhos partidários fechados sobre si próprios que, sistematicamente, procuram inibir a participação política dos cidadãos e, até, dos seus próprios militantes!
Estamos certos que alguns irão procurar, a partir da Assembleia da República eleita, legitimar a rendição nacional à ditadura dos "mercados".
Por considerar que, nas actuais condições, a Assembleia da República não representará efectivamente os portugueses, queremos aqui proclamar que o povo português, verdadeira e única fonte de soberania, não concede a essa Assembleia da República, independentemente da composição que venha a ter, o poder de entregar a Soberania Nacional, tendo, ao contrário, o dever e a responsabilidade de se opor firmemente a tais desígnios.

COMPANHEIRAS E COMPANHEIROS DE ABRIL,

Acabei de reler algumas das passagens da intervenção que aqui fiz há um ano, quando este governo não estava em funções. Podia ter relido toda a intervenção. Fica assim claro que as recentes atitudes por nós tomadas não são conjunturais, não são partidárias, não são assumidas apenas porque temos o governo que temos. Entretanto, neste ano que passou, muito piorou em Portugal.

Portugal é hoje é um país onde:

■ O contrato social estabelecido na Constituição da República Portuguesa foi rompido pelo poder. Não podemos aceitar a hipocrisia dos que justificam a não renegociação com as PPP's com o argumento do imperativo de honrar os contratos com a finança, mas não hesitam em ignorar e romper unilateralmente os contratos que têm com muitos milhões de portugueses! O roubo dos 13.º e 14.º meses aí estão para o provar! O impedimento às reformas antecipadas e todas as alterações que cada dia implantam

aí estão para o demonstrar! Hoje somos um país onde as medidas e sacrifícios impostos aos cidadãos portugueses ultrapassaram os limites do suportável. Condições inaceitáveis de segurança e bem-estar social atingem a dignidade da pessoa humana.

- O rumo político seguido protege os privilégios, agrava a pobreza e a exclusão social, desvaloriza o trabalho.

- Sem uma justiça capaz, com dirigentes políticos para quem a ética é palavra vã, Portugal é já o país da União Europeia com maiores desigualdades sociais.

- Portugal não tem sido respeitado entre iguais, na construção institucional comum, a União Europeia.

- Portugal é tratado com arrogância por poderes externos, o que os nossos governantes aceitam sem protesto e com a auto-satisfação dos subservientes.

- O nosso estatuto real é hoje o de um "protectorado", com dirigentes sem capacidade autónoma de decisão nos nossos destinos.

Aos milhares, os portugueses abandonam de novo a sua Pátria, à procura de melhor vida noutras paragens.

As chamadas "elites" associadas aos sucessivos poderes desprezaram, desde há muitos anos, os conteúdos programáticos da Constituição da República, nascida com o 25 de Abril, transformando o seu cumprimento numa mera formalidade, num pormenor, como se atrevem a considerá-la pela boca de um ministro.
Por outro lado, no que concerne à nossa integração na Comunidade Europeia, essas mesmas "elites" resolveram sempre os assuntos europeus à porta fechada, escamoteando a realidade aos portugueses, sem os consultar, mentiram-lhes no que respeita às políticas de convergência. Como fizeram bem recentemente, na aprovação dos Novos Tratados Europeus.
O que deveria ter sido informação, reflexão, debate e mobilização para o trabalho foi substituído por propaganda, através de uma comunicação social mais ou menos condicionada, que nos ludibriou com ilusões, procurando agora culpabilizar os portugueses pelas causas da crise.
O facto é que o projecto europeu está em causa, pouco restando dos sonhos de Jean Monnet e Schuman. Hoje vivemos a Europa dos Merkozy, onde a solidariedade que lhe deu corpo desapareceu e foi substituída por uma nova ânsia de domínio pelos mais fortes.
Com efeito, nós consideramos que só a solidariedade, que criou o Estado Social, permitiu a consolidação do projecto europeu.
Não defendemos que o actual Estado Social seja intocável, que não seja discutível. É evidente que o mesmo terá de ter presentes as enormes alterações no mundo, em termos políticos e económicos. Não pode é ser o bode expiatório, para resolver os erros dos que nos trouxeram à crise!

Foto: José Maria Roumier

Sabemos que o mais fácil é extorquir aos que têm menos capacidade, isto é ao Estado Social, mas temos de ter presente que este, sendo um conjunto de direitos de cidadania é também o cimento da coesão social! E as rupturas na coesão social acabam muitas vezes em soluções totalitárias.

Para o futuro, todos os europeus têm interesse numa Europa forte. No Mundo actual, que pertence cada vez mais a outros, a Europa só terá voz se estiver unida. Quer a Alemanha, a França ou a Inglaterra são países demasiado pequenos para este Mundo!

E, se para esse fortalecimento, é necessário e importante dar forma às relações comerciais, enfrentar as mudanças climáticas, garantir as matérias-primas, com realce para as fontes energéticas, essa Europa forte só será um facto se for coesa, solidária e proteger os direitos fundamentais dos cidadãos.

Só assim poderá garantir a estabilidade a democracia e a paz no seu seio! E isso só será viável se a solidariedade ocupar lugar de relevo.

Por isso é tão necessário colocar a solidariedade na ordem do dia...

Isso passa por nos opormos a que a crise seja combatida pelos seus autores, que recorrem inevitavelmente às soluções que à crise nos trouxeram. Eles não conhecem outras e já demonstraram do que são ou não capazes!

Temos que ser claros e contundentes: a responsabilidade pela crise, pelo endividamento, pelos défices, não cabe aos cidadãos em geral! Não foi o desperdício do passado que nos levou à actual situação! Os cidadãos pagaram os seus impostos e foram os governantes que assumiram as decisões que aqui nos trouxeram.

Como não podemos aceitar que a responsabilidade é da administração pública, e das suas instituições.

Teremos de defender uma economia que reduza a pobreza e promova os cuidados

de saúde, a educação, a boa habitação e alimentação condigna, para a maioria dos cidadãos. Uma economia que reconheça o valor e a dignidade do trabalho.
Enfim, uma economia que, assente numa sociedade com justiça e homens bons e justos, reclame que a finalidade da ação é o homem e o seu bem em si, não o privilégio de alguns, desculpados por via do assistencialismo, a forma mais discriminatória de distinguir os incluídos dos excluídos.
Deve banir-se o assistencialismo como forma de ajuda e protecção dos cidadãos excluídos.
Para isso teremos igualmente que lutar contra o afastamento, cada vez mais acentuado, dos eleitos dos eleitores, que fez crescer para números inaceitáveis em democracia a abstenção, a indiferença e a desconfiança no seio do povo português. Tudo isso fez com que a corrupção passasse a ser regra do poder, as instituições fossem presa fácil de interesses de grupo ou de partido, a democracia se degradasse cada vez mais.
É neste quadro que as medidas em curso nas áreas do trabalho, do emprego, da Segurança Social e da saúde, provocam na nossa sociedade pobreza, insegurança e fome, o que leva ao desespero de muitos cidadãos portugueses.
Volta a haver um grupo restrito de privilegiados que detém, de novo, toda a riqueza nacional.
Isso leva-nos a lembrar ao poder político que a sua função é defender os direitos dos Portugueses, defender a autonomia das decisões e a soberania nacionais, no contexto actual.
O que, lamentavelmente, não vem acontecendo!
Impõe-se aqui reafirmar a nossa convicção de que os problemas da Democracia se resolvem com mais Democracia, por isso não nos arvoramos em "salvadores da pátria", nem queremos assumir um protagonismo que só cabe ao povo português na sua diversidade e múltiplas formas de expressão.
Nesse mesmo sentido, declaramos ter plena consciência da importância da instituição militar, como recurso derradeiro nas encruzilhadas decisivas da História do nosso Portugal. Por isso, declaramos a nossa confiança em que a mesma saberá manter-se firme, em defesa do seu País e do seu Povo. Por isso, aqui manifestamos também o nosso respeito pela instituição militar e o nosso empenhamento pela sua dignificação e prestígio público da sua missão patriótica.

Concluo:

1. Reafirmar a nossa convicção na vitória futura, mesmo que sofrida, dos valores de Abril no quadro de uma alternativa política, económica, social e cultural que corresponda aos anseios profundos do Povo português e à consolidação e perenidade da Pátria portuguesa.

2. Apelar ao Povo português e a todas as suas expressões organizadas para que se mobilizem e ajam, na salvaguarda da liberdade e da democracia em Portugal.

Viva o 25 de Abril!
Viva Portugal!

Direitos reservados

Militares de Abril e associados da A25A fizeram memória "do dia inteiro e limpo" no decorrer do jantar comemorativo do 38.º aniversário da Revolução dos Cravos num restaurante em Lisboa

Direitos reservados

Centenas de atletas amadores participaram na Corrida da Liberdade, no dia 25 de Abril de 2012, fazendo o percurso do Regimento de Engenharia n.º 1, na Pontinha, até à Praça dos Restauradores

Festa Jovem em Almada

Direitos reservados

Diferentes coreografias emprestaram rara beleza ao festival de ginástica no Pavilhão Cidade de Almada no Feijó

Miguel Judas

NO ÂMBITO DAS COMEMORAÇÕES de mais um aniversário da Revolução de Abril, realizou-se no passado dia 21 de Abril a 18.ª edição da Festa Jovem, organização conjunta da Associação 25 de Abril, da Câmara Municipal de Almada, da Associação de Ginástica de Lisboa e da Associação de Ginástica do Distrito de Setúbal.

Coube-me a mim, este ano, representar a Associação 25 de Abril nesse evento que decorre ininterruptamente desde 1994, acompanhado pela "brigada de trabalho" da Associação nessa prestigiada realização.

Não só por este facto mas também porque o concelho de Almada foi, para mim, a par do Alentejo e da Armada, uma escola de formação cívica e política, senti uma grande emoção por esse regresso "às origens".

Foi através de "Almada", com toda a sua dinâmica social autónoma, espírito democrático e opção revolucionária, que muitos de nós, jovens oficiais da Armada, nos ligámos, antes do 25 de Abril, ao movimento democrático popular que havia de se aliar ao MFA e impulsionar uma democracia de carácter social em Portugal.

Levava uma grande curiosidade para saber, nestes tempos sombrios para Portugal, onde "em cima", ao nível das instituições nacionais, tudo parece ruir e afundar-se em corrupção, incompetência e falta de patriotismo, como é que estavam as coisas "em baixo", directamente junto do Povo, flagelado no seu dia-a-dia por toda a série de disfuncionalidades e desconformidades super-estruturais do Estado e da gestão económica nacional.

Sim, os problemas e dificuldades estão lá mas, tal como no passado antes da Revolução, também lá permanecem a iniciativa e a resistência construtiva de que esta Festa Jovem foi uma brilhante demonstração.

Foi bom, por isso, termos ido visitar e partilhar mais uma vez com esse outro Portugal que, como a toupeira de José Afonso, esburaca, que prefere dar numa sarjeta, que na mão de quem lhe inveja e vida e tira o pão.

A Festa começou com um pequeno, lindo e inspirador concerto pela Orquestra Geração, inspirada no modelo de o sistema venezuelano de orquestras infantis, que terminou com o Hino Nacional, cantado sentidamente pelas mais mil crianças e jovens atletas e pelos seus pais a amigos.

Aproveitei a "deixa" para a minha intervenção, na qual procurei evidenciar o valor simbólico e moral da frase "Pela Pátria, Lutar, Lutar". Sim, porque vamos ter de lutar muito pela nossa pátria que o capital financeiro internacional e alguns renegados nos querem negar.

A presidente da Câmara Municipal de Almada, amiga de longa data, no seu estilo e convicção particulares, misto de moderação e grande firmeza, desenvolveu de modo pedagógico as razões e a necessidade de o Povo novamente se mobilizar para a resistência e, de mãos dadas com o poder local democrático, continuar a construir a sua alternativa, no concreto, todos os dias, em todos os recantos da Sociedade, em suma, a fazer de Portugal uma contínua Festa Jovem. Não sei se foram estas as suas exactas palavras mas, com certeza, foi este o seu significado.

Assistimos, depois, a um desfilar de vinte e três classes de ginástica representativas do trabalho do movimento associativo popular, dos animadores e professores entusiastas, da íntima ligação dos Municípios às populações, do entusiasmo esperançoso de mais de um milhar de jovens.

Desde Santo André a Campo Maior, da Ericeira a Loures, da Amadora a Palmela, o Colégio de Odivelas e, como seria normal, uma maior representação da "Margem Sul". Tive pena que, neste ano, os "meus" Pupilos do Exército não pudessem estar presentes...

E fiquei a pensar: "E se nós tivéssemos um governo decente, órgãos de soberania que, em vez de 'negócios' e seus gabinetes de advogados, representassem o povo? Certamente teríamos no país uma contínua e generalizada Festa Jovem, no trabalho, na escola, no desporto..."

Despedimo-nos dos nossos amigos da Festa Jovem com um reforçado compromisso moral de continuar a Lutar por Portugal.

Portugal esteve ali, naquele dia em Almada, e é com esse Portugal, que resiste e constrói, que a A25A deve manter-se solidária e cúmplice.

25 de Abril no Canadá

Aniceto Afonso durante a entrevista concedida a rádio CHIN

Direitos reservados

Aniceto Afonso

A ASSOCIAÇÃO CULTURAL 25 DE ABRIL DE TORONTO, núcleo capitão Salgueiro Maia, levou a efeito as comemorações do 38.º aniversário do 25 de Abril, com apoio da A25A.

Os convidados deste ano foram: coronel Aniceto Afonso; Francisco Fernando de Sousa Mendes, ido de Portugal, e Louis-Philippe de Sousa Mendes, residente em Montreal, estes dois últimos netos de Aristides de Sousa Mendes.

A AC25A decidiu juntar às comemorações do 25 de Abril a evocação do embaixador Aristides de Sousa Mendes, atingindo o evento grande repercussão no seio da comunidade portuguesa e mesmo entre representantes da sociedade canadiana. A recepção e acompanhamento dos convidados foram excelentes, na continuidade de outros anos.

A sessão comemorativa ocorreu no dia 28 de Abril, sábado, num salão com mais de duzentas pessoas, com a presença de vários representantes políticos, a nível municipal, distrital e federal. Também esteve presente o cônsul de Portugal. As alocuções tornaram evidente, de uma forma geral, a ligação do 25 de Abril com a recuperação da liberdade em Portugal e com a dignidade das comunidades de emigrantes portugueses. Foi bem sentido o sentimento de ligação a Portugal, assim como o orgulho recuperado de ser português.

A ideia de ligar as comemorações do 25 de Abril à evocação da figura de Aristides de Sousa Mendes revestiu-se de um simbolismo especial, na medida em que só depois do 25 de Abril se tornou possível recuperar a memória deste grande Homem, que arriscou e comprometeu a sua vida e a sua família, por uma causa maior.

Todos os membros da Associação fizeram questão de estar connosco, acompanhando-nos todos os dias, fazendo-me portador da sua profunda admiração por todos aqueles que se empenharam na conquista da liberdade e da democracia para Portugal.

Na sessão comemorativa do 25 de Abril, dirigi a todos as seguintes palavras:

"Membros dos corpos sociais da AC25A de Toronto, núcleo Salgueiro Maia;

Sr. Cônsul de Portugal em Toronto;

Srs. Representantes políticos presentes;

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Amigos;

Caros compatriotas! Portugueses do Canadá!

Eu venho agora de Portugal. E estou aqui, junto de vós, a convite da Associação Cultural 25 de Abril de Toronto e em representação da A25A de Lisboa, para comemorar convosco o 38º aniversário do 25 de Abril de 1974.

Como sabem (hoje tudo se sabe em cima da hora), há muita desilusão na nossa sociedade! Muitas pessoas desconsoladas, muita gente sofrendo. Isso é verdade. A situação exige-nos reflexão e empenho.

A minha primeira ideia, como homem do 25 de Abril, é que nenhuma solução para encarar a crise deve mencionar sequer, a natureza do regime democrático em que vivemos. Foi uma conquista árdua, de milhares de portugueses, democratas, presos, deportados, exilados, emigrantes, todos sofreram para que Portugal fosse um país de liberdade. Esses valores são intocáveis. Custa-me ouvir dizer "isto precisa de um pulso forte" ou "é necessário outro 25 de Abril"!

Portugal tem hoje um regime democrático e de liberdade, que já dura há 38 anos, sem qualquer tentativa de o fazer reverter. Nunca Portugal, na sua História de séculos, viveu um período tão longo de governos do povo.

Outra ideia que me ocorre é a necessidade de modificar algumas linhas mestras do comportamento português. Por um lado, a ideia, muito disseminada entre os portugueses, de que a vida de cada um depende mais dos outros do que de nós próprios.

É neste ponto que julgo que os emigrantes portugueses podem dar uma excelente lição aos seus compatriotas. Aqueles que tiveram coragem de ir pelo mundo à procura da sua vida, aqueles que viveram a experiência de sociedades competitivas, exigentes, sabem bem o empenho, o sacrifício individual, a vontade necessária para vencer os obstáculos, para conquistar um lugar digno.

E eu vejo aqui, nesta comunidade portuguesa do Canadá, um exemplo a seguir.

Por outro lado, e ao mesmo tempo, também sabem bem a importância que sempre teve a solidariedade como atitude comum (de todos e de cada um), em relação a muitos dos amigos, vizinhos, compatriotas, que não conseguem ou não estão conseguindo chegar ao um conforto mínimo.

Quer dizer, com vontade e solidariedade, já temos uma parte do caminho percorrido. Mas não chega!

Nas sociedades evoluídas de hoje, já não chega o empenho pessoal feito de qualquer forma; é preciso planear. Planear a vida, se assim se pode dizer.

E este planeamento é decisivo a partir dos primeiros anos, a partir da escola. Nós temos de estudar mais, temos de saber mais. Os níveis de escolaridade e de formação dos portugueses são perigosamente baixos. Dos mais baixos da Europa! E se há área onde progredimos na oferta, é exactamente na educação. Parece que a procura nem sempre se ajusta ao esperado. Também me custa muito ouvir dizer: "Ele já não precisa de mais estudos, eu só fiz a 4ª classe!", ou "Já estou cansado de estudar!", ou "Acabou-se o estudo, vou entrar no mercado de trabalho!". Isto, como os portugueses que emigraram sabem, não faz sentido nenhum.

Ocorre-me ainda uma outra ideia. Quando será o dia em que poderemos dizer que nos congratulamos com o êxito dos outros? Compreendem o que eu quero dizer... O que eu quero perguntar aos meus compatriotas, em especial aos que nunca saíram de Portugal, como homem do 25 de Abril, é o seguinte: Quando deixaremos de menosprezar os sucessos dos portugueses que se esforçam e conseguem? Quando chegarmos lá, será uma mudança, uma vitória e um avanço.

As ideias são como as cerejas...

Ocorre-me agora perguntar - quando nos tornaremos verdadeiramente exigentes? Exigentes para connosco, é certo, mas também com os outros?

Depois de nos tornarmos exigentes connosco próprios, será que exigimos

aos nossos filhos o mesmo empenho? E aos nossos amigos? E aos nossos colegas de trabalho? E aos nossos representantes, em quem votámos, seja no trabalho, seja nos cargos públicos? E aos nossos governantes, que juraram defender o povo, melhorar as condições de vida do povo?

Já falei no estudo, na exigência, na participação…

E como estamos de iniciativa? A iniciativa exige coragem. Será que estamos preparados para a incerteza, será que acreditamos em nós, na nossa capacidade, nas nossas ideias, no nosso projecto?

O que é que vos trouxe de Portugal, até estas terras tão longínquas? A coragem, a confiança em vós próprios, a capacidade de desafiar o mundo. Então precisamos de espalhar essa mensagem, de fazê-la chegar aos nossos compatriotas, a todos eles, ou, no mínimo, a uma grande maioria. Nesse dia, seremos capazes de vencer as adversidades. Só nesse dia!

O que eu quero dizer-vos é que a nossa vida não depende de ninguém, nem mesmo daqueles que escolhemos para nos governar. Se formos estudiosos, esforçados, solidários, exigentes e corajosos, quem nos governa também terá de o ser. Podemos transformar-nos, por nossa própria vontade, em pontos de inflexão e de mudança. E com isso mudaremos o nosso mundo…

Foi isso que fez o diplomata Aristides de Sousa Mendes, que quero saudar na pessoa dos seus dois netos aqui presentes. Parece-me que a ele se podem aplicar todos as qualidades que são necessárias para mudar o mundo – sabedoria, esforço, solidariedade, exigência e coragem. Ele demonstrou, mesmo nas condições adversas em que actuou, ser capaz de mudar o mundo. E é por isso que ainda hoje, passados mais de setenta anos, aqui evocamos o seu nome e a sua figura. Que ele nos inspire a todos…!

Que posso dizer-vos mais? Talvez concluir com a ideia que precisamos de homens e mulheres verdadeiras! Precisamos de pessoas diligentes nas tarefas que lhes cabem, assim como precisamos de sábios, de filósofos, de estadistas, de empresários, de pedagogos. Eu fico triste porque a democracia ainda não produziu uma cultura da responsabilidade, do esforço individual, da exigência e da coragem. Mas sei que as novas gerações, um dia, dirão: - Basta! E redobrarão o nosso orgulho de ser Portugueses!

E tenho alguma confiança de que esse tempo não vem longe…

Antes de terminar, quero deixar uma palavra de gratidão, em meu nome e em nome da minha mulher, à Associação Cultural 25 de Abril de Toronto pelo afectuoso acolhimento que todos nos têm proporcionado.

Muito obrigado a todos…

Direitos reservados

O representante da A25A é recebido pela "mayor" de Brampton

Direitos reservados

Comemoração do 25 de Abril na Casa do Alentejo em Toronto

Anos depois...

Nuno Fisher Lopes Pires

DECORRIDOS TRINTA E OITO ANOS sobre o 25 de Abril, considero esse período suficientemente amplo para permitir um balanço, tão imparcial quanto possível, do que sucedeu entretanto. Lamentavelmente, as minhas conclusões não são nada animadoras.
Nessa altura eu já não era um ingénuo apolítico e em 1958 tinha, até, sido desterrado para o chamado Estado Português da Índia na sequência de atitudes assumidas durante o período das eleições presidenciais.
Em princípios de Outubro de 1973, quando me tornei no primeiro tenente-coronel a aderir ao Movimento dos Capitães, eu tinha perfeita noção de que o Movimento era, ainda, meramente corporativo. Mas sonhava já com um Portugal renovado, democrático, justo e solidário no qual o interesse nacional se sobrepusesse aos desejos pessoais e de grupo. Por isso abracei com entusiasmo os 3 Ds inscritos no Programa do Movimento das Forças Armadas e inspirados no III Congresso da Oposição Democrática realizado em Aveiro no início de Abril de 1973.
Comecemos por analisar a Descolonização tendo presente que nenhuma foi exemplar como, entre outros, o fazem recordar os casos da Indochina, da Argélia, do Congo e da Índia. A nossa foi a possível, dentro dos condicionamentos existentes na altura.
Hoje ainda há muitas vozes que acusam de a Descolonização ter sido acelerada e desastrosa. Mas esquecem que o desagregar da estrutura militar impunha rapidez para ainda ser possível negociar numa posição de força progressivamente abalada e, também, que se estava em plena Guerra Fria pelo que uma descarada intervenção dos Estados Unidos da América e da União Soviética agravava enormemente a situação.
E recorde-se, também, que (interna e externamente) todos os pedidos de apoio foram recusados com a alegação de que o problema era exclusivamente dos militares. Nestas condições, o que mais seria possível fazer?
No que se refere à Democracia, passou a haver partidos, nova Constituição e eleições livres. Mas em breve surgiram guerrilhas mútuas, desmedidas ambições pessoais e colectivas que foram consideradas mais importantes do que os problemas do país.
Os políticos desacreditaram-se. Dos seis Presidentes da República que já tivemos, apenas três, em minha opinião, merecem nota positiva: Costa Gomes, com a sua posição de equilíbrio e diálogo, que evitou uma guerra civil; Ramalho Eanes, com a consolidação do regime democrático e a recuperação das Forças Armadas; Jorge Sampaio, com o seu exemplo de idoneidade, de bom senso e de espírito de responsabilidade.
Quanto aos primeiros-ministros, todos eles deixaram muito a desejar tendo, até, havido dois que desertaram para irem ocupar altos cargos internacionais. Os restantes políticos também não me parecem exemplares, salvo honrosas excepções.
O egoísmo, a ambição do poder, a corrupção, o aproveitamento de todos os meios para satisfazer a ânsia de ocupar posições de relevo, a subserviência e a frequente arrogância tornaram a Democracia ambicionada numa democracia pequenina e mesquinha.
Quanto ao Desenvolvimento, foi tomada, a opção correcta de integrar a então chamada Comunidade Económica Europeia, o que constitui a o único caminho possível para tentar atenuar o nosso tradicional atraso em relação aos outros países. Mas se a política salazarista do condicionamento industrial e da agricultura de subsistência tinha, praticamente, anulado a nossa capacidade económica, a verdade é que muito pouco ou mesmo nada se fez para a reconstruir.
A nossa estrutura produtiva assenta, quase exclusivamente, nas PME cujos gestores, em geral, não têm o mínimo de formação necessária para assegurar um desenvolvimento equilibrado e progressivo. A banca, em lugar de apoiar o renascimento económico, preocupou-se muito mais com o apoio ao consumo, nomeadamente a aquisição de habitação própria. Isso levou-a a endividar-se no exterior pelo que da nossa actual dívida externa cabem 75 por cento à banca e aos particulares e apenas 25 por cento ao Estado.
Não se pode esquecer que, quando Cavaco Silva era primeiro-ministro, se receberam avultadíssimas verbas da C.E.E. mas que elas não foram aproveitadas para reformular a nossa organização económica e foram canalizadas para as auto-estradas e o betão, E como se isso não bastasse ele assistiu, impávido e sereno, ao desmantelamento da nossa frota pesqueira e da nossa agricultura para agora se permitir proclamar' que o futuro está no mar e no trabalho agrícola,
A crise mundial de 2008 veio, obviamente, agravar a situação mas é inegável que esse agravamento se acentuara já no tempo do primeiro-ministro Guterres cuja política de amplo apoio ao consumo e ao despesismo incontrolado não em minimamente
aconselhável.
O governo de Sócrates tem, também, grandes responsabilidades no panorama actual, embora a sua actuação tenha aspectos positivos (apoios à cultura, à investigação e à ciência; energias renováveis; informatização do Estado; etc.). E quando a desagregação se tornou inegável, possivelmente por teimosia e sobrancería, não houve pressa em solicitar o apoio externo.
A esse afundamento progressivo assistiu calmamente o Presidente Cavaco Silva, Lançou alguns alertas mas não teve coragem para intervir drasticamente repondo o regular funcionamento das instituições e, se o considerasse necessário, demitir o primeiro-ministro. Por isso é inaceitável que, quase um ano depois de este ter saído, venha agora acusá-lo de falta de solidariedade institucional. Por que não actuou, então,
devidamente?
As eleições e a intervenção da "troika" vieram alterar profundamente a situação. Mas, ao contrário do que seria de esperar, não para melhor mas sim para pior, se tal é possível
Assiste-se ao desenvolvimento de uma ultra liberalismo desenfreado caracterizado por uma crescente carga fiscal, pela perda violenta de benefícios alcançados, por privatizações de qualquer modo realizadas e de proveitos muito duvidosos, por um elevadíssimo desemprego e pela ausência de medidas válidas e concretas para o relançamento da economia.
Há uma obsessão pelo défice (aliás já criticada por elementos do próprio FMI), pelo "custe o que custar", sem olhar às consequências que essa teimosia acarreta. E há, também, uma lamentável subserviência perante a Sra. Merkel que, juntamente com o Presidente Sarkozy, se arroga no direito de assumir ditatorialmente a gestão dos assuntos europeus afastando dessas atribuições aquele a quem elas pertencem legalmente: O Presidente da Comissão Europeia.
No meio de tudo isto assiste-se ao incompreensível comportamento do Presidente Cavaco Silva que, depois de largamente ter defendido a passividade externa, apressa-se agora a atacar as agências de "rating" e a ditadura franco-alemã. E a contradição continua bem patente quando o vemos repetir que são inadmissíveis mais sacrifícios e, simultaneamente, faz promulgar todas as decisões abusivas e intoleráveis do governo actual.
Face ao que atrás fica exposto, e tendo em consideração a teimosia governamental em recusar a ampliação de prazos e novo resgate bem como as suas mentiras e desmentidos sucessivos, não será ousado afirmar que se caminha para um destino nada aliciante e para a ruptura, com consequências trágicas e incomportáveis. Então, que outras conclusões serão possíveis que não sejam desanimadoras? Eu confesso que não as encontro.

Congresso Democrático das Alternativas

Resgatar Portugal para um futuro decente é um objectivo que, aproveitando o termo falsamente utilizado pelos agiotas que nos emprestam dinheiro a juros inconfessáveis, um grupo de cidadãos definiu, como alternativa à política que nos arrastou e está a lançar no abismo.
No início eram apenas 11, ao divulgarem o apelo/convocatória eram mais de 350, neste momento ultrapassaram os 500 e, estamos certos, em 5 de Outubro, quando em Lisboa, a culminar um processo de debate que se quer alargado a todo o país, se realizar o Congresso teremos atingido os vários milhares de militantes, na iniciativa que se quer abrangente, aberta, sem "agendas" escondidas, capaz de abrir caminhos a novas alternativas.
Sendo uma iniciativa de cidadãs e cidadãos, sem hipótese de participação de grupos organizados, sejam partidos políticos, movimentos, associações cívicas, culturais ou outras, a Associação 25 de Abril não participa, enquanto tal, mas, como não podia deixar de ser, são já muitos os nossos associados, sejam militares ou civis, os envolvidos no congresso. Aqui fica o apelo à participação de todos, numa jornada cívica que, esperamos, ajude a mudar Portugal! (http://congressoalternativas.pt/subscrever/)

http://congressoalternativas.pt
www.facebook.com/#!/pages/Congresso-Democratico-das-Alternativas/320693794685218

Resgatar Portugal para um futuro decente

Convocatória para um Congresso Democrático das Alternativas

"SÓ VAMOS SAIR DA CRISE EMPOBRECENDO". Este é o programa de quem governa Portugal. Sem que a saída da crise se vislumbre, é já evidente o rasto de empobrecimento que as políticas de austeridade, em nome do cumprimento do acordo com a troika e do serviço da dívida, estão a deixar à sua passagem. Franceses e gregos expressaram, através do voto democrático, o seu repúdio por este caminho e a necessidade de outras políticas. Em Portugal, o discurso da desistência e das "inevitabilidades" continua a impor-se contra a busca responsável de alternativas.
Portugal continua amarrado a um memorando de entendimento que não é do seu interesse. Que nos rouba a dignidade, a democracia e a capacidade de coletivamente decidirmos o nosso futuro. O Estado e o trabalho estão reféns dos que, enfraquecendo-os, ampliam o seu domínio sobre a vida de todos nós. Estamos a assistir ao mais poderoso processo de transferência de recursos e de poderes para os grandes interesses económico-financeiros registado nas últimas décadas.
Tudo isto entregue à gestão de uma direita obsessivamente ideológica que substituiu a Constituição da República Portuguesa pelo memorando de entendimento com a troika. E que quer amarrar o País a um pacto orçamental arbitrário, recessivo e impraticável, à margem dos portugueses. Uma direita que visa consolidar o poder de uma oligarquia, desmantelar direitos, atingir os rendimentos do trabalho (que não sabe encarar como mais do que um custo), privatizar serviços e bens públicos, esvaziar a democracia, desfazer o Estado e as suas capacidades para organizar a sociedade em bases coletivas, empobrecer o país e os portugueses não privilegiados.

Foto: José Maria Rosmiar

Num dos países mais desiguais da Europa, o resultado deste processo é uma sociedade ainda mais pobre e injusta. Que subestima os recursos que a fortalecem, a começar pelo trabalho. Que hostiliza a coesão social. Que degrada os principais instrumentos de inclusão em que assentou o desenvolvimento do País nas últimas quatro décadas: Escola Pública, Serviço Nacional de Saúde, direito laboral, segurança social.

Este é um caminho sem saída. O que está à vista é um novo programa de endividamento, com austeridade reforçada. Sendo cada vez mais evidente que as políticas impostas pela troika não fazem parte da solução. São o problema. Repudiá-las sem tibiezas e adotar outras prioridades e outras visões da economia e da sociedade é um imperativo nacional.

Este é o tempo para juntar forças e assumir a responsabilidade de resgatar o País. É urgente convocar a cidadania ativa, as vontades progressistas, as ideias generosas, as propostas alternativas e a mobilização democrática para resistir à iniquidade e lançar bases para um futuro justo e inclusivo que devolva às pessoas e ao País a dignidade que merecem.

São objetivos de qualquer alternativa séria: a defesa da democracia, da soberania popular, da transparência e da integridade, contra a captura da política por interesses alheios aos da comunidade; a prioridade ao combate ao desemprego, à pobreza e à desigualdade; a defesa do Estado Social e da dignidade do trabalho com direitos.

É preciso mobilizar as energias e procurar os denominadores comuns entre todos os que estão disponíveis para prosseguir estes objetivos. Realinhar as alianças na União Europeia, reforçando a frente dos que se opõem à austeridade e pugnam pela solidariedade, pela coesão social, pelo Estado de Bem-Estar e pela efetiva democratização das instituições europeias.

É fundamental fazer escolhas difíceis: denunciar o memorando com a troika e as suas revisões, e abrir uma negociação com todos os credores para a reestruturação da dívida pública. Uma negociação que não pode deixar de ser dura, mas que é imprescindível para evitar o afundamento do país.

Para que esta alternativa ganhe corpo e triunfe politicamente, é urgente trabalhar para uma plataforma de entendimento o mais clara e ampla possível em torno de objetivos, prioridades e formas de intervenção. Para isso, apelamos à realização, a 5 Outubro deste ano, de um congresso de cidadãos e cidadãs que, no respeito pela autonomia dos partidos políticos e de outros movimentos e organizações, reúna todos os que sentem a necessidade e têm a vontade de debater e construir em conjunto uma alternativa à política de desastre nacional consagrada no memorando da troika e de convergir na ação política para o verdadeiro resgate democrático de Portugal. Propomo-nos, em concreto, reunindo os subscritores deste apelo, iniciar de imediato o processo de convocatória de um Congresso Democrático das Alternativas. Em defesa da liberdade, da igualdade, da democracia e do futuro de Portugal e do seu papel na Europa. E apelamos a todos os que não se resignam com a destruição do nosso futuro para que contribuam, com a sua imaginação e mobilização, para a restituição da esperança ao povo português.

Mitos e Vidas de Exílio

Manuel Pedroso Marques

Sentimentos de exclusão, derrota, hostilidade ou de mera incompreensão constituem, literalmente, a bagagem com que muitos partiram para o exílio. A condição de exilado político pode provocar, em alguns, síndromes de hipersensibilidade à falta de reconhecimento social que vem dificultar o relacionamento com "o outro" e com os outros.

EM CERTAS SOCIEDADES DA ANTIGUIDADE, Império Romano por exemplo, os condenados à morte poderiam escolher entre a morte e o exílio. Quando regressei do meu exílio de doze anos encontrei muitos antigos companheiros de luta que me consideravam um perseguido e condenado com sorte, perante os que ficaram em Portugal a cumprir a pena de vários anos de prisão ou na vida-sem-liberdade. Com uma sorte acrescida, na opinião de outros, porque, sendo militar, não tinha sido mobilizado para a guerra colonial... Não discuto! Apesar de ter estado quase três anos em asilo político diplomático, na Embaixada do Brasil, em Lisboa, acho que, até uma certa altura, a minha vida foi caracterizada pela sorte.

Creio, todavia, que o exílio constitui uma realidade só conhecida por quem a vive. Como a vida de cada um é coisa própria, os exílios são pessoais, singulares, embora, muitas vezes, sejam impostos a grupos humanos numerosos, pertencentes à mesma comunidade e pelas mesmas razões políticas.

Quem sente que não pode viver em liberdade na sua terra, e é obrigado a exilar-se, é tomado por sentimentos que parecem vulgarmente conhecidos pelo muito que têm sido objecto de tratamento na História e na Literatura. Stendhal passou grande parte da sua vida em Milão, num exílio entre o voluntário e o forçado ou imposto pelas circunstâncias que, apesar da vida amorosa que fruiu, não deixou de o considerar como um "adormecimento de sentidos" em relação à terra a que pertencia. Escrevia em francês, na Itália, para ser publicado em Londres, sem ter conhecido em vida a celebridade que ainda hoje se lhe reconhece. Cezare Pavese narra experiências de exilados do fascismo italiano com o realismo que caracteriza a sua corrente literária. Albert Camus atravessa quase toda a sua obra com personagens revoltadas, exiladas na sua própria terra, sem futuro ou com o futuro marcado pelo "destino absurdo do Homem". E soluciona o drama destas existências apontando caminhos de espiritualidade, embora Camus fosse o homem do "Le Combat", jornal de resistência quando a França estava ocupada pelos alemães.

No meu exílio, vi pessoas a reagir de modo muito diferente. Conheci quem sentia uma responsabilidade acrescida na forma como vivia pelo facto de ser português no estrangeiro, de dar uma determinada imagem de português e de Portugal. É errado pensar que só os nossos embaixadores são obrigados a cuidar desta responsabilidade. Conheci muitos portugueses humildes, sem grande ou até com muito pouca ilustração, que se impunham esta responsabilidade e a cumpriam com orgulho. Principalmente se eram exilados políticos.

Os anarquistas constituíam, todavia, um caso à parte. Sentiam que um homem banido da sua pátria ficava mais próximo de se tornar um cidadão do Mundo, que é o seu ideal de cidadania. E exortavam os exilados a desconhecerem a sensação de expulsão, de rejeição e a de sentirem que eram cidadãos de todas as pátrias, ou de nenhuma. Cidadãos de qualquer país onde vivessem, porque o Mundo é dos Homens e não dos países. E a descobrir a felicidade de lutar pelas suas ideias de liberdade onde quer que se encontrassem.

A disponibilidade e a generosidade que encontrei em anarquistas para colaborarem com as actividades políticas dos emigrados portugueses era total. No Brasil, amigos de Roberto das Neves (anarquista, no Brasil desde 1942), os professores Serafim Porto, director do jornal "Oposição Portuguesa" (porque o director tinha de ser um cidadão brasileiro de nascimento), o Dr. Ideal Perez, sumidade da reumatologia brasileira, o Prof. Pietro Ferrua, ex-director do Centre de Recherches sur L'Anarchisme, na Suíça, como o grande filólogo José Oiticica são exemplos inesquecíveis deste apoio às actividades que alguns exilados portugueses desenvolviam.

As relações entre os exilados políticos e os emigrados económicos têm matizes que não apontam para a harmonia. Ora há manifestações de solidariedade como há de desconfiança. A língua, o patriotismo e o regionalismo podem atenuar as fricções. Mas a postura de vida dos dois tipos de emigrados é, geralmente, muito diverso. Um quer construir um futuro e tem pouco passado. O outro, o político, é marcado por um passado vivido intensamente e, em alguns casos, o presente resume-se à espera de um futuro que não depende dele. E porque não condiciona o futuro que ambiciona para o seu país ilude-se nas hipóteses que constrói para o conseguir, abeirando-se do abismo da "paranóia", do irrealismo, do sonho. No clima dissolvente da personalidade, negam virtudes que se lhe atribuíam. Vêem em tudo "o começo do fim" dos motivos por que estão exilados. Estas colocações perante a vida condicionam, sem que os próprios muitas vezes se apercebam, o que cada um acaba por fazer do e no seu exílio. De Gaulle, rodeado de alguns refugiados que lhe chegavam a Londres, não deixou de lhes lembrar que "o carácter é a virtude dos tempos difíceis".

Direitos reservados

Capitão Henrique Galvão e o comandante Jorge Soutomaior

OPOSIÇÃO EXILADA NO BRASIL

Também foram já há muito verificadas, em diversas situações e vários países, as animosidades surgidas dentro de grupos de exilados políticos. No fundo destas, encontravam-se não só as divergências de projectos políticos, os choques de ambições pessoais como, também, as diferenças de proveniências sociais e de níveis culturais, bem como o trajecto político que marca cada exilado.

As relações tumultuadas entre o capitão Henrique Galvão e o general Humberto Delgado terão sido provocadas por confronto de protagonismos, como em muitas das relações que cada um destes teve com outras individualidades, quer a nível pessoal quer político. Os militares mais antigos, emigrados no Brasil, comandante Jaime de Morais, capitão João Sarmento Pimentel, comandante Francisco Oliveira Pio (tratávamo-lo por comandante desde a Guerra de Espanha) eram homens de uma etiologia cultural militar afastada da prosseguida por Galvão e Delgado. Os três tinham lutado no 7 de Fevereiro e os três sabiam que os outros dois estiveram a lutar do outro lado. Jaime de Morais, exilado desde 1927, andou na Guerra Civil de Espanha a combater (como médico) juntamente com quatro filhos. Isto é convicção! Oliveira Pio, embora nunca tenha cortado com o seu apoio a Delgado, lutou pela República em Espanha, ficou com um ferimento no corpo aberto até à sua morte, 32 anos depois. Sarmento Pimentel, que já tinha estado na Rotunda, como cadete, levantou-se à frente de um esquadrão de Cavalaria 6, no Porto, contra a "Monarquia do Norte", em 1919. Falamos de Homens de grande dignidade e dignos do maior respeito. Não quero dizer que tivessem absolutamente razão em relação a todas as suas opiniões políticas. Sarmento tinha uma opinião sobre a política colonial de Salazar que resultava de uma relação pessoal que ele sentia que tinha estabelecido não apenas com Angola, mas com África. Não se podia resumir a sua posição ao âmbito ideológico ou político. Era como que uma relação pessoal com o Mundo. A primeira vez que nos encontrámos, em sua casa, mostra-me a Ordem do Exército que publicava o levantamento e o reconhecimento topográfico-militar que ele, então alferes de Cavalaria, havia feito no Sul de Angola. "Fui o primeiro português a conhecer aquelas terras". Recordo as suas recordações incompatíveis com a independência das colónias. No fim da década de 1960 a sua posição criava dificuldades aos membros da Acção Socialista Portuguesa, de que fazia parte e que em 1973 deu origem ao actual Partido Socialista. Mas à

Direitos reservados

volta dos oitenta anos ainda teve a lucidez de reconsiderar a sua posição.
Galvão não tinha este tipo de relação mas tinha a recordação de um período fruidor de vida, das caçadas, que, aliás, traduziu em Literatura, ao mesmo tempo que se revoltava contra a desumanidade que caracterizava a sociedade colonial. Mas não transportava as suas denúncias para o campo ideológico-político, recusando a independência das colónias portuguesas. Galvão, que parece que só tinha uma especial capacidade de causar uma boa primeira impressão nas mulheres, era arrasador quando alguém o contrariava. Só o vi uma vez (uma semana depois de eu chegar ao Brasil) em casa do jornalista Santana Mota, que trabalhava do Estado de São Paulo, onde Galvão era bibliotecário. Entre outros convidados, lembro-me do engenheiro Baleisão. Falando de política, de Portugal, do Vietname, quando chegámos à questão colonial, dispara que eu estava a confundir "o ódio a Salazar com o amor à Pátria". Disse-lhe que em relação a Salazar o meu problema não era o dele. Nunca tinha sido amigo dele e o meu problema era político. Era a Democracia em Portugal e a Independência nas colónias. A reunião teve de terminar logo ali, com a minha despedida apressada e eu a pensar que não voltaria a ver aquele velho na minha frente, e ele a dizer-me uma coisa que não esqueci até hoje: "O melhor que você há-de saber vai ser à sua custa". Embora ache que quem não aprende nada com os outros também não consegue ensinar nada a ninguém, acho que o conselho se tem confirmado em alguns aspectos... muitas vezes.
As relações dos velhos emigrados políticos com Galvão e Delgado nunca foram cordiais. Nem mesmo pela elementar solidariedade antifascista ou anti-salazarista. Com Fernando Queiroga aconteceu algo semelhante. Sem nunca se ter imposto com o jornal que publicava, "Duas Nações", pelas ideias que defendia e por alguns

compromissos pessoais que se lhe atribuíam, acabou isolado e em grande carência de meios e de saúde. Por último, vendia apartamentos numa urbanização no bairro onde eu morava, o Leblon, e esperava os clientes num pequeno espaço, em madeira, à entrada da obra, poeirento e sem ar condicionado. Mas sempre um *gentleman*, impecável: gravata, lencinho no casaco e sem nunca se lamentar. No seu desespero solitário, escreve a Silva Pais, seu camarada de curso da Academia Militar, a dizer-lhe que quer vir morrer em Portugal. Segundo me constou, Silva Pais foi-o esperar ao Aeroporto, convidou-o a ir tomar um café ao seu gabinete e que, no seu carro, o mandou levar onde ele quis ficar em Portugal. Assim aconteceu. Morreu seis meses depois. Entretanto, aleivosias são propaladas nos círculos da oposição no Brasil... que o Queiroga se havia passado para a PIDE... Não conhecendo outro gesto humanitário e de camaradagem de Silva Pais, lamento que este tenha sido desvirtuado.

A espera, a espera de voltar, da revolução, da afirmação, da razão criam no exilado sentimentos de frustração e angústias que se manifestam das mais diferentes formas. Soube de um capitão espanhol exilado em Paris, durante vários anos, que nunca desfez a mala. Frequentava um Centro de Emprego para Refugiados Políticos (onde eu também fui uma vez ou duas) e onde trabalhou o jornalista Carlos de Veiga Pereira, pertencente ao grupo dos "seareiros" conjurados no "Movimento de Beja". Dadas as suas qualificações, estranhou-se que ele nunca arranjasse qualquer trabalho. É que, honestamente, o Capitão avisava quem o pretendia contratar que poderia ser obrigado a deixar o emprego de um momento para o outro...

Um caso inesquecível para mim passou-se com Francisco Horta Catarino, sargento de Aero-esteiros (assim se designavam os antigos "balões de barragem" da defesa antiaérea), em Alverca, que esteve preso 23 anos consecutivos por motivos políticos mas que os tribunais da ditadura cominaram com responsabilidade criminal civil. Catarino entrou em contacto comigo depois que saiu de mais uma prisão, estava eu em Paris e ele algures no Sul da França. Depois, escreveme a dizer que ia para o Brasil, onde vivia um amigo que o ajudaria a terminar "uma vida estragada" (assim se referia habitualmente à sua própria existência). Viemos mais tarde a encontrar-nos no Rio de Janeiro e o amigo era Armando Magalhães, dissidente ou expulso do Partido Comunista, consoante as opiniões do próprio e daquele partido. Catarino procurava-me, de tempos a tempos, na editora onde eu trabalhava, para falar um pouco e dar-me as notícias que recebia do país: inúmeros recortes de jornais que lhe enviavam e me lia. Dizia-lhe para aparecer mais vezes, à hora do almoço, para conversarmos mais calmamente mas, nada! Aparecia sempre sem avisar e, apercebendo-se de que eu tinha muito que fazer, partia após uma visita curta.

Certo dia, estava no meu gabinete e recebi um telefonema de um hospital, denominado "Clínica do Dr. Eiras", de onde queriam falar com o capitão Pedroso Marques. Achei estranho, ninguém me tratava por capitão e aquele hospital é muito conhecido no Rio de Janeiro mas nunca lá tinha entrado. Disseram-me logo que tinham lá um ferido, num acidente de viação, Francisco Catarino, que tinha nos documentos um papel a dizer que se lhe acontecesse qualquer coisa me contactassem a mim. Fui logo lá. Quando cheguei, um médico queria falar comigo. Disse-me que não poderia ver o Senhor Catarino, que o tinham posto a dormir mas que estavam preocupados porque ele julgava que estava preso e reagia muito mal ao pessoal que o tinha de tratar. Contei ao médico a razão por que isso acontecia. Combinei que no dia seguinte voltaria, para acompanhar a evolução do Catarino.

Ao outro dia, quando lá cheguei, vi na enfermaria, ao longe, o Catarino sentado na cama, com o Roberto das Neves, a quem eu tinha dado a notícia, e o Armando Magalhães sentados de cada lado da cama. E ele falava, gesticulava e, quando me aproximei, Catarino disse "ó Capitão, esta gente é extraordinária. Médicos, enfermeiros, é tudo antifascista!"

Depois do 25 de Abril, em Portugal, Catarino continuava no ritmo da cadeia e com tempo para ainda escrever um livro sobre "O Reviralho". Vivia no Porto, tinha vários filhos que não conviviam com ele. E quando vinha a Lisboa visitava-me. Batia-me à porta às sete da manhã! "Talvez venha um pouco cedo mas é para ter a certeza que o encontrava", dizia. E falávamos da política do país, do PREC e mostrava-me, indignado, recortes que lhe mandavam do Brasil, agora com o que por lá se dizia contra O 25 de Abril. Aprendeu a viver só. Lamento nunca ter sido eu a procurar Francisco Horta Catarino. Mas conforta-me pensar que ele sempre me encontrou, ainda que fosse à hora da alvorada da prisão.

(Texto a propósito de um colóquio organizado pelo CEIS20: "1961, o ano de todas as Crises", em Março de 2011, em que um dos temas abordava as dificuldades no seio da oposição portuguesa exilada no Brasil)

A percepção sobre a corrupção em Portugal

A austeridade e a corrupção política e económica estão no centro da crescente indignação dos portugueses com os seus líderes políticos, com as suas instituições representativas, e também para com representantes do sector financeiro.
As razões para esta desilusão democrática estão claramente ligadas à ineficácia dos eleitos, à venalidade e corrupção reinantes, e ao acentuar das desigualdades sociais, como bem mostra o Barómetro da Qualidade da Democracia, em 2011.

© Zhanna Millionnaya

Sérgio Parreira de Campos

O FENÓMENO DA CORRUPÇÃO de há longo tempo que me interessa porque, nas diversas funções que tenho desempenhado lhe sofri, às vezes duramente, os efeitos. E também porque sempre percebi que esses efeitos não se esgotavam em cada caso concreto, antes se repercutiam indefinidamente sobre o tecido económico, com consequências nefastas para o desenvolvimento do meu país. Por diversas vezes me referi a situações concretas de "alegada" corrupção em encontros formais ou informais com variados responsáveis, inclusive com membros do governo,

e algumas vezes dele falei na comunicação social. Sem o mínimo de sucesso, obviamente.

Vem isto a propósito da publicação recente dos resultados do Índice de Percepção da Corrupção, a Transparência Internacional, colocando Portugal num muito modesto, para um país desenvolvido, 32.º lugar (18.º Europeu, apenas à frente de Malta, Itália, Grécia e dos países de Leste), revelando assim estagnação face a 2010, muito claramente em resultado da "falta de resolução de mega processos que envolvem políticos e homens de negócios", e porque de facto "Portugal não tem conseguido desmarcar-se da má imagem do funcionamento do seu sector público".

Portugal caiu sete posições neste ranking em apenas dois anos, da 28ª posição em 2007 para a 35.ª em 2009.

Corrupção, é daqueles conceitos que todos sabemos o que significa... até que nos perguntem. E aí, reconheço a dificuldade em encontrar uma definição que abarque todo o fenómeno. Corrupção significa etimologicamente deterioração, quebra de um estado funcional e organizado. Nos nossos dias, a acepção mais corrente da palavra corrupção é aquela que se encontra associada à apropriação ilegítima da coisa pública. Nesse sentido, a corrupção pode entender-se como o "uso ilegal da sua posição, por parte de governos, funcionários públicos e elementos privados, do poder político e financeiro, da administração pública ou de organismos equiparados, com o objetivo de transferir receitas ou vantagens públicas, ou mesmos privadas, para determinados indivíduos ou grupos, com os quais partilham idênticos interesses".

Mais do que qualquer outro fenómeno, a corrupção pode ser considerada como um "facto social total" (na acepção de Durkheim) na medida em que remete tanto para o económico, como para o político, para as questões jurídicas, sociais, culturais, etc.

É exactamente assim que a organização não-governamental sem fins lucrativos de luta contra a corrupção, Transparência Internacional (TI), encara o fenómeno. A TI desenvolveu em meados da década de 1990 uma abordagem holística de análise do fenómeno e das políticas para o seu controlo, de que resulta exactamente o Índice de Percepção da Corrupção. O Índice de Percepção da Corrupção é um indicador sobre a corrupção, que tem por base dezassete diferentes fontes de informação fornecidas por 13 organizações igualmente diferentes.

Também tendo em conta a informação do Global Corruption Barometer de 2010, a maioria dos portugueses (83 por cento) não apenas entende que os níveis de corrupção em Portugal pioraram desde 2007, como considera ineficaz a actuação do Governo nesta matéria – uma opinião que passou de 64 por cento em 2007 para 75 por cento em 2009.

O recente Eurobarómetro (2012) especial sobre corrupção veio confirmar estas tendências: 97 por cento dos portugueses considera que a corrupção é um problema grave do país e 68% consideram que os seus níveis aumentaram desde 2009. Igualmente o Relatório do Segundo Ciclo de Avaliação, elaborado pela Equipa de Avaliação do Grupo de Estados Contra a Corrupção, revela as debilidades das políticas de combate à corrupção e criminalidade económico-financeira em Portugal. Finalmente, as conclusões do relatório de progresso do Grupo de Trabalho sobre Corrupção em Transacções Comerciais Internacionais (Convenção da OCDE), publicado a 6 de Outubro de 2009, são claras: das várias recomendações apresentadas, Portugal só tinha implementado duas, estando a maioria apenas parcialmente concretizada.

Os decepcionantes resultados de Portugal eram, aliás, esperados, tendo em conta o conteúdo do Relatório de Análise ao Sistema Nacional de Integridade (SNI) publicado em Abril passado pelo TIAC (ponto de contacto nacional da TI), em conjunto com a Inteli e o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Só assim se pode perceber a evidente falta de eficácia no combate ao fenómeno em Portugal, que tem conduzido à clara percepção pela opinião pública da existência de corrupção mas, estranhamente... sem corruptos, "alegadamente".

O Relatório de Análise ao Sistema Nacional de Integridade promove "o conhecimento crítico dos sectores ou pilares institucionais da sociedade portuguesa com um papel relevante, directa ou indirectamente, na prevenção e combate à corrupção". Vale a pena conferir as conclusões deste trabalho.

Valerá também a pena olhar para o Índice Global de Competitividade português que, no espaço de uma década, desceu da 28.ª posição em 2000 para a 46.ª em 2010. Entre outros factores, o acelerado decréscimo na competitividade da nossa economia está directamente relacionado com o desperdício de recursos públicos; com o favoritismo que é prática conhecida e corrente em decisões governamentais; com o peso da burocracia e a ineficácia da Justiça; com a deficiente gestão das aquisições; com as ruinosas parcerias público-privadas; com a corrupção e, particularmente, com o desvio de dinheiros públicos e, finalmente, com a discricionariedade na aplicação das normas, decorrente de leis e regras quantas vezes pouco claras. O resultado de tudo isto, todos o conhe-

cemos: um aumento descontrolado da despesa pública e, consequentemente, um agravamento da carga fiscal, tornando a economia pouco atractiva para o investimento privado.

No *Diário de Notícias* de 8 de Janeiro de 2012, Medina Carreira entrevistado por João Marcelino e Paulo Baldaia afirma claramente que "(...) ninguém investe num país sujeito ao vaivém da corrupção".

De facto, toda esta casuística potencia a pressão sobre o orçamento de Estado, desviando "o investimento público de áreas básicas como a educação, saúde e segurança, para projectos em áreas onde as "luvas" e comissões são maiores, como as grandes infra-estruturas rodoviárias, aeroportuárias e outros elefantes brancos". A corrupção reduz, também, a eficácia das políticas relativas ao aparelho produtivo, encorajando os empresários a operarem em sectores de economia paralela, continuando assim a pressionar, agora pelo lado das receitas, o orçamento de Estado. Ou seja, a corrupção é o grande obstáculo ao desenvolvimento económico e social, como considerou recentemente o Banco Mundial, estimando que mais de um trilião de dólares americanos era pago em subornos todos os anos.

Decorrendo de tudo quando ficou explícito, não pode espantar portanto que, desde o início deste século, Portugal seja um dos países da Europa Ocidental cujos cidadãos se sentem mais insatisfeitos com o funcionamento do seu regime democrático.

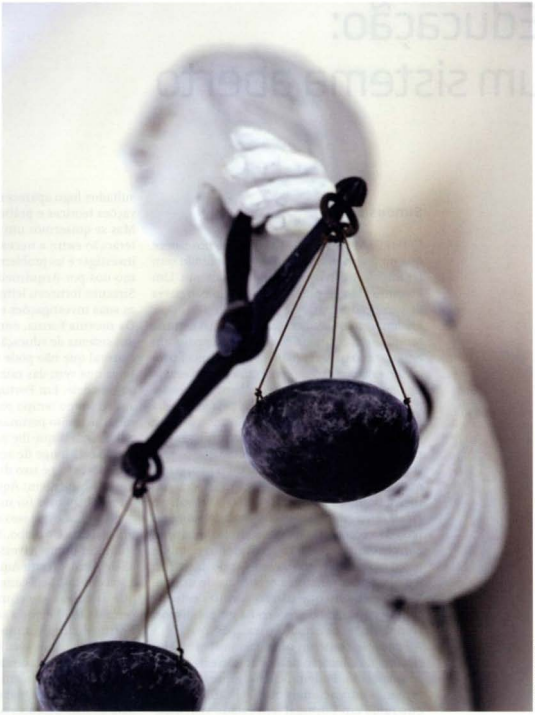
De acordo com os resultados do Barómetro da Qualidade da Democracia de 2011, obtidos com base num inquérito a uma amostra representativa da população portuguesa, existe a percepção generalizada entre os portugueses de sentimentos de injustiça social e de impunidade, mostrando clara aderência à propensão já verificada em anteriores estudos. Ainda segundo este documento, a corrupção constitui para os portugueses um dos maiores defeitos da democracia portuguesa, a par da perda de confiança nos políticos e no Governo, da falta de eficácia da governação, e das desigualdades sociais. Um outro domínio que suscita uma muito má avaliação dos portugueses diz respeito à "responsividade" do sistema político, ou seja, o saber até que ponto os políticos e, sobretudo, os membros do governo, atendem às expectativas dos cidadãos. Mais de dois em cada três eleitores partilham a percepção de não terem qualquer influência nas decisões políticas, de que os políticos se preocupam exclusivamente com interesses pessoais, de que a sua opinião não é tomada em conta nas opções dos governantes e de que não há sintonia entre aquilo que consideram ser prioritário para o país e aquilo a que os governos dão prioridade.

Tudo isto se mostra particularmente crítico para os portugueses quando Portugal atravessa um período também particularmente crítico, e é clara a incerteza ou cepticismo dos cidadãos, e dos investidores em particular, quanto ao rigor e dimensão de algumas reformas e ao rumo que se pretende dar à economia.

Ora é exactamente em situações de crise que os cidadãos se tornam menos tolerantes a práticas de abusos de privilégios por parte dos representantes do Estado, pela notícia de reformas e regalias quantas vezes obscenas, pelos constantes buracos nas contas públicas e por resgates aparentemente injustificados de bancos "alegadamente" fraudulentos. A austeridade e a corrupção política e económica estão no centro da crescente indignação dos portugueses com os seus líderes políticos, com as suas instituições representativas, e também para com representantes do sector financeiro. E a informação disponível mostra-

PAGAMENTO DE QUOTAS

A Direcção da A25A solicita aos associados que mantenham o pagamento das quotas em dia, de preferência por débito directo, e desta forma contribuam para a manutenção de boas práticas e, também, para a boa gestão da nossa Associação.



Direitos reservados

-o claramente. Ainda de acordo com os resultados do Barómetro da Qualidade da Democracia de 2011, as razões para este desencanto democrático estão intrinsecamente ligadas à venalidade e ineficácia dos eleitos, à corrupção e ao acentuar das desigualdades sociais.

Mais claro não pode ser! Que diabo, tenham em atenção, isto é o que pensam os portugueses.

O drama é que já foram, de longe, ultrapassados os limites da vergonha!

Permita-se-me terminar referindo um estudo liderado por Daniel Kaufmann, especialista do Banco Mundial, que refere publicamente que, "com o fim da corrupção, os países poderiam triplicar o seu rendimento *per capita* e aumentar drasticamente os níveis de satisfação das necessidades básicas, como a diminuição da mortalidade infantil, o aumento da escolarização e da esperança de vida, bem como promover a redução das desigualdades sociais".

Educação: um sistema aberto

Simões Teles

COMECEMOS POR AFIRMAR que nos parece que ninguém se resolve a estudar a fundo sem ter um objectivo bem definido em mente. Um ou outro caso de estudo pelo estudo não passa de excepção à regra.

Há largos anos soubemos de um caso de uma família sem recursos nenhuns que pediu um empréstimo na terra (não foi a um banco) para o filho estudar. Para se concentrar e ver o estudo render o moço chegou a fechar hermeticamente o quarto de estudo para não dar pela luz do dia que o chamava à brincadeira. Formou-se com notas altas e parece que exerce a profissão honestamente. E pagou o empréstimo que os pais tinham contraído. A galinha ou o ovo, o ovo ou a galinha, a pergunta de quem nasceu primeiro também se aplica à interacção entre o ensino ou a educação e a economia. A educação precede a economia ou dá-se o inverso? Podemos convencionar que o procedimento daquele moço representa o lado do ovo. O lado da galinha é o que tem a ver com a existência de um sistema de ensino que não só permita estudar sem necessidade de recorrer a empréstimos, como oriente os estudos para...pôr ovos.

A educação constitui um sistema aberto. Um sistema de educação pela educação está votado ao insucesso. Podemos pensar que os voluntarismos educacionais que ciclicamente tem emergido em Portugal têm estado sistematicamente eivados dessa pecha. Muito provavelmente, resulta daí a sua relativa ineficácia em termos da correspondência com a economia e a sociedade e a própria cultura. No entanto, também podemos observar que já tivemos uma relação íntima com os desígnios estratégicos nacionais quando o poder facultou meios e tempo a Pedro Nunes e seus pares para resolver os concretos problemas das navegações oceânicas no contexto da orientação que formulou para os ambiciosos objectivos dos descobrimentos. O mesmo se passou com Gago Coutinho na altura do advento da navegação aérea. Os resultados logo apareceram em termos de inovações teóricas e práticas de âmbito mundial. Mas se quisermos um exemplo clássico da interacção entre a necessidade de estudar e de investigar e os problemas da sociedade, fiquemo-nos por Arquimedes, a quem o cerco de Siracusa forneceu leitmotiv quanto baste para as suas investigações e invenções.

Da mesma forma, convém ter presente que um sistema de educação labora num ambiente cultural que não pode ser ignorado, porque a seiva que vem das raízes antropológicas vem através dele. Em Portugal o ambiente cultural andou longo tempo paredes meias com uma variante muito pertinaz da crença religiosa católica, aquela que lhe junta muita superstição. O que está longe de ser uma vantagem (competitiva como é uso dizer-se), talvez seja até uma desvantagem: Aquilino Ribeiro escreveu que o português foi mais treinado a rezar do que a pensar e que isso era um estigma. Superar um estigma é o diabo. Mas também há que reconhecer que se vivesse hoje, décadas após o 25 de Abril, Mestre Aquilino teria que amaciar a sua crítica... Seja como for, há que reconhecer que as coisas são como são e facto é que só cerca de 1950 é que a taxa de alfabetização em Portugal atingiu a que Inglaterra já atingira em 1750, i.e. dois séculos antes. Em Inglaterra as pessoas foram incentivadas a ler e a interpretar a Bíblia, enquanto em Portugal optou-se por lê-la aos crentes. Quando os ingleses partiram para as suas descobertas, a maior parte das tripulações sabia ler. Terem tido facilidade em substituir os quadros que iam morrendo ou desistindo revelou-se uma vantagem imediata dessa condição de reduzido analfabetismo. Seguramente que nesta matéria não estão em causa questões de intelecto próprio.

A pergunta inicial ainda permanece pertinente quando se abordam mais de perto as relações entre a educação e a economia: os países têm melhores ensinos por serem mais ricos (primeiro a galinha) ou são mais ricos por terem melhores ensinos (primeiro o ovo)? Paradoxalmente, em Portugal tem havido a tentação de dar uma das

duas respostas impossíveis: primeiro vem o ovo! Não admirará por isso que sem economia que valha o ensino, as academias e os académicos tendam mais do que noutros mundos a justificar a própria definição da palavra, que é: «cópias de si mesmos». Independentemente da sua elevada craveira intrínseca. E, no entanto, já houve quem desse a resposta certa: «o melhor professor é o que sabe fazer outra coisa», disse Richard Feynman, prémio Nobel da Física.
Para um professor fazer outra coisa é preciso que haja coisas para fazer (coisa com que, no seu mundo, Feynman não estava preocupado). Em primeira aproximação, um estabelecimento de ensino (superior) pode optar por assegurar a realização dos seus programas de ensino essencialmente através da colaboração de especialistas externos, dos que «estejam com as mãos na massa», mediante o estabelecimento de protocolos com os organismos onde eles trabalham. É o que fazem instituições estrangeiras de ensino superior de elevado mérito no âmbito das engenharias. A coordenação do ensino é assegurada por um corpo docente residente pouco numeroso, que assegura também a leccionação da maior parte das cadeiras ditas académicas. No entanto e elevando a ordem da aproximação ao problema, é evidente que a outra coisa que um professor tem para fazer é investigação. No contexto do sistema aberto por que se pugna para a educação, a investigação tem forçosamente de ser partilhada com os agentes da economia e da restante sociedade. Os critérios de avaliação do interesse de uma investigação têm então de passar necessariamente também por crivos extra académicos.
A não observância desse princípio de interacção permanente com o exterior pode atribuir-se a relativa ineficácia para a economia do País que tem resultado da integração de académicos em projectos de investigação internacionais. Os resultados ficam-se, na maior parte dos casos, pela ilustração pessoal dos investigadores que participam neles, o que sendo interessante, não satisfaz as necessidades comunitárias, na medida em que a formulação dos problemas nos precede. De passagem, diga-se que, pelo contrário, as Forças Armadas têm instituído há muito um sistema de aproveitamento eficiente das valências adquiridas pelos seus quadros que são mandados especializar no estrangeiro no cumprimento da execução de programas apropriados de formação avançada. Acresce que, se o problema for mal colocado, induz graves enviesamentos das soluções. Assim é que, em domínios vários, a regra tem sido os académicos lançaram-se a fazer projectos correntes por conta própria, por exemplo no mercado da engenharia. Vieram fazer o que as empresas já faziam - muitas vezes melhor - tornando-se meros concorrentes delas. Contudo, a necessidade de investigar e de desenvolver produtos e sistemas para os pôr ao serviço das empresas e da administração pública é o que não falta em Portugal, visto estarmos mais cercados que Arquimedes em Siracusa. Que saibamos, não apareceu até agora em nenhuma universidade portuguesa nenhuma investigação sobre sistemas económicos alternativos ao actual, ou sobre processos financeiros antimercado, ou sobre energias alternativas para acorrer ao défice energético, ou sobre produção agrícola para acorrer ao défice alimentar. A maior parte dos académicos economistas que aparecem a falar da crise limitam-se a papaguear o que lhes ensinaram... sobre o sistema que a ela nos conduziu.
Os exemplos seguintes de oportunidades perdidas são forçadamente comezinhos, com isto se querendo dizer que teriam estado ao alcance de iniciativas a ter tido lugar no aís: os americanos lançaram a constelação de satélites GPS, mas não apareceu nenhum receptor português, no entanto, deve ser «electrónica barata» já que muita gente em países pequenos faz receptores desses; temos vocação marítima: o paradigma do transporte marítimo está a mudar, empurrado pelas já (poucas) grandes empresas do sector, através da selecção de cerca de uma dezena de portos principais de águas profundas espalhados pelo mundo, a partir dos quais se vão pendurar subsistemas de transportes para servir os portos de águas menos profundas, ditos secundários (de que Lisboa é um exemplo...): não consta que haja investigação na construção naval para apanhar esse barco, no sentido literal da expressão; temos tradição de obras marítimas: no sector nacional respectivo investigam-se novas protecções de molhes e de quebra-mares de uma só camada de blocos na procura de reduções substanciais do custo das obras, como se faz intensamente na Holanda, por exemplo? Multiplique-se pelo número de especialidades e encontrar-se-á um número significativo de desistências.

RESOLVER PROBLEMAS

A experiência profissional mostrou-nos, por diversas vezes, a diferença quase abismal entre a aquisição de autonomia por parte de recém-licenciados nacionais e estrangeiros no desempenho de trabalhos especializados do âmbito

da realização de projectos de engenharia. Enquanto os segundos se tornavam relativamente autónomos ao cabo de poucos meses, os primeiros continuavam dependentes de orientação técnica permanente ainda no termo do estágio profissional de um ano. Contudo porém, quer os currícula quer a interacção diária mostravam que o nível de conhecimentos era idêntico, senão mesmo superior da parte dos jovens licenciados nacionais. (Não admirará que quando chegar a vez deles de dirigir projectos tendam a abafar qualquer pretensão de autonomia dos colaboradores, com óbvio prejuízo de custos e prazos, i.e. da tão falada competitividade). Segundo o professor João Caraça, a quem tivemos a grata oportunidade de colocar (informalmente) este assunto, a causa desta discrepância fundamental reside nos sistemas de avaliação em vigor no nosso sistema de ensino. Claro que concordamos, mas cremos que a essa causa se pode juntar... o próprio sistema de ensino, passe a óbvia redundância.

Quem estuda adquire autonomia estudando. Para estudar é preciso tempo e recato e alguma orientação. Sucede que em muitos estabelecimentos de ensino a carga horária a que os alunos são sujeitos não lhes deixa grande margem de tempo para se dedicarem ao estudo de que precisam em função das suas capacidades. Em renomados estabelecimentos de ensino superior estrangeiros, a carga horária semanal não ultrapassa 21 horas, sendo em muitas semanas de 18 horas. O resto do tempo é para o aluno estudar por si. Esta não é a regra na maior parte dos estabelecimentos de ensino superior em Portugal. Acresce que à carga horária exagerada está associada amiúde a abordagem de temas meramente descritivos, para os quais não são necessárias aulas, bastam leituras. Modernamente, a razão de ser das aulas é tão só a abordagem analítica e a orientação do estudo, mas por vezes parece que continuamos antes de Gutenberg, numa época sem livros para estudar.

Não por acaso, o Nobel Richard Feynman, investigador em electrodinâmica quântica, leccionava a Física que era dada logo nos primeiros anos da universidade; podemos, sem errar, designá-la por Física Geral. Com a ressalva da preocupação estatística, cremos que a maioria dos catedráticos ou coordenadores do nosso ensino superior leccionam especialidades nos últimos anos dos respectivos cursos, onde os problemas de formação científica já são menores do que nos primeiros anos, sendo no entanto eles os potencialmente mais aptos para dar formação. Veja-se o que escreveu o mesmo Feynman que explica a matéria tim-tim por tim-tim, no prefácio dessas suas Lições de Física ministradas no Instituto de Tecnologia da Califórnia (tradução livre): «Estas Lições são dirigidas ao aluno mais inteligente da turma, se possível garantindo que mesmo o aluno mais inteligente não seja capaz de apreendê-las completamente – através da colocação de sugestões de aplicação das ideias e conceitos expostos em direcções outras que a da linha de exposição». É muito elucidativa esta atitude de fazer a intercepção da máxima exigência com a mínima erudição. Com este tema converge o do próprio processo da aprendizagem. Saber estudar também se aprende, ainda que requeira alguma habilidade. Anote-se, de passagem, a importância que na aprendizagem tem a orientação do estudo por parte não só dos professores nas aulas, mas também por parte da organização do ensino. Incentivar os alunos a chegarem à próxima aula já com uma vista de olhos na matéria que vai ser dada não requer apenas atitude do professor. Exige, por exemplo, que em cada cadeira o programa de aulas esteja completamente editado para o semestre ou o trimestre antes das aulas começarem. Um programa implica a variável tempo, isto é, implica compromissos com as datas em que determinada matéria vai ser dada.

A roda está inventada há muito nos sistemas de avaliação, mas razões estranhas à racionalidade do sistema de ensino emperram a rodagem. Não nas escolas militares de formação de oficiais e em alguns outros estabelecimentos de ensino superior. Aí, a avaliação é efectivamente contínua, as aulas são obrigatórias, há praticamente testes todas as semanas. Os testes são mesmo testes de resolução de problemas, os chamados testes de resposta múltipla são a excepção numa ou outra cadeira, ou seja, a máxima exigência de raciocínio e de conhecimentos não é transferida para montante do processo, i.e.... para quem elabora o teste. Da mesma forma, na chamada avaliação através da realização de um trabalho é o professor que despende o seu tempo a compilar a informação necessária à realização do trabalho por parte do aluno e não este. Em vez dessa tarefa, que é do âmbito da informação, ao aluno exige-se que se empenhe no estudo do problema que lhe foi posto, ou seja, que se mantenha o mais possível no âmbito da formação, porque aquele é o seu tempo. Actualmente, achar informação é mero procedimento, em que se pode debutar aos oitenta sem maior dificuldade ou maior perda de tempo que aos quarenta, e informação não falta. Não é pois por acaso que à saída da escola militar

Foto: Luisa

os oficiais estão aptos a desempenhar logo múltiplas e diferentes tarefas nas unidades militares e que o mesmo curriculum de base proporciona mais tarde especializações em valências tão diferentes como balística e construção naval.

O que se tem vindo a referir desemboca de facto na discussão do próprio conceito de avaliação e esta está longe de poder ficar restringida a um âmbito técnico, digamos ao âmbito pedagógico ou ao da organização do ensino. Problemas técnicos até na Filosofia aparecem, se quisermos estar de acordo com esse pensamento de Bertrand Russell. Contudo, esse tipo de problemas não pode sobrelevar o âmbito próprio em que a discussão deva ser colocada e esta coloca-se em termos do objectivo da avaliação. Ora no processo corrente a avaliação é tomada quase sempre como avaliação de conhecimentos,

mas sistemas mais evoluídos há em que o que se procura avaliar é a capacidade de resolver problemas, onde, naturalmente, a avaliação de conhecimentos está implícita. O que se está afinal a discutir, por outras palavras, é a tão falada dicotomia do saber e do saber fazer. Esta última condição é a que constitui o âmago da vida profissional. Daí que o ensino mais capaz de convergir com as necessidades da vida profissional seja então o que assentar na permanente colocação de problemas para os alunos resolverem.

A ausência destes critérios e princípios é, aliás, extensiva a todos os graus de ensino. Se se der como trabalho de casa a um aluno do 7.º ano inventariar três monumentos de três cidades europeias dadas, ele executa-o a contento em menos de meia hora por «copy & paste» através da internet, mas outra meia hora decorrida não sabe o nome de um único desses monumentos e ainda se desculpa por serem nomes difíceis de decorar, visto estarem na língua do país – em húngaro, por exemplo. Este exemplo foi testemunhado (com escândalo, anote-se).

VIVA A LIBERDADE

Testemunhámos o caso de um aluno de um curso de Oceanologia no estrangeiro – pós graduação a cujo acesso é exigida licenciatura do âmbito da matemática – que saiu da Escola directamente para integrar uma equipa cujo trabalho consistiu... em conceber um pneu de camião para um conhecido construtor do ramo automóvel. Assim não custa arranjar emprego. Este exemplo serve para ilustrar a percepção de que a vida moderna está em constante mudança e tem sido, inclusivamente, sede de mutações. Formar especialistas à saída da escola, além de um eufemismo, é condená-los a uma vida profissional sem grandes alternativas. Fornecer a um recém-licenciado apenas os conhecimentos necessários e suficientes para iniciar a sua vida profissional como subordinado numa especialidade específica é condená-lo a uma escravidão futura, inclusivamente porque a sua especialidade pode deixar de existir. É perverso falar-se em mobilidade quando, ao mesmo tempo, se amarram as pessoas a um conjunto limitado de conhecimentos, ditos práticos, à saída do estabelecimento de ensino. Havendo o desemprego que há, ainda mais se justifica que não se percorra o caminho da especialização precoce. Além disso, pretender formar especialistas à saída das escolas é lutar contra a orientação que perdura desde Galileu, a recordar: os critérios da certeza assentam na experiência e não na autoridade – no caso vertente seria no canudo. A especialização só se adquire no campo da experiência e esta só se revela proficua se recorrer à teoria mais elaborada. Chega-se a polivalente depois de se ser especialista - não há engano nos termos desta proposição.

Os fundamentos da ciência são comuns a todas as especialidades. Estas limitam-se a lidar com a aplicação de casos particulares. Não se restrinja o ensino aos casos particulares! Estes serão tratados na vida profissional com o adequado enquadramento proporcionado pelo trabalho em equipa e usufruindo da experiência de quem já aprendeu a fazer. Fez-nos ver o comandante Daniel Rodrigues, Doutor em Física, doutorando do professor Pinto Peixoto, que em muitas representações dos fenómenos naturais (as que recorem a noção de campo) sur-gem, sem dedicação exclusiva, os mesmos três tipos das equações: elípticas, hiperbólicas e parabólicas. Quem for ensinado a dominar a fundo a sua resolução e não só a meia dúzia de aplicações práticas de uma especialidade adquire as condições necessárias para poder apanhar o primeiro e todos os comboios que lhe aparecerem na vida profissional, não só na de engenheiro. É exemplo bem conhecido: o movimento das ondas do mar e a propagação das ondas sonoras podem ser descritos por equações do mesmo tipo. A especialidade está *apenas* nas condições de aplicação e no conhecimento do meio em que se propagam, não na matemática delas. O conhecimento descritivo do meio pode apreender-se em qualquer momento da vida profissional, ainda que possa haver vantagem em apreendê-lo cedo, de preferência pelo modo experimental, e os conhecimentos prévios que exige são do mesmo nível. Pelo contrário, os processos analíticos exigem que se dominem conceitos fundamentais das ciências, cuja apreensão é longa e mais difícil, daí se deduzir que o seu tempo próprio é o inicial.

Em última análise, a empresa é um ente gerador de entropia. Há até gente que se aproveita disso no seu exclusivo interesse, o que vem complicar ainda mais a obtenção da racionalidade económica. O ideal era que todas as pessoas pudessem colaborar autonomamente para a persecução dos objectivos económicos comuns, sem terem a envolvê-las o capacete de uma empresa. Claro que isso não é viável, dada a teia de interacções que se estabelecem na execução de um trabalho, por vezes mesmo de uma só tarefa, o que se ultrapassa pela adopção do trabalho em equipa e pela constituição de equipas equilibradas. Esta condição não obsta a que o princípio da

autonomia dos trabalhadores deva estar sempre presente no seio da empresa. A autonomia interessa a todos, trabalhadores e patrões (pelo menos aos esclarecidos): directamente aos trabalhadores porque contribui para a sua independência; directamente aos patrões ou a quem gere porque conduz à redução de custos de gestão e de formação, que estão em proporção com a falta de autonomia de quem produz, sendo certo que o objectivo das empresas não é vender nem a coordenação nem a gestão internas, mas sim os produtos ou os serviços que produzem ou prestam.

A autonomia de quem produz está intimamente relacionada com o sistema de ensino ou sistema educativo. A este propósito refira-se, a título de exemplo, que no âmbito da Engenharia, em França entra-se para as «Grandes Écoles» do respectivo ensino ou com uma licenciatura ou ido da «École Politécnique». Neste estabelecimento de ensino, que vem do tempo de Napoleão, aprende-se durante três anos a matemática toda, a física e a química todas e a geometria descritiva toda, além de uma língua estrangeira. Por isso, a Politécnica é conhecida na gíria que chega até aos «media» por «L'X», querendo com esta estranha designação significar-se que quem de lá sai é uma variável independente que pode assumir um valor qualquer. Afinal, a designação não é tão estranha assim. Na óptica da independência e da liberdade, individuais e colectivas, insistimos neste ponto que é crucial para a ligação do ensino com a economia e com sociedade, através de um derradeiro exemplo: qualquer avô aprende a chamada «informática na óptica do utilizador», curiosa expressão de cariz meramente comercial. Essa matéria limita-se a um conjunto de procedimentos que se decoram com a prática tendo como auxiliar um caderno do tipo «check-list». Troque-se pois umas horas de aprendizagem dessa informática por aquela que conduz... à construção dos computadores. A menos que «valores (comerciais) mais altos se alevantem»...

Nas posições atrás expressas julgamos não haver contradição entre o servir a economia e o servir a cultura de um povo, mesmo abstraindo que a cultura não nasce só nas escolas e mesmo sabendo que a economia tenderá assimptoticamente a ser ocupada em não mais que 30 por cento por formações superiores nos anos mais próximos. Que dano pode resultar para a cultura dos portugueses – de todos – se ao abandonarem a escola onde estudaram detiverem sólidos conhecimentos que lhes permitam ter uma atitude desafiante perante os problemas que vão ter de defrontar, que lhes vai permitir estudar a vida inteira porque lhes vai permitir ultrapassar com facilidade a página cinco do livro de que precisam, seja ele qual for, e cujo estudo, por sua vez, lhes vai proporcionar mais cultura? Dir-se-á que vão ficar sem tempo para aprender outras matérias que lhes acrescentam cultura imediatamente e que este caminho deve ser privilegiado em relação ao anterior. De um ponto de vista nacional, a primeira opção, a de longo prazo, é, sem dúvida, a menos arriscada. Quem não está interessado em ter um sistema de ensino de onde saiam para as empresas e para a administração pública pessoas habilitadas a adquirirem autonomia rapidamente num largo espectro de especialidades? Não certamente as pessoas, que assim ficam mais perto de se tornarem «X». Não certamente os empregadores esclarecidos que vão despender menos recursos em formação e em orientação e vão ter probabilidades acrescidas de vir a usufruir de inovação. A quem não serve? Seguramente a quem não se consegue libertar da lógica exclusiva da apresentação de resultados na escala anual.

Terminamos com uma referência em forma de hiperbole à cultura dos gregos antigos por ser um dos polos da dialéctica civilizacional ocidental que perdura até aos nossos dias (o outro polo é a cultura judaico-cristã). A sua formação - a das suas elites - assentou em pouco mais do que nestas três disciplinas: Gramática, Matemática, e Ginástica. Se a estas disciplinas juntássemos um pouco de Filosofia e um pouco de História Pátria (os gregos antigos ainda estavam a produzir o começo de ambas), além de uma língua estrangeira (de que os gregos antigos não precisaram), e as levássemos aos limites, já nos bastava para podermos ser mais independentes e mais livres.

Foto: Lusa

Como reforçar o potencial de conhecimento da Nação

Miguel Judas

O "SISTEMA INSTITUCIONAL" NACIONAL: a Nação Portuguesa criou, historicamente, um conjunto de estruturas organizacionais através das quais realiza a sua vida.
No âmbito económico, contam-se, não exaustivamente:

UNIDADES ECONÓMICAS FAMILIARES;

- PME privadas, operando em vários sectores económicos;
- As empresas capitalistas de capitais dominantemente nacionais;
- As empresas capitalistas de capitais dominantemente estrangeiro;
- Um pequeno sector cooperativo;
- As empresas públicas e de capitais dominantemente públicos
- Associações profissionais diversas, com ampla

incidência económica (empresariais, corporativas, sindicais, etc.)

NO ÂMBITO ESTATAL:

- As estruturas centrais do Estado e outras instituições dependentes;

- As Autarquias locais e respectivas instituições dependentes.

NO ÂMBITO SOCIAL:

- As estruturas associativas populares e cívicas do mais variado tipo e finalidades;

- As Igrejas e suas estruturas dependentes - etc.

No seio do Estado desenvolveu-se um conjunto de instituições de estudos superiores e de investigação (universidades e laboratórios) onde, genericamente, se condensou um invulgar nível de Conhecimento que, em diversas circunstâncias históricas têm contribuído positivamente para a promoção do desenvolvimento do país.
Outras instituições do mesmo tipo têm sido promovidas pelo sector privado as quais, respondendo embora a uma necessidade de formação superior de massas, se revelaram, na maioria, de baixa qualidade e, nos casos de excepção, se têm globalmente vocacionado para a preparação de quadros para a economia e as instituições do neoliberalismo.
Caracterização geral do "sistema institucional" nacional:
Para além de uma irracionalidade global, de carácter estrutural, decorrente da evolução histórica nacional e, também, dos efeitos devastadores das políticas neoliberais na estrutura social, o "sistema institucional" português padece, globalmente, de um primarismo de gestão de raiz cultural medievo-provinciano onde pontifica a tendência da "apropriação privada" do que é público, o mimetismo aristocrático, o curto-prazismo, etc., com todas as típicas manifestações características.
Sobre o actual estado dos sectores públicos os diagnósticos estão feitos, pelo que, neste espaço, nada há a acrescentar a não ser realçar que uma das razões fundamentais da sua degradação se deveu à sua colonização e canibalização pelos poderes fácticos privados, tendo passado a ser gerido com o único propósito de o saquear das actividades "rentáveis", de liquidar a sua capacidade técnica e executiva directa para fomentar os *outsourcings* e desorganizá-lo deliberadamente com o propósito de o desprestigiar aos olhos da população para dele restarem somente as funções repressivas, pagas pelo próprio povo.
Sobre os sectores privados, todas as avaliações independentes e fundamentadas são unânimes quanto à sua global iliteracia, ao carácter básico dos seus métodos de gestão, à sua dependência das encomendas e favores do Estado e à ausência global de responsabilidade social e ambiental, salvo raras excepções que, para além das quatro operações elementares da matemática, também utilizam o bom senso e algumas técnicas que normalmente se estudam na "investigação operacional".
Quanto às PME, enquanto muitas – as ligadas à produção, comércio e serviços para o mercado interno -têm vindo a ser eliminadas do mercado pela concorrência corporativa, outras nasceram como resultado da reorganização das grandes empresas antes integradas no sentido de externalizarem grande parte das suas actividades (e dos custos), mantendo-se hoje na total dependência das encomendas das novas corporações empresariais e das multinacionais e, por isso, suportando o essencial dos custos das crises económicas.
Quanto às estruturas associativas populares e cívicas, depois de sucessivamente esvaziadas pelas novas corporações desportivas e culturais associadas ao *entretainment* de massas – quando não por instituições estatais ou autárquicas – muitas foram-se transformando em estruturas clientelares dos poderes políticos adquirindo gradualmente a função de enquadramento social e eleitoral ou em justificadoras de um não efectivo diálogo social. Felizmente, e apesar de sistematicamente flageladas e marginalizadas, muitas outras mantêm o seu carácter autónomo e o sentido de serviço às comunidades.
Caracterização geral do "sistema nacional de conhecimento":
Por outro lado, os "centros do conhecimento" nacionais, designadamente as universidades, também passaram por histórias atribuladas, resultantes da falta de um "Projecto Nacional", tendo-se algumas mantido como "núcleos de resistência" ao obscurantismo e à mercadorização do saber, baseados no patriotismo de alguns que, apesar de todos os assaltos de que foram alvo, conseguiram preservar a eficiência das respectivas instituições e valorosos patrimónios de conhecimento; outras, lamentavelmente, não passaram de meras extensões mercantis ou corporativistas de onde pouco saiu senão uma frustração massiva dos seus ex-estudantes.
Interrompido o processo de industrialização do país, foi este substituído pela acção predatória

das forças monopolistas dos mercados internacionais, de onde resultou a destruição e abandono do tecido produtivo nacional. As universidades ficaram "perdidas e entregues a si próprias" e aos engenheiros mecânicos entretanto formados, por exemplo, mais não restava, à falta de aplicação técnica industrial, do que se transformarem em "comerciais", em meros vendedores de equipamentos...

Breve formulação do problema

Temos assim, globalmente, um sistema institucional (público, privado e social) fortemente empenado e em grande parte destituído de finalidade patriótica, avesso ao conhecimento e, por outro lado, uma importante reserva de conhecimento moderno disponível que quase ninguém quer ou sabe utilizar.

Lamentavelmente, quando se quer e sabe, pretende-se utilizar esse conhecimento de forma gratuita, segundo o conhecido esquema da internalização dos proveitos e da externalização dos custos para a sociedade.

Do mesmo modo é lamentável que o Estado e as empresas públicas, para simularem uma grande "transparência e sustentação técnica" das suas decisões, sistematicamente acorram à contratação de empresas de consultoria e auditoria associadas e ao serviço do capital financeiro internacional, quando na realidade tais contratações servem basicamente para justificar a entrega de grandes contratos ou empresas a privatizar ou para dotar os grandes especuladores da bolsa com informação qualificada.

O problema consiste, pois, em como interligar, articular, a superstrutura "institucional" da sociedade com os centros do conhecimento de modo a que este flua no sentido de promover uma radical alteração dos processos de gestão (públicos, privados e sociais), a modernização dos processos tecnológicos visando a eficiência económica e a preservação ambiental, a potenciação económica dos recursos nacionais e a elevação da cultura científica, tecnológica e humanística da sociedade no seu conjunto.

Propostas

Para se ultrapassar a fase do mero e circunstancial aproveitamento dos bens do conhecimento por alguns "empreendedores privilegiados" ou do atrelamento das capacidades científicas e de investigação nacionais aos interesses das multinacionais – que corresponde aos simulacros de modernização em que se tem incorrido nos últimos anos – e para construir uma relação orgânica sistemática entre os centros do conhecimento e a sociedade, torna-se necessário inovar de modo estratégico. Assim:

1. Reformar profundamente o "sistema político", não só pela liquidação das perversões que infestam os mecanismos de representação política, mas também pela introdução de amplos e transparentes mecanismos de Participação dos cidadãos nos processos de decisão pública, na execução e no controlo de toda a actividade pública; sem esta mudança que transforme o Estado de um instrumento de dominação da sociedade em seu instrumento de desenvolvimento sustentado e patriótico e, portanto, em parceiro e motivador do sistema de conhecimento, nenhuma reforma autenticamente modernizadora será possível.

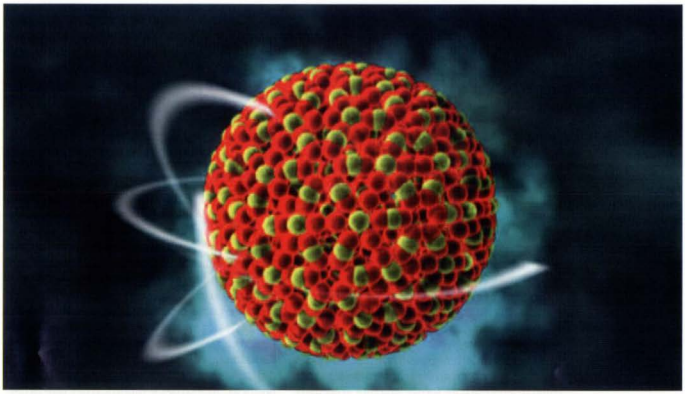
2. Que à universidade pública, baseada na exclusiva racionalidade científica e subordinada ao espírito patriótico, seja institucionalmente reconhecido o direito e o dever, tanto de contribuir para fundamentar os processos de decisão pública (assessoria obrigatória) como para submeter todos os poderes e organizações públicas a uma intrusiva e eficiente actividade de auditoria de gestão, económica, financeira, tecnológica e ambiental.

3. Que a universidade pública, em processos abertos à participação de toda a cidadania, promova o estudo aprofundado de todos os recursos naturais, tecnológicos, financeiros e humanos da nação e as formas de os mobilizar de modo económico, social e ambientalmente eficiente, visando o aumento das capacidades produtivas nacionais e a satisfação das necessidades sociais.

4. Que a universidade pública se constitua como centro de produção de conhecimento e de gestão de um sistema nacional de conhecimento e inovação constituído por uma vasta rede de núcleos sociais de conhecimento e inovação – onde se deverá inserir toda a massa estudantil e os quadros nacionais disponíveis, designadamente aposentados.

5. Que à universidade pública seja reconhecido o direito de participação nas estruturas de administração estratégica das principais empresas públicas e privadas sediadas em território nacional, no quadro de um novo conceito de empresa segundo o qual a titularidade e a administração das empresas deverá reflectir outras componentes sociais contributivas, e não só as contribuições financeiras dos accionistas.

6. Que a universidade pública promova a constituição de centros de assessoria e apoio técnico e de gestão de base territorial a por fileira produtiva, proporcionando, por seu intermédio e



Direitos reservados

a baixos custos, todo o apoio especializado às actividades das PME e das unidades de economia social, solidária e comunitária.

7. Que a universidade pública constitua, promova e administre um vasto e estruturado sistema digital de conhecimento livre, colocado à disposição gratuita de toda a população.

8. Que a universidade pública reveja, com carácter de urgência todos os seus programas curriculares de modo a promover a pluralidade conceptual e a blindar o sistema nacional de conhecimento relativamente às intrusões neoliberais anti-patrióticas e totalitárias (de "pensamento único") do capital financeiro internacional.

9. Que a universidade pública seja dotada de mecanismos de gestão democrática e participada, de modo a evitar tendências de "poder corporativo" e a reflectir o conjunto dos variados sectores da comunidade nacional e os interesses estratégicos de desenvolvimento do país.

Um modelo deste tipo, só possível no quadro de um poder político democrático e patriótico, com um projecto nacional, permitiria "resolver" vários dos problemas resultantes do actual "divórcio" entre o conhecimento e a sociedade, desde a adequação dos cursos às dinâmicas sociais e económicas (a famosa "empregabilidade") até à autêntica autonomia e sustentabilidade universitária.

O modelo alternativo, para o qual se tem caminhado imperceptivelmente, consiste em entregar a gestão do sistema nacional de conhecimento ao capital financeiro e às multinacionais para que estes preparem a mão-de-obra assalariada de que necessitam, à custa do esforço financeiro dos contribuintes portugueses.

A ciência ao serviço da cidadania

Ramiro Soares Rodrigues

O SISTEMA DE PRODUÇÃO E A SOCIEDADE em que vivemos são uma fábrica de desigualdades. O fosso entre países e sociedades ricas e pobres que surgiu com o nascimento do capitalismo, não tem regredido com o seu crescimento, antes pelo contrário tem-se alargado constantemente e de forma bastante acentuada.

A base de sustentação da estrutura do capitalismo tem a sua origem na chamada fase de acumulação geradora de capital, durante a primeira revolução industrial (1815/1860).

O capitalismo sustenta-se em três premissas básicas assumidas como inalteráveis: energia em quantidade ilimitada e a baixo preço (carvão e petróleo); trabalho na quantidade adequada às necessidades da produção em cada oportunidade e liberdade de agir dos detentores do capital na procura e realização dos seus interesses (o lucro, a renda e a acumulação de capital).

Os avanços tecnológicos conseguidos no século XIX, e as suas aplicações à produção, determinaram de forma continua, e continuada, a melhoria e o aumento da produção de bens. Esta dinâmica, decerto vantajosa para o capital, impunha a redução dos períodos de amortização das máquinas e equipamentos empregues na produção, situação que adicionada às necessidades de capital para a sua compra induziu a sua procura e obtenção, como objectivo central e fundamental. A situação de grandes necessidades de capital por parte da produção determinou de modo continuado e intenso a ligação orgânica entre a indústria e os detentores de capital. Foi o início do domínio da produção pelo capital, o capitalismo financeiro.

Os progressos tecnológicos sucessivos e contínuos determinaram o crescimento dos bens produzidos o que implicou a necessidade de procurar mais e maiores mercados para a sua colocação e venda. O comércio internacional desenvolveu-se e aumentou. As alterações e mudanças determinadas pela nova ordem, decorrente do desenvolvimento da produção e do capitalismo financeiro, iniciaram o seu percurso de mundialização e transnacionalização, a segunda revolução industrial. Nesta fase, o capital é o elemento central determinante de todo o processo indutor de alterações e modificações no modo de produção e nas relações políticas. Alterações e modificações que necessariamente influenciaram os mais diversos campos e sectores das sociedades e nações, tiveram incidências nas estruturas sociais implicando a supremacia do individual sobre o colectivo, do indivíduo em detrimento do grupo e da família.

A capacidade de gerar riqueza a par dos enormes ganhos de produtividade são factos imputáveis às revoluções industriais (1.ª e 2.ª). Porém, não se pode, nem se deve, esquecer o tremendo fosso entre ricos e pobres e a miséria degradante imposta nas sociedades submetidas ao modo de produção em que o capital é erigido em elemento central do sistema.

A realidade indesmentível do aumento da pobreza, da miséria e da indignidade da situação das pessoas a elas submetidas, a par do aumento e concentração, continuada e crescente, da riqueza para alguns, implica que os teorizadores e divulgadores da economia política do capitalismo tentem o branqueamento da situação. Afirmando, e fazendo passar a mensagem, de que se trata de um dado indiscutível porque decorrente das leis naturais que regulam a vida económica das sociedades e do homem. Como tal, não há que questionar se estamos perante situações justas ou injustas porque o homem não tem poderes para alterar as leis naturais.

A economia política do capitalismo, enquanto saber da burguesia, ao explicar a brutal concentração dos capitais nas mãos dos capitalistas engendra e propaga a falácia retórica da preguiça natural das classes não possuidoras de capital.

Ou seja, de todos os membros da cidadania que não sejam capitalistas. O único objectivo do capitalista é acumular, obtendo benefícios crescentes e aplicando-os de novo. Esta é a prioridade absoluta a que tudo e todos se devem submeter, pelo que o trabalho mais não é que uma mera mercadoria a ser utilizada pelo capital ao mais baixo preço possível, o salário. A dimensão social do trabalho e a dignidade do trabalhador não entra, não tem cabimento, nas lucubrações ideológicas e doutrinárias dos saberes da economia política do capital.

A crise de 1929 e a depressão que gerou e se lhe seguiu terão nascido com o capitalismo financeiro e levedaram durante a sua consolidação. A crise terá levedado em três períodos distintos. O primeiro desde o fim da primeira revolução industrial, com a consolidação da fase geradora de capital, até ao início da primeira guerra mundial (1914), o segundo desde o início daquela guerra até 1923 e o terceiro de 1923 a 1929.

As mudanças adoptadas no primeiro período que, ao não se mostrarem adequadas à situação, não se integraram bem no sistema. Adicionadas às dependências decorrentes do segundo período, a transferência do poder económico em definitivo para os Estados Unidos, consolidadas com o enorme aumento da produção nos anos de 1920 e com a situação de auge artificialmente criada pelos teorizadores e doutrinadores dos saberes da economia política do capital, terão contribuído para o processo que levou à crise de 1929.

A crise de 1929 foi consequência directa do elevado grau de desenvolvimento a exigir novos processos e procedimentos para fazer as coisas e se ultrapassar a situação de maturidade atingida pelo sistema.

Ultrapassada a crise e acabada a segunda guerra mundial, com a Europa dilacerada e destruída e a supremacia económica, financeira e militar dos Estados Unidos, iniciou-se uma época longa de estabilidade e crescimento que possibilitou o desenvolvimento do Estado Social e de Bem-Estar. Situação decorrente dos interesses do próprio sistema capitalista que, apesar de focado essencialmente na criação de valor para o accionista, necessitava de estabilidade, paz social e poder de compra da sociedade para vender os bens e serviços produzidos.

A arquitectura do sistema monetário internacional, nascida em Bretton Woods ainda durante a segunda guerra mundial para reconstruir o capitalismo, começou a evidenciar falhas e desajustamentos que punham em causa o objectivo declarado, o equilíbrio das relações monetárias e financeiras a nível internacional. As insuficiências e contradições foram-se agudizando culminando a situação de crise larvar com a declaração por parte dos Estados Unidos do fim da convertibilidade do dólar em ouro. Pedra de toque angular do sistema arquitectado.

A crise do petróleo em 1973 ao pôr em causa duas das premissas básicas em que o modo de produção capitalista se apoiava, a energia barata e inesgotável, em particular o aumento do preço do petróleo, induziu perturbações no sistema que determinaram rigidez monetária e inflação com efeitos no padrão de crescimento das economias. O crescimento passou a graus de instabilidade elevados não verificados anteriormente e desacelerou em termos de acumulação. As alterações verificadas no comportamento das economias capitalistas denunciavam novas irrupções de rigidez monetária e cambial que, a par do aumento da especulação, levaram os teorizadores e doutrinadores da economia capitalista a procurar na globalização uma saída para as contradições e dificuldades de estabilização das economias.

A solução encontrada, a deslocalização da produção e do capital, determinou uma espiral crescente do desemprego, parcialmente compensado com a transferência de grandes massas de trabalhadores dos sectores produtivos de bens transaccionáveis para o sector dos serviços de baixo valor acrescentado e em geral com exigência de mão-de-obra pouco qualificada.

Apesar de a produtividade crescer impetuosamente, o rendimento médio real dos trabalhadores com emprego cresce muito pouco e tende mesmo para o não crescimento, porque aqueles ganhos são maioritariamente apropriados pelo capital em detrimento da remuneração do trabalho, o salário.

O artifício engendrado para fazer face às dificuldades do escoamento da produção sempre crescente, em consequência dos aumentos contínuos da produtividade e para o que é determinante a procura efectiva, foi a pressão sobre a abertura e desregulação do comércio internacional, a diminuição dos preços de bens e serviços produzidos e o aumento, facilidade e rapidez de acesso ao crédito pelos consumidores. A redução significativa do custo do dinheiro (taxas de juro mais baixas) e a maior facilidade de acesso ao crédito, quer para as empresas quer para as famílias, determinou e propiciou o aumento continuado da acumulação de dívidas cuja resultante foi o crescimento acumulativo da dívida privada das economias a nível internacional.

O poder financeiro e económico capturou e pressionou o poder político a decretar normas que o satisfazem e concorrem para a procura do seu objectivo, a criação de valor para o accionista, o lucro. Fiscalidade a mínima necessária, para

fazer face às necessidades do Estado reduzido à sua expressão mais simples com funções securitárias, desregulação e não intervenção na economia. Assim, permitindo que os tão celebrados mercados acolitados pelas empresas de notação e a imaculada mão invisível, com a sua tão apregoada racionalidade e objectividade, se substituam às funções fundamentais de um Estado de Direito Democrático na utilização óptima dos factores de produção e na determinação do equilíbrio da economia ao serviço da, e para a, cidadania.

O sistema não crescia de forma natural e saudável, mas sim à base do endividamento privado para níveis acumulados insustentáveis e de prestidigitação financeira, a manipulação dos, e nos, inefáveis e "eticamente inatacáveis" mercados. O modo de fazer as coisas já não dava mais. Estava esgotado, não tinha base de sustentação. A crise financeira de Setembro de 2007 (*subprime*) é a prova provada de que o processo e modo operativo já não oxigenavam o suficiente para continuarem o seu caminho. Definharam e arrastaram no seu desfalecimento as economias americana e europeia para uma pré crise, antecâmara da iniciada em 2010 e em que ainda estamos, e estaremos, mergulhados se não se puser cobro ao discurso único, oficial e oficioso, da inevitabilidade "austeritária" cujo horizonte infelizmente se apresenta muito carregado por nuvens negras.

A situação deplorável e geradora do medo em que o país se encontra requer, e necessita, que se estabeleça e reformule o diálogo público no sentido da construção de uma nova narrativa.

A situação política, social e económica está bloqueada e em definhamento constante, começando as críticas por incidir sobre as instituições. Critica-se o poder político e as instituições da República porque não cuidam dos interesses do Estado e abusam da autoridade e confiança que a cidadania lhes delega quando da sua eleição. Os apelos à reforma e alterações legislativas, que permitam desbloquear a vida da Nação e dar voz à cidadania, são recorrentes e frequentes. Porém, o crucial é percebermos se as desejadas e necessárias alterações poderão vir, ou não, do poder e das próprias instituições. Temos de nos questionar acerca da viabilidade das instituições e dos políticos imaginarem e adoptarem as regras do jogo que permitam à cidadania pedir contas e responsabilizar, de forma continuada e permanente, os agentes públicos quer eleitos quer não eleitos.

Os objectivos de todos serão os mesmos? Será que os interesses dos ricos são semelhantes e coincidentes com o da esmagadora maioria da população? As necessidades de provisão pelo Estado de serviços públicos de qualidade e com direitos serão sentidas por todos nós?

A sociedade é uma iteração complexa de interesses colectivos e individuais, daí o natural conflito a requerer regulação para a equidade e o equilíbrio social. Sem bem-estar, justiça, solidariedade, inclusão, segurança e esperança não há confiança. A confiança é o requisito fundamental da coesão social sem a qual não há estabilidade nem paz social. A ausência de paz social debilita e enfraquece o Estado e um Estado fraco põe em cheque a Democracia.

O conhecimento e a ciência podem e devem estar ao serviço da cidadania para as transformações imperiosas e necessárias do país e da sociedade. Assim, os dotados dos saberes e perícias deles decorrentes as saibam utilizar e aplicar na procura de outro futuro para Portugal. Um Portugal onde se organize e regule a vida em sociedade com outra perspectiva e visão para além do pensamento meramente economicista, de visão estreita de guarda-livros, sem desprimor para estes, que nos vem depauperando e afundando. Existem outros ideais e valores com que organizar a vida da Nação. O homem não é económico, nem vive só de consumir, tem outros nobres valores e interesses, quer sociais quer individuais.

Arte e Democracia

Hélder Costa

"OBVIAMENTE, DEMITO-O!". Esta foi talvez a frase mais importante do século XX Português. Criou o cataclismo que anunciou o fim do fascismo à Salazar.
E ainda: rebuscando a minha memória, julgo que também foi esta a frase mais teatral dita em Portugal nos últimos cinquenta anos.
O general Delgado tinha conseguido articular o poder de síntese – a dramaturgia –, o momento e local de actuar – a encenação –, e tinha compreendido o que iria agradar ao seu público – o povo português.
Tinha estimulado os sentimentos, espalhado a emoção, acendido a esperança.
Apresentava um final convincente para a tragédia nacional, e assumia-se como actor competente. E como actor competente, acabou por ser assassinado na fronteira.
A propósito destes e de outros acontecimentos, e à falta de melhor, costuma-se falar de drama shakespeariano.
Quando Salazar gravemente doente deu a célebre entrevista ao jornalista do "L'Aurore" onde continuava a assumir-se como presidente do Conselho, falou-se do absurdo de Ionesco, de tragicomédia, de farsa trágica e de outras misturas de géneros teatrais. Para mim, este exemplo máximo de tartufismo é dificilmente classificável.
Realmente como definir o carácter e a ética dos governantes que sujeitaram Salazar a essa humilhação? Uns sabujos que não tiveram vergonha de diminuir publicamente o homem – involuntariamente deficiente, note-se – por quem rastejaram toda a vida?
Bom, mas isso já é outra história.
Estes exemplos servem de preâmbulo a uma questão que me parece urgente definir.
Haverá relação entre Arte e Democracia? E que relação?
A questão é complexa porque nunca poderemos esquecer que os impérios, as religiões e as ditaduras sempre cultivaram formas de arte bem definidas, normalmente caracterizadas pela monumentalidade arquitectónica.
Essa arrogância, identificadora de um poder, é um dado histórico insofismável e que atinge actualmente níveis de verdadeira comicidade: as torres do Dubai, e a competição em altura entre os arranha-céus da China, Malásia e as novas Torres Gémeas de Nova Iorque. (Parece que o prémio vai para quem conseguir pôr lá em cima um pirilau de metro e meio.)
É esta força "imperial" que cria o contra – ponto da sua fraqueza: o isolamento fará nascer o cerco dos "Outros" (concorrentes ou oprimidos). E além disso, o ditador não tem a noção do ridículo a que conduzem o excesso e a pesporrência, tornando-se um alvo fácil da sátira e da caricatura.
A prepotência faz perder a autoridade.
E qual é a fraqueza das democracias? A de dar armas aos seus inimigos. Em nome da liberdade, da democracia e da tolerância. Belas palavras, mas que têm de ser acarinhadas e protegidas. E, nos tempos que correm, reforçadas com outras que foram caindo em desuso porque se perdeu a batalha ideológica com o individualismo predador : fraternidade e patriotismo (não é nacionalismo, é uma pedra essencial para os valores cosmopolitas e a grande família internacionalista).
Infelizmente, sabemos pelo nosso mundo actual como elas são adulteradas, manipuladas e postas ao serviço dos que sempre as violaram.
Tudo o que se passa na política, nos media, educação, justiça, finança, economia, ciência, forças armadas, cultura, desporto, religião, esoterismo e o que mais se quiser citar, cria um sentimento de desânimo e descrença no povo em geral tornando-o abúlico, pusilânime e servil.
Que se passa? Perderam-se os valores e princípios éticos e morais.
E é aqui que entra a importância da arte como valor estético, culto, inteligente e popular, imprescindível ao fortalecimento ético.
Conhece-se o papel da arte e do conhecimento através dos séculos, combatendo a barbárie, cultivando o progresso, lutando por um mundo mais igual e fraterno.
E utilizando sempre a polémica e o contraditório como forma de esclarecimento e avanço.
Recordo uma frase que ouvi na minha juventude de um velho oposicionista de Salazar: "o vosso trabalho em arte é muito importante porque aponta sempre para a frente, e tira-nos desta modorra..."
E também se conhece o ódio que o velho e sempre resistente feudalismo (social e mental), mais imperialismos de várias cores, sempre dedicaram a essa gente com a mania de pensar para transformar, de agir contra a passividade, e de admirar e considerar o trabalho do humilde artesão no mesmo patamar dos artistas excepcionais de ontem, de hoje e amanhã.
É por isso que Arte sem Democracia é necessariamente estéril e inoperante. Não me refiro evidentemente aos " artistas do regime" que houve e sempre haverá, bem felizes e de boa saúde.
E Democracia sem Arte será um regime desarmado e também inoperante.
Porque sem a união entre o ético e o estético, nunca estará a preparar o Futuro.

A Europa que nos impuseram - II

A primazia da geopolítica, da geografia e do nacionalismo

Direitos reservados

Eduardo E. Silvestre dos Santos

A EUROPA SEMPRE FOI UM LUGAR SANGRENTO. Após 1492, quando as novas descobertas alimentaram a competição por impérios distantes, o continente abrigou uma luta pelo domínio do mundo, envolvendo Portugal, Espanha, Grã-Bretanha, França e Holanda. A Guerra dos 30 Anos (1618-1648), foi causada pelas rivalidades religiosas dentro do Sacro Império Romano-Germânico, católico e dominado pela Casa de Habsburgo (Áustria), e um vasto número de cidades e principados alemães protestantes, com a interferência da França, da Suécia e dos Países Baixos. A Paz de Vestefália, que pôs termo à guerra, iniciou o moderno sistema de relações internacionais, baseado nas noções de Estado-Nação e de soberania estatal. Mais de um século depois, Napoleão destruiu o equilíbrio complexo que se tinha formado e redefiniu a Europa. Meio século depois, após uma guerra breve e bem sucedida com a França, em 1871, a Prússia uniu o resto da Alemanha num estado coeso.

De repente, uma nova realidade geopolítica surgiu entre o Mar do Norte e o Mediterrâneo. A Alemanha, em particular, era perturbadora pela sua enorme produtividade e rápido crescimento, mas também porque a sua geografia a tornava profundamente insegura. Para Oeste, a França. Para Leste, a Rússia. Ambas tinham tirado proveito dos séculos em que a Alemanha estava fragmentada, mas agora era diferente, uma nova Alemanha, o país economicamente mais dinâmico, militarmente poderoso, e com um profundo sentimento de insegurança para com os seus vizinhos. Os líderes alemães sabiam que o país não sobreviveria se fosse atacado simultaneamente pela França e pela Rússia.

A Europa do séc. XX foi definida por estes medos que, sendo impostos pela geografia, eram racionais, inevitáveis e perenes. Os europeus tentaram abolir as consequências da geografia eliminando o nacionalismo, mas este não é facilmente erradicável, e a geografia mantém os seus "direitos"! Ambas as guerras mundiais se iniciaram devido a este cenário: a Alemanha, insegura pela sua posição geográfica, invadiu a França!

A Alemanha saiu da 2.ª Guerra Mundial humilhada pela derrota, mas também moralmente humilhada pelas suas próprias atrocidades, que nada tinham a ver com as necessidades geopolíticas.

As guerras que se seguiram à formação da Alemanha destruíram os impérios europeus de quatrocentos anos e deixaram a Europa exausta. Os seus impérios dissolveram-se em fragmentos a disputar entre as únicas duas potências com poder para competir por eles. A Europa deixou de ser o centro de um império mundial, para se tornar no campo de batalha potencial para uma terceira guerra mundial.

Com a exaustão, veio a fraqueza! Porém, alguns dos privilégios de grandes potências permaneceram, simbolizados pelos lugares permanentes da França e da Grã-Bretanha no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A Europa contemporânea surgiu como uma procura da saída do inferno! A primeira metade do séc. XX foi um matadouro, de Verdun a Auschwitz. A segunda metade foi vivida sob a ameaça de uma possível guerra nuclear entre os EUA e a URSS em solo europeu. Exausta pelo sangue e pela turbulência, a Europa começou a imaginar um mundo em que todos os conflitos fossem económicos, geridos por burocratas em Bruxelas, o "fim da história" de Hegel e Fukuyama.

Nos vinte anos que se seguiram ao colapso da URSS, pareceu-lhes que tinham encontrado a sua utopia, mas agora o futuro é muito mais incerto. Não se vislumbram trincheiras nem campos de concentração, mas as tensões geopolíticas estão a crescer e, com elas, as raízes de conflitos mais sérios.

Dois problemas constituem o dilema europeu para os próximos anos. O primeiro é a definição do tipo de relação que a Europa terá com a Rússia ressurgente. O segundo é determinar o papel que a Alemanha, a economia europeia mais dinâmica, terá.

Para a Europa como um todo, a integração foi uma conclusão antecipada, por um lado imposta pela ameaça soviética e, por outro, pela pressão dos EUA. Os europeus olharam para a união económica como um esteio para a NATO, e como um meio para recuperar da guerra e encontrar um lugar num mundo que os tinha reduzido ao estatuto de potências regionais. O poder, se existia algum para recuperar, teria de ser encontrado nalguma espécie de federação.

Desde o seu início, a UE foi um projecto económico e sociopolítico de afirmação própria, de contenção

A Europa que nos impuseram - II

ao recorrente "perigo alemão" e à expansão do comunismo. Uma fórmula que, ao mesmo tempo, permitia aos europeus incluir os alemães, refrear os medos dos franceses, colocar-se ao nível dos americanos e afastar-se dos soviéticos. A Europa encarou a integração como uma maneira de ultrapassar a rivalidade catastrófica que levara às guerras já referidas e a devastação económica resultante dessas guerras através de uma acção de cooperação destinada a prevenir quaisquer excessos de nacionalismo e populismo, transferindo a tomada de decisão para o nível europeu. Mas o ingrediente crítico para o arranque do processo de integração foi a garantia de segurança dada pela presença de tropas americanas e sem a qual a evolução da Europa não poderia ter ocorrido.

Símbolo de prosperidade e de desenvolvimento durante muitos anos, enquanto mercado comum, iniciado em 1958 e continuado em 1987 pela união aduaneira criada pelo "Acto Único Europeu", a UE é actualmente, após Maastricht, uma União Económica e Monetária e uma União Política, o que obrigou os países-membros a uma política de convergência em torno de índices económicos (inflação, taxas de juro, deficit do sector público e dívida pública). Face às múltiplas restrições que foram impostas, estas medidas vieram a lançar a economia europeia numa recessão séria.

O Tratado foi prematuro na concepção e demasiado ambicioso nas finalidades. O seu objectivo era unir elementos-chave do poder europeu:

- em primeiro lugar, a União Económica e Monetária (1.º pilar);
- em segundo lugar, a União Política, destinada a estabelecer uma PESC que "poderia conduzir a uma defesa comum" (2.º pilar);
- por fim, em terceiro lugar, ambiciosos objectivos políticos, tais como a autoridade para regular a saúde pública, a educação, a agricultura e o ambiente (3.º pilar).

Assinado durante o período de euforia a seguir ao fim da "guerra fria", a sua concepção rapidamente começou a ser contestada. "Os 12" mostraram-se demasiado divididos para embarcar num projecto que cedia uma parte substancial de soberania e de poder discricionário às autoridades da UE. A recusa da Dinamarca e a aprovação tangencial da França através de referendos fizeram temer os sonhadores.

Com razão, porque a social-democracia europeia se deixou rapidamente hipnotizar pelo neoliberalismo e fez ruir o sonho do "estado social europeu". Políticos inábeis, incompetentes e/ou corruptos, foram renunciando a políticas distributivas e fiscais progressistas, puseram em risco a universalização dos direitos sociais, desregularam o mercado de trabalho e privatizaram vários serviços públicos. As fendas começaram a abrir-se durante a crise financeira de 2008. Uma nação que não controla o seu próprio sistema financeiro está a caminho de perder a sua soberania! E este é futuro problema da UE! Como disse Benjamin Franklin, "*Aqueles que podem ceder liberdades essenciais para obter uma pequena segurança temporária, não merecem nem a liberdade nem a segurança.*"

A crise fez acelerar os problemas na EU que, como instituição e ideal unitário, demonstrou ser inatingível. O seu efeito mais significativo será geopolítico e político, não económico. 2008 trouxe à superfície a importância da soberania nacional. Um país que não controle o seu próprio sistema financeiro ou moeda fica bastante vulnerável às acções de outros países. Este facto faz parecer a UE não tão favoráveis como têm parecido. A tendência será para fazer diminuir as limitações da soberania económica e aumentar o nacionalismo. Uma zona de comércio livre que tem o segundo maior exportador mundial (a Alemanha) no seu centro, e que utiliza essa zona de comércio livre para estabilizar a sua própria economia, impedindo ao mesmo tempo o desenvolvimento económico dos seus parceiros, **é um problema sério**! Este facto, juntamente com a burocracia de Bruxelas, torna difícil a sobrevivência da UE. A realidade idealizada há alguns anos já não existe. Tudo o que resta é a sua burocracia e muita amargura.

Mesmo ao nível mais básico, a UE coloca limites severos aos seus perdidos de autoridade e no seu direito de exigir sacrifícios. Esta União ainda é mais estranha quando alguns dos seus membros partilham uma moeda e outros não. Não existe uma defesa unificada, muito menos Forças Armadas europeias.

Fundamentalmente, a UE é uma união económica, e a economia, ao contrário da defesa, é um meio de maximizar a prosperidade. Esta limitação significa que sacrificar a segurança por um propósito mais elevado é uma contradição, porque a UE juntou a segurança e o bem-estar como sua finalidade moral.

Os países da UE cederam parte da sua soberania em nome de um bem colectivo, os eleitores parecem ter sido postos de parte, sendo os seus pontos de vista demasiado inconvenientes para os inefáveis desígnios da UE. A legitimidade não pode ser ordenada ou concebida de cima para baixo, deve ser conquistada e concedida, de baixo para cima. Os arquitectos da UE têm lidado com a questão ao

contrário. Para o cidadão vulgar, as instituições europeias são ainda mais impenetráveis do que os seus já distantes governos nacionais. As soberanias dos países estão a ser minadas pelos mercados, mas os ressentimentos nacionais estão a crescer. Não existe um "espírito europeu comum".

Como os Estados mais pequenos descobriram, os controlos colocam-nos em grande desvantagem. A tensão entre o núcleo central e a periferia é já significativa. Os países mais periféricos (Portugal, Grécia, Irlanda, Itália, etc.) necessitam políticas monetárias menos rígidas do que as dos seus vizinhos mais avançados, e terão maiores oscilações económicas e, por isso, serão mais vulneráveis à instabilidade. Não gostaram de perder o controlo sobre vastas áreas das suas economias, tais como o sector bancário, quando se espera que os deixem sozinhos quando ocorrer uma crise. O facto de os países da periferia terem de manter as suas economias com uma política monetária desenhada para as do núcleo, cria uma pressão acrescida em ambas as partes.

A zona Euro é uma união monetária e não um estado federal, o que significa que não dispõe de um ministro das finanças único com poderes de controlo, nem de um orçamento centralizado. O Euro não sobreviverá sem um avanço político. O federalismo parece ser a única maneira de evitar uma crise de grandes proporções que o colapso do Euro despoletaria. A UE não desaparecerá no futuro próximo, mas não evoluirá para um estado multinacional que seja um actor principal no palco mundial. Em última análise, existe uma burocracia europeia, mas não um estado europeu!...

As incríveis e avassaladoras mudanças do final do séc. XX e do início do séc. XXI obrigaram a alterações dramáticas e, por vezes, revolucionárias, em quase todos os campos da actividade humana, excepto um: **a política!** A sua eficácia vai-se revelando cada vez menos evidente. Os organismos políticos são cada vez mais incapazes de compreender e arbitrar as forças que giram à nossa volta. Desde Abril de 2010 houve, nos países da UE, 16 mudanças de governo, penalizando os partidos do poder, independentemente das suas posições no espectro político.

A democracia representativa convencional assenta num pacto entre eleitores e governo, que se está a quebrar. Os governos nacionais são cada vez mais incapazes de abordar as causas transnacionais e globais dos vários problemas com que somos confrontados. A desintegração do pacto é exacerbada por um fenómeno ainda mais nocivo: o aprofundar do abismo entre os eleitores e os seus representantes. À medida que a democracia representativa foi evo-

Direitos reservados

luindo, também a distância entre o eleitor e as decisões que o afectam têm crescido. O lento mas inevitável declínio do poder do Estado pode ser parado, mas apenas pelo aumento do poder dos governos.

Não estamos numa nova ordem mundial, mas numa nova desordem mundial. Os governos não foram capazes de prever a crise de crédito de 2008, tal como não tinham sido capazes de prever o 11 de Setembro de 2001. Os seus métodos bruscos para lidar tanto com a volatilidade económica como com o terrorismo – bem como com outros problemas globais – são insuficientes e, por vezes, contraproducentes. Nenhum político ou governo, por muito sábio, será capaz de resolver os problemas emergentes. A frustração em relação à política convencional cresce por todo o lado, reduzindo a afluência às urnas e alimentando o descontentamento popular. **Este novo mundo requer novas políticas.**

BIBLIOGRAFIA:

FRIEDMAN, George: "The next decade", Anchor Books, New York, 2011

ROSS, Carne: "A revolução sem líder", Bertrand, Lisboa, 2011

CONVITES

TEATRO D. MARIA II, estreia de «Quem tem medo de Virgimnnia Woolf?», 26-11-2011; Edições Colibri, lançamento do livro «Cinema no Estado Novo – a encenação do Regime» de Patrícia Vieira, 16-12-2011; Círculo de Arte e Recreio, tertúlia e debate «As Tunas no C.A.R.», 15-12-2011; A Barraca, espectáculo «Rumor» de Mário de Carvalho, 30-11-2011, espectáculo «Make Love, Not War», 10-07-2012; Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro e Editora Tartaruga, Prémio Nacioanl de Poesia – 2011, 15-12-2011; ID – Sessão evocativa de Luis de Azevedo e Gilberto Lindim Ramos, 10-12-2011; EGEAC/Museu do Fado e a Âncora Editora, lançamento do livro «Amália - Confidências em noite de Primavera» de Luis Machado, 10-11-2011; presidente do Conselho Nacional da Associação de Oficias das Forças Armadas, jantar Comemorativo do 19.º Aniversário da AOFA, 14-10-2011, presidente da Câmara Municipal de Almada e director do Teatro Municipal de Almada, reposição de «O carteiro de Neruda», 26-01-2012, «Santa Joana dos Matadouros», 2-11-2011, «O Teatro cómico», 01-12-2011, estreia da peça «Dança de Roda», 15-03-2012, apresentação do «Festival de Almada 2012», 22-06-2012; Direcção Nacional da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, Sessão Solene de Encerramento da Evocação dos 50 anos do Inicio da Guerra Colonial, 19-12-2011 Sessão solene comemorativa do 38.º aniversário da ADFA; 15-03-2012; embaixador da Republica Bolivariana de Venezuela, conferência «Venezuela en el Contexto Internacional: El Pensamiento Integracionista Bolivariano», 07-12-2011, projecção documental «Puente Llaguno, Claves de una Massacre», 13-04-2012, comemoração do 202 aniversário do 19 de Abril de 1810, 19-04-2012; Círculo de Leitores e Tema e Debates, lançamento do livro «Um político assume-se» de Mário Soares, 30-11-2011, Seara Nova, Conferências Seara Nova, 26-11-2011; Conferência, «Leituras da Crise», 03-03-2012, «Comunicação social e poder», 16-06-2012; provedor da Santa Casa da Misericordia de Lisboa, inauguração da creche «O principezinho», 10-10-2011; CGTP-IN, 12.º Congresso, 27-01-2012; apresentação do livro «Contributos para a História do Movimento Operário e Sindical – das raízes até 1977», 27-01-2012; Sociedade Portuguesa de Autores e RTP, Prémio Autores, 27-02-2012; Clube do Sargento da Armada, 37.º Aniversário, 22-02-2012; Sociedade Filarmónica União Artística Piedense, «Concerto de Ano Novo», 22-01-2012; Voz do Operário, jantar comemorativo do 129.º aniversário, 25-02-2012; Associação Cuidar o Futuro, sessão de apresentação da «Antologia de textos de Maria de Lourdes Pintassilgo», 15-02-2012; Administração e Reitoria da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, cerimónia solene da comemoração do Dia da Universidade, 31-03-2012, presidente da Direcção Central da Liga dos Combatentes e Associação de Combatentes Congéneres, cerimónia do «Dia do Combatente», 14-04-2012; Sociedade Portuguesa de Autores, inauguração da exposição «Guerra Colonial – Tarrafal 50 anos depois», 08-03-2012, presidente do Conselho Nacional da AOFA, debate «Importância das promoções como factor estruturante das Forças Armadas», 26-03-2012; presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação de Praças, cerimónia de tomada de posse dos Orgãos Sociai eleitos, 28-03-2012; Edições Colibri e Casa do Alentejo, lançamento do livro «Em Angola uns Semearam Ventos outros Colheram Tempestades - Memórias da Guerra (1961-1964)», de Rui Rosado Vieira, 03-03-2012; Teatro da Cornucópia, espectáculo «Fingido e Verdadeiro», 29-03-2012, Armazém das Artes, exposição de fotografia «Aproximações» de Jorge Barros, 24-03-2012, presidente da Direcção da Associação de Praças, tertúlia «Os Direitos dos Militares em Democracia», 12-04-2012; Clube do Sargento da Armada, Sessão Comemorativa do 28.º Aniversário da Delegação do CSA Feijó, 05-05-2012; Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Conferência «O futuro da Democracia», com Tarso Genro, 02-05-2012; Direcção da Associação da Imprensa Estrangeira em Portugal e Administração da Estoril Sol, entrega do Prémio «Personalidade do Ano», 10-04-2012; presidente da Câmara Municipal de Grândola, exposição de pintura e desenho «Memórias para Abril» Rogério Ribeiro, 24-04-2012; Grupo Cénico José Viana, espectáculo «Viver Abril – espectáculo de variedades», 21-04-2012; presidente da Câmara Municipal de Constância e presidente da Associação Casa-Memória de Camões, colóquio «Ilha de São Vicente na Rota da deportação», 10-06-2012, presidente da Câmara Municipal de Lisboa e Fundação José Saramago, inauguração da exposição «José Saramago. A Semente e os frutos», 13-06-2012; presidente da Assembleia Geral da Casa da Imprensa, cerimónia commeorativa dos 107 anos da Casa da Imprensa e da posse dos orgaos sociais eleitos para o triénio 2012/2014, 03-05-2012; Festa do Avante, Edição n.º 36, 7, 8, 9 de Setembro de 2012; Fundação Calouste Gulbenkian, «Diálogos sobre a Paz e o desenvolvimento sustentável», 25-06-2012; Teatro da Cornucópia, espectáculo «O Sonho da Razão», 28-06-2012; MURPI, participar no XVII Grande Piquenicão, 15-07-2012.

Viajando por Londres, Bretanha e Normandia

Texto e fotos de **Armando Isaac**

REALIZOU-SE NO PERÍODO DE 26 DE MAIO A 6 DE JUNHO passado, mais uma viagem organizada pela Associação 25 de Abril, em colaboração com a Pinto Lopes Viagens, que teve como ponto de partida a cidade de Londres e percorrendo a Normandia, a Bretanha e o Vale do Loire.

Os primeiros quatro dias foram passados numa Londres engalanada, preparando-se para a o Jubileu de Diamante da Rainha Isabel II, comemorativo dos sessenta anos da sua coroação.

Saímos de Londres via TGV com destino a Calais, onde iniciámos o percurso de visitas em França. De entre estas, saliento na Normandia as visitas efectuadas às praias de desembarque das Tropas Aliadas, às primeiras horas do dia 6 de Junho de 1944, primeiro passo de uma operação longamente planeada para libertar a França. Estas praias ainda hoje conhecidas pelos seus nomes de código, Juno Beach, Gold Beach, Omaha Beach, bem como o Pointe du Hoc. Em Arromanches-les-Bains ainda hoje se pode apreciar as ruínas da grande obra do porto artificial construído pelos Aliados, com pontões feitos em cimento armado que pesavam entre três e seis toneladas, com cerca de sessenta e sete metros de largura, dezoito metros de altura e dezasseis de profundidade. Eram cento e quinze no total, restando ainda hoje quarenta em muito mau estado. Culminou esta parte do percurso, com uma visita ao impressionante Cemitério Americano situado a este de Pointe du Hoc onde se encontram as lápides de 9.387 militares americanos falecidos e os nomes gravados de 1.557 soldados desaparecidos.

A viagem pela Normandia não poderia terminar sem a visita ao Mont-St-Michel, que se ergue imponente sobre areias cintilantes, que as marés cobrem, na Primavera, a uma velocidade que chega a atingir dez quilómetros por hora. O Mont-St-Michel é uma das imagens de marca mais bonitas

de França. Foi um humilde oratório no século VIII, que se transformou num mosteiro beneditino de grande importância nos Séculos XII e XII. Depois da Revolução, a abadia foi transformada em prisão. Hoje é um monumento nacional visitado por cerca de 850.000 pessoas, por ano.

Continuámos o percurso pela Bretanha e Vale do Loire, onde efectuámos inúmeras visitas com particular realce para os castelos com os seus belos jardins.

Esta viagem culminou com a visita ao Palácio de Versalhes e respectivos jardins. Tivemos o privilégio de assistir à montagem da exposição da artista plástica Joana Vasconcelos, que viria a ser inaugurada na semana seguinte.

Esta viagem decorreu de forma harmoniosa e sem sobressaltos por um lado pela forma de estar e coesão de todos os elementos do grupo, mas fundamentalmente devido ao nosso extraordinário guia, Rui Lopes, que sempre nos acompanhou de uma forma positiva e "sem stress".

Apelo aos associados: ENVIEM-NOS O VOSSO E-MAIL

O custo de portes dos correios agrava os encargos da A25A. Esta circunstância e o facto de vivermos na sociedade da comunicação aconselham que as informações entre a Direcção da A25A e os seus associados se estabeleçam preferencialmente através de correio electrónico. Apela-se, por isso, a todos os associados que comuniquem os seus endereços electrónicos (e-mail) aos serviços da A25A através de a25a.sec@25abril.org e desta forma contribuam parta a redução dos custos de funcionamento.

Ofertas à A25A

Livros: «Memórias de Abril - O RI 14 na Revolução», oferta do associado Gertrudes da Silva; «Na Viragem do Milénio – 160 anos incríveis», oferta do associado Sanches de Almeida: «Douro e Durades – Memórias de uma região e das suas gentes», de Robert Mammers Moura, oferta do autor; «Greves e Conflitos Sociais em Portugal no Séc. XX»,, oferta de Josep Cervelló; «O Caminho da Luz» de Ramalho Beirão, oferta do autor; «Poemas da Guerra – Angola 1969-1971» de José Niza, oferta de Maria Isabel Mendes; «EPUL – 40 anos» oferta do associado Luís Augusto Sequeira; «Guerra Peninsular (1807-1814) uma figura dos 1.º, 2.º e 3.º Exércitos franceses que invadiram Portugal, General da Divisão Conde Louis-Henri Loison o «Maneta» da autoria do Ten-General José Lopes Alves, oferta do autor; «Almas que não foram feudadas» de Rogério Pereira, oferta do autor; «Ressuscitemos os cravos vermelhos!...», de Otílio Figueiredo, oferta da família do autor; «Conversas intimas com Ariel Sharon», «Crianças com armas», «À espera de Godinho» e «Pátria Utópica», oferta do associado Aniceto Afonso; «A minha quinta-feira – 25 de Abril – crónica do dia», «Os mortos tratam-se por tu» e «Viola delta», de Fernando Grade, oferta do autor «História da Cheret», do tenente coronel António Eduardo de Carvalho Lopes, oferta do autor.
Diversos: Trabalho comemorativo do 25 de Abril, efectuado pelos alunos da Escola Secundária 2, 3 D. António da Costa – Almada; Medalha comemorativa dos 20 anos da Escola Secundária António da Costa – Almada

REFERENCIAL

Propriedade da Associação 25 de Abril
Pessoa colectiva de utilidade pública (Declaração nº. 104/2002, DR II Série, n.º 9 de 18 de Abril) · Membro Honorário da Ordem da Liberdade

Presidente da Direcção:
Vasco Lourenço

Director:
Pedro de Pezarat Correia

Conselho Editorial:
Alfredo Bruto da Costa, Amadeu Garcia dos Santos, André Freire, António Morais Sarmento Brotas, Carlos Manuel Serpa Matos Gomes, João Bosco Mota Amaral, João Ferreira do Amaral, José Barata-Moura, José Manuel Pureza, José Viriato Soromenho-Marques, Manuel Martins Guerreiro, Maria José Casa-Nova, Maria José Morgado, Maria Manuela Cruzeiro, Vasco Lourenço, Vítor Crespo.

Editor:
José António Santos

Fotografia:
Fernando Farinha (editor)
Nuno Augusto
Agência Lusa

Colaboradores:
Artur Custódio da Silva, David Martelo, Fernando Vaza Pinheiro, João Magalhães, José Barbosa Pereira, José Fontão, Luís Galvão (Bridge), Luís Vicente da Silva (Cartoon), Manuel Loff, Maria Manuela Cruzeiro, Nuno Fisher Lopes Pires, Nuno Santa Clara Gomes

Sede nacional, Administração e Redacção
Rua da Misericórdia, 95
1200-271 LISBOA
Telefone: 213 241 420
Endereço electrónico:
a25a.sec@25abril.org
www.25abril.org
www.guerracolonial.org

Delegação do Norte
Escadas do Barredo, 120, r/c, esq.
4050-092 PORTO
Telefone/fax: 222 031 197
Endereço electrónico: *a25a.del-norte@25abril.org*

Delegação do Centro
Apartado 3041
3001-401 COIMBRA
Endereço electrónico:
a25a.del-centro@25abril.org

Delegação do Alentejo
Bairro da Esperança
Edifício 2 - Bloco 3, loja r/c
7560-145 GRÂNDOLA
Endereço electrónico:
a25a.del-alentejo@25abril.org

Delegação do Canadá
Associação Cultural 25 de Abril (Toronto)
1117 Queen Street West
Toronto - Ontario M6J3P4
Canadá

Edição gráfica
Pré-impressão: JM Design & Edições
www.jm-designedicoes.com
Av. Infante Santo, 23 -5ºC
1350 - 179 Lisboa

Impressão e acabamento:
ACD Artes Gráficas-António Coelho Dias, S.A.
Rua Marquesa de Alorna, 12-A
BONS DIAS
2620 - 271 RAMADA
geral@antoniocoelhodias.pt
www.antoniocoelhodias.pt

Tiragem: 3.100 exemplares
Distribuição gratuita
Depósito legal n.º 32 998/89

Vamos aprender Bridge! (89)

LUÍS GALVÃO

Resolvida a questão das aberturas das mãos fortes em ♥/♠ pela integração no conceito dos 2♣FI constatamos que se retirou ao sistema natural a voz (2♣) que permitia identificar a abertura das mãos que, por si só, justificavam que o leilão se mantivesse aberto, *pelo menos*, até ao nível de partida.

Havia pois que se encontrar uma alternativa para a clássica abertura em 2♣ agora hipotecada a um outro significado (2♣FI).

A solução passou por substituir a abertura standard em 2♣ (conhecida por 2♣ Albarran) por 2♦ mantendo, e quiçá reforçando, as características de forcing de partida, que passamos a apresentar como 2♦FP (FORCING DE PARTIDA).

1. CONVENÇÕES

1.7 – AS ABERTURAS EM 2♦FP

1.7.1. – CONDIÇÕES PARA A ABERTURA

Para que uma mão possa ser aberta em 2♦FP é necessário que aquela garanta, , fazer partida, tolerando-se apenas o erro, por defeito, numa vasa para cumprir tal objectivo.

a) Com as mãos regulares ou semi-regulares

A mão terá que deter um mínimo de 24PHL, obviamente sem limite superior, como se exemplifica nas mãos seguintes:

♠ AD9	♠ AD
♥ RV10	♥ A10
♦ ARD8	♦ D109
♣ AV10	♣ ARDV102
24PH	22PHL/24PHL

Ambas as mãos justificam uma abertura em 2♦FP

b) Com mãos unicolores

As mãos com esta distribuição devem ser *avaliadas em vasas de jogo*, quer sejam fortes em PH quer sejam fracas mas adequadas para aberturas em barragem ou em semi-barragem, conforme temos alertado ao longo dos artigos anteriores.

Em termos práticos, podemos afirmar que para que uma mão (contando apenas as vasas que só por si consegue produzir) possa garantir a partida ou ficar, no máximo, a uma vasa desse objectivo, terá de assegurar:

- 9 vasas com trunfo em ♥/♠
- 10 vasas (9 ½) vasas com trunfo em ♣/♦

Tal como nas aberturas em 2♣FI, também as aberturas, com mãos unicolores, em 2♦FP devem, para além das necessárias vasas de jogo, *garantir vasas defensivas e um mínimo de 16/17PH*. Este é um princípio que deve ser escrupulosamente seguido pelos jogadores, sob pena de grave adulteração dos conceitos que estão subjacentes à construção e utilização do sistema de marcação.

Analisemos alguns exemplos:

♠ ARD ♥ ARD1086 ♦ V93 ♣ 5	Mão com 19PH, com vasas defensivas e detendo 9 vasas de jogo (6 a ♥ + 3 a ♠). Deve abrirem 2♦FP
♠ - ♥ ARD965432 ♦ 752 ♣ 6	Mão com 9 vasas de jogo com trunfo ♥ e com 9PH e apenas 1 ou 0 vasas defensivas. Abertura correcta em 4 ♥ e nunca em 2 ♦FP.
♠ RD10 ♥ 3 ♦ ARDV842 ♣ AD	Mão com 21PH/24PDH e com 10 vasas de jogo com trunfo ♦ (7 a ♦ +1 ½ a ♣ + 1 ½ a ♠) e com vasas defensivas. Clara abertura em 2♦FP.

c) Com mãos bicolores

A forma mais adequada para avaliar os jogos bicolores é fazê-lo contando as vasas perdentes.

No entanto, é bom que os leitores tenham consciência de que este tipo de avaliação é, muitas vezes, gerador de exagerados optimismos, conduzindo, aqui e ali, a resultados menos felizes.

Para contrariar esses eventuais exageros deverá ter presente que, com as mãos bicolores, só deverá abrir em 2♦FP desde que o jogador apenas detenha 2 vasas perdentes ou que, na sua avaliação/análise, conclua que uma abertura em "1 em naipe" corre um sério risco de ser seguida por 3 vozes de "Passo".

Aconselhamos a que, fora das situações específicas atrás referidas, opte por abrir em "1 em naipe", mesmo que as mãos bicolores que vier a deter sejam muito fortes mas não satisfaçam aos requisitos que apresentámos para serem abertas em 2♣FI (ver artigos anteriores).

Analisemos os casos seguintes:

♠ 4 ♥ ADV1053 ♦ ADV97 ♣ 6	Mão com 3 perdentes, com 14PH e sem risco de ouvir 3 "passo" após a abertura em 1♥. Abertura em 2♦FP excluída.
♠ ARV1052 ♥ A ♦ RDV943 ♣ -	Mão com 2 perdentes, com 18PH e com sério risco de passagem dos outros 3 jogadores se a abertura for em 1♠. Abra em 2♦FP.
♠ ARV104 ♥ RDV95 ♦ A ♣ AD	Mão com 3 perdentes, com 24PH e com várias vasas defensivas. Abrir em 1♦ é impensável. A melhor abertura será em 2♣FI e não em 2♦FP, dado ser um bicolor ♥/♠ (ver artigos anteriores)

Continua no próximo artigo, onde serão analisadas as respostas às aberturas em 2♦FP.

Até ao próximo número.

Lembramos que ainda faltam disputar três sessões do XI Troféu de Brigde da A25A (2012), nas seguintes datas:

3 de Outubro,
7 de Novembro ,
5 de Dezembro.

COMPAREÇA !

A Associação 25 de Abril não se limita a apelar a que outros se mobilizem e ajam, em unidade patriótica, para salvar Portugal, a Liberdade, a Democracia.
Quando o entende incentiva os seus associados e amigos a envolverem-se em actividades cívicas: é o caso da Iniciativa por uma Auditoria Cidadã à Dívida Pública (IAC), como é o caso do Congresso Democrático das Alternativas.
Mas sempre que o considera pertinente e possível, com ou sem o apoio de outras entidades, envolve-se na organização de acções que considera relevantes.
É o caso do Fórum Cidadania pelo Estado Social, que decidimos organizar em conjunto com quatro institutos universitários - Centro de Estados Sociais da Universidade de Coimbra (CES), Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho (CICS), Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT), Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações da Universidade Técnica de Lisboa (SOCIUS) - cujo apelo público foi subscrito por mais de cento e cinquenta cidadãs e cidadãos, e cujo logotipo é da autoria do *designer* Paulo Buchinho, terá lugar no próximo dia 10 de Novembro, nas instalações da Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa.
www.cidadaniapeloestadosocial.pt
www.facebook.com/cidadaniapeloestadosocial

UMA PROPOSTA DE REFLEXÃO E ACÇÃO COLECTIVA

Fórum Cidadania pelo Estado Social

Lisboa, Gulbenkian, 10 de Novembro de 2012

Em nome da crise e do combate ao défice e à dívida, promovem-se hoje, em Portugal e na Europa, políticas públicas que agravam dramaticamente as desigualdades e a pobreza e desvalorizam o trabalho. Estas políticas ameaçam o contrato social na base do qual foram estabelecidos os compromissos políticos e sociais que são o alicerce das relações de trabalho, dos direitos sociais e da provisão de serviços públicos que caracterizaram a configuração das democracias liberais europeias a partir da segunda metade do século XX e, mais tardiamente, em Portugal, após o 25 de Abril de 1974.
Defender o Estado de Bem-Estar, o Estado Social consagrado na nossa Constituição, representa hoje defender a responsabilidade central do Estado na provisão e garantia pública de serviços e direitos essenciais dos cidadãos, como são o direito à saúde, à segurança social, à educação, à habitação, ao trabalho decente e com direitos.
Significa assumir a solidariedade e a universalidade como valores intrínsecos do Estado Social. Uma conquista civilizacional e um garante da democracia e da paz, que é expressão de políticas públicas orientadas para uma mais justa redistribuição da riqueza criada, para a redução da pobreza e da desigualdade e para a criação de emprego.
Significa recusar uma política de austeridade que, em Portugal como na Europa, está submetida à lógica dos grandes interesses privados e dos mercados financeiros e que olha para o Estado Social como um fardo incómodo a eliminar em nome de uma pretensa competitividade económica.
Significa debater, propor e defender alternativas que coloquem no centro das políticas públicas as pessoas e que assegurem um Estado Social robusto, sustentável e adequado aos nossos tempos, assim contribuindo para uma mobilização cidadã maior, mais determinada e mais esclarecida em sua defesa.
É convicção comum dos signatários e das instituições organizadoras do Fórum Cidadania pelo Estado Social, que é necessário e urgente um grande debate plural mobilizador da sociedade civil que seja capaz de fazer progredir a reflexão sobre o futuro do Estado Social em Portugal.
É para a participação neste debate, através do Fórum e das várias iniciativas preparatórias que as instituições organizadoras irão promover, que convidamos todos os interessados/as, os investigadores/as, as organizações e os vários activismos sindicais, sociais e políticos.
Lisboa, 12 de Junho de 2012.

FÓRUM CIDADANIA PELO ESTADO SOCIAL

A COMISSÃO ORGANIZADORA:
Associação 25 de Abril
CES - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
CICS - Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho
IGOT - Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa
SOCIUS - Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações da Universidade Técnica de Lisboa